

ISSN 1415-8701

# Fronteiras

Revista Catarinense de História

**Dossiê Guerra e Nacionalização**

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 13, pp. 1-160. (nov. 2005)

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História é uma publicação anual editada pela Associação Nacional de História - Núcleo Santa Catarina (Anpuh-SC) e pelo Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Comissão Editorial:** Rogério Souza (Editor Chefe - UFSC); Émerson Cesar de Campos (UNIVALI); Eunice Nodari (UFSC); Janice Gonçalves (UDESC); Joana Maria Pedro (UFSC); José Roberto Severino (FURB); Marcos Montysuma (UFSC); Marlene de Fávéri (UDESC).

**Conselho Consultivo:**

Ângela de Castro Gomes (UFF); Artur César Isaia (UFSC); Augustin Wernet (USP); Bárbara Weinstein (New York); Carlos Humberto Corrêa (IHGSC); Chyntia Machado Campos (UFSC); Euclides Marchi (UFPR); Janice Gonçalves (UDESC); Joana Maria Pedro (UFSC); João Eduardo Pinto Basto Lupi (UFSC); José Augusto Drummond (UFF); Maria Bernardete Ramos (UFSC); Maria Célia Paoli (USP); Maria Teresa Santos Cunha (UDESC); Rogério Luiz de Souza (UFSC); Rosângela Miranda Cheren (UDESC); Sandra Pesavento (UFRGS); Waldir José Rampinelli (UFSC).

**Composição e editoração:** Jó Klanovicz

**Tiragem:** 500 exemplares.

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina, Associação Nacional de História (ANPUH-SC). - n.13 (2005) - . - . impresso em 2005.

v.; 28 cm

Anual

Continuação de: Revista Catarinense de História, [199-]/1997, n.1-5.

ISSN 1415-8701

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

*Endereço para assinatura/Mailing address subscriptions*

Universidade Federal de Santa Catarina/CFH/Depto de História  
Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-900 - Florianópolis/SC  
e-mail: [anpuhsc@cfh.ufsc.br](mailto:anpuhsc@cfh.ufsc.br)  
Fone/Fax: (48)3331-8675

## Sumário

<b>Editorial - Dossiê Guerra e Nacionalização.....</b>	<b>005</b>
<i>Marlene de Fáveri</i>	

### DOSSIÊ

<b>O mito da hospitalidade brasileira em tempos de guerra: intolerância e autoritarismo nos bastidores do poder.....</b>	<b>009</b>
<i>Maria Luiza Tucci Carneiro</i>	

<b>Mais histórias de uma (outra) guerra: campos de concentração no Brasil para “súditos do Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial.....</b>	<b>025</b>
<i>Priscila Ferreira Perazzo</i>	

<b>Guerra contra cidadãos.....</b>	<b>043</b>
<i>René E. Gertz</i>	

<b>A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas.....</b>	<b>065</b>
<i>Lúcio Kreutz</i>	

<b>A nacionalização do ensino no Paraná.....</b>	<b>091</b>
<i>Valquíria E. Renk</i>	

<b>A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural.....</b>	<b>105</b>
<i>Neide Almeida Fiori</i>	

<b>A guerra e o clero: disputas e intrigas durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.....</b>	<b>121</b>
<i>Marlene de Fáveri</i>	

## ARTIGOS

Entre o cultural e o econômico: o segundo governo Vargas.....	133
<i>Rogério Luiz de Souza</i>	

## RESENHAS

O código da conspiração: lemas e dilemas do Código Da Vinci.....	145
<i>José Eduardo Franco</i>	
O abolicionismo do barnabé Machado de Assis.....	150
<i>Sérgio Luiz Ferreira<sup>1</sup></i>	
A emergência da pornografia na Europa Moderna.....	153
<i>Luciana Rosar Fornazari Klanovicz</i>	
Normas para publicação.....	159

## Editorial

### Dossiê Guerra e Nacionalização

Fruto do evento *Muitas faces de uma guerra: 60 anos de final da Segunda Guerra e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil*, ocorrido em maio de 2005 em parceria entre a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Fronteiras – Revista Catarinense de História, em seu número 13, apresenta o **Dossiê Guerra e Nacionalização**, divulgando, assim, os textos das mesas e das conferências.

Com a proposta de refletir sobre a Era Vargas, a Nacionalização e as tensões da Segunda Guerra Mundial, foi oportuno promover um evento no momento em que se marcavam 60 anos de final do conflito, provocando o debate e revendo interpretações e, mais ainda, denunciando intolerâncias.

O Sul do Brasil foi enfocado, sem desconsiderar outras regiões, porque efetivamente, as normatizações e medidas repressivas para com os descendentes de ítalo-germânicos (também outras etnias, menos representativas no sul) provocaram um torvelinho de denúncias, de medo, de silêncios, de prisões, de torturas, de interdições, ao mesmo tempo em que se exacerbava uma onda de nacionalismo e a construção de imagens maniqueístas, culminando com repressões e violências.

Refletir sobre a guerra e sobre a nacionalização forçada implica lançar olhares que alcançam políticas governamentais, identificações, religiosidades, relações étnicas e de gênero, educação e escolarização, entremeadas às transgressões, resistências, burlas, denúncias, ganhos e perdas, onde as relações de poder do Estado, da polícia política ou dos civis, aparecem nas entrelinhas do período de conflito. Um tempo outro, onde a realidade vivida na cotidianidade compõe o pano de fundo de muitas histórias e memórias.

Efetivamente, no torvelinho entontecedor vivido nesse outro tempo, permeado de práticas antidemocráticas, urge reavivar outras histórias para além daquela que o Estado Novo cuidou, deliberadamente, de construir como unívoca, convergida para a eliminação das diferenças regionais na tentativa de dar uma forma peculiar ao passado, de festejá-lo, de apaziguá-lo, silenciando experiências e vozes. Esse tipo de história foi contado para o

domínio, e, como bem afirma Marc Ferro, “controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações quanto as rebeldias”.<sup>1</sup> Possibilitar a publicação destes textos permite refletir sobre práticas cotidianas versus políticas governamentais, levadas a efeito no período da Segunda Guerra, bem como dizer algo sobre a sociedade onde vivemos hoje. Eric Hobsbawm nos dá essa lição: “É tarefa do historiadores tentar remover essas vendas, ou pelo menos levanta-las um pouco ou de vez em quando - e na medida que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprende-las”.<sup>2</sup> Essa é uma possível aposta contra as intolerâncias de ontem e de hoje.

Os textos apresentados, em número de sete, analisam a nacionalização e a guerra de diversos ângulos e olhares, permitindo reflexões sobre as intolerâncias, a violência, o preconceito étnico, a língua, a literatura, as relações do Estado com o clero, com a escolarização e a repressão, interpretados a partir das fontes que escaparam à destruição daquele tempo de arbítrio. Eles ampliam, assim, o leque de possibilidades da análise histórica, cujas narrativas deixam entrever cenas do cotidiano, os imaginários sociais construídos e as conseqüentes representações de mundo deixadas em registros por homens e mulheres que viveram naqueles anos. Os textos apresentados são uma contribuição dos professores e professoras Maria Luiz Tucci Carneiro (USP), René Gertz (PUCRS), Walquiria Renk (PUCPR) Priscila Perazzo (USP), Marlene de Faveri (UDESC) Cinthya Campos (UFSC), Lucio Kreutz (UNISINOS) Neide Fiori (UNISUL), pelo que agradecemos.

*Muitas faces de uma guerra: 60 anos de final da Segunda Guerra e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil* foi gestado e realizado por uma comissão organizadora que reuniu professores/as e alunos/as das duas instituições envolvidas (UDESC e UFSC), e realizado nas dependências da Faculdade de Educação/Faed/Udesc.

Pesquisadores do tema, oriundos de instituições catarinenses e de outros estados, participaram de cinco Simpósios Temáticos, onde apresentaram seus trabalhos e estabeleceram diálogos e debates, o que favoreceu a publicação dos anais completos, disponíveis no sítio <<www.simposioudesc.cjb.net>> O evento contou com o apoio da

<sup>1</sup> FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Ibrasa, Instituto Brasileiro de Difusão Cultural Ltda, 1999, p.11.

<sup>2</sup> HOBASBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 48.

Associação Nacional de História, Núcleo de Santa Catarina - Anpuh/SC, da Fiepe, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Udesc, do Programa de Pós-Graduação em História da Ufsc e do apoio inestimável do Centro de Ciências a Educação/Faed/UDESC, por meio do Núcleo de Estudos Históricos e da Direção Assistente de Pesquisa e Extensão/Dape.

*Marlene de Fáveri  
Departamento de História da  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)*

VOLUMES ANTERIORES DE  
FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA Nº03

Neste número:

NODARI, E. S.; SERPA, E. C.; MERGENER, F.; DEL PRA NETTO. Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República.

FLORES, M. B. R.; WOLFF, Cristina S.; CZESNAT, L. de O. O grande teatro público - Octoberfest.

PEDRO, J. M.; FLORES, M. B. R. História, Experiência, Narrativa.

ISAIA, A. C. Testamento a um doente chamado Brasil.

IOKOI, Z. M. G. Descaminhos da modernidade: identidade e movimentos sociais no Brasil.

ANTELO, R. Per speculum in aenigmate: construção de identidades culturais nas ficções de interpretação nacional.

RAMPINELLI, W. J. O primeiro grande êxito da Cia na América Latina.

ROJAS, C. A. A. Michel Foucault en el espejo de Clío.

Resenhas

## O MITO DA HOSPITALIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE GUERRA: intolerância, nacionalismo e autoritarismo nos bastidores do poder<sup>1</sup>

Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>2</sup>

### Resumo:

A historiografia contemporânea demonstra que o Estado Novo aprimorou a campanha de brasilidade ufanista, anti-liberal, anti-comunista e xenófoba, encobridor de valores racistas e anti-semíticos da elite política. A questão deixa à vista uma série de mitos, entre os quais o da democracia racial, da cordialidade secular do homem brasileiro, da hospitalidade e do espírito humanitário do governo brasileiro. Considerando que mitos políticos têm uma função explicativa, constatamos que eles foram reapropriados por intelectuais, autoridades políticas, diplomáticas e policiais brasileiras que, em nome da segurança nacional e de uma moral católica, procuraram encobrir interesses políticos e econômicos, valores racistas e fascistas, reafirmados por paradigmas europeus.

### Abstract:

*Contemporary historiography shows that New State developed an anti-communist, xenophobic, anti-liberalistic campaign to cover racist and anti-semitic values of brazilian elites. This topic could discuss several myths like brazilian racial democracy, brazilian secular cordiality, and the humanitarian spirit of national government. So, considering that political myths have an explanatory role, we think they were used by scholars, political and policial authorities, and diplomatiens to maintain national security and a catholic moral that looked for mask economic and political interests or fascist and racist values based on european paradigm.*

**Palavras-chaves:** nacionalismo - política - brasilidade - violência.

**Keywords:** nationalism - politics - brazilianess - violence.

Foi no século XX que a chamada “barbárie das trevas” alcançou sua forma mais drástica sendo associada a visão do Apocalipse. Desde 1933, a Europa - oprimida pelo avanço dos nacional-socialistas que

<sup>1</sup> Conferência de Abertura pronunciada no Simpósio *Muitas faces de uma guerra: 60 anos de final da Segunda Guerra e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil*, ocorrido em maio de 2005 nas dependências da Faculdade de Educação/Faed, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Historiadora, Livre-Docente do Departamento de História da FFLCH/Universidade de São Paulo; Diretora Executiva do LEI- Laboratório de Estudos sobre a Intolerância e coordenadora do Proin - Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade.  
E-mail: <malutucci@terra.com.br>

lutavam pela conquista do espaço vital - transformou-se num “teatro de crueldades” onde a primeira intenção era, simplesmente, de negar ao Outro a condição de ser humano. Na Alemanha, os nazistas exterminaram minorias étnicas em busca da purificação racial e perseguiram intelectuais e pensadores por questionarem valores da civilização ocidental. A violência física se fez acompanhada da violência simbólica articuladas por uma verdadeira “guerra” de signos e de símbolos. Cidadãos das mais variadas nacionalidades foram expulsos de suas pátrias, transformados em parias: *cidadãos do mundo*. Foi quando o conceito de refugiado político tornou-se muito mais amplo implicando, também, no conceito de emigração forçada. Perambulando por labirintos abertos pelo ódio sem limites, os refugiados do nazi-fascismo saíram em busca de refúgios que lhes garantissem o direito à vida e à polifonia cultural. Mas, nem todos os países se identificavam com este repertório de identidades culturais e nacionais, seduzidos que estavam com os paradigmas do poder totalitário. Ao mesmo tempo - e em diferentes nações - a estética fascista ofuscava as alternativas democráticas banalizando os sentimentos de solidariedade.

É sob este prisma - da falsa cordialidade e da máscara da solidariedade - que devemos interpretar as outras faces da guerra, dentre as quais a postura assumida pelo governo brasileiro diante do drama humano. Esta questão suscita múltiplas interpretações da intolerância. O que se passou na superfície é mais do que conhecido; o difícil é rompermos os silêncios propositais da História.

A historiografia contemporânea tem demonstrado que uma intensa campanha de brasilidade ufanista, anti-liberal, anti-comunista e xenófoba - aprimorada durante o Estado Novo - prestou-se para encobrir valores racistas e anti-semitas sustentados pela elite política que, através do slogan “*promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país:*” encontraram uma fórmula para acobertar práticas autoritárias. Pesquisas recentes demonstram que a aplicação das leis nacionalistas de 1938 e das múltiplas Leis e Decretos-Lei sobre os “súditos do Eixo” trouxe drásticas conseqüências para as comunidades estrangeiras radicadas no Brasil.

Ao mesmo tempo em que os governos Vargas e Dutra fechavam as portas aos judeus refugiados e sobreviventes de campos de concentração, faziam concessões aos nazistas que, entre 1932-1942 e também no pós-guerra, aqui viviam acobertados pela cordialidade do Estado brasileiro. Com base em documentos diplomáticos e policiais podemos inserir o Brasil na lista dos países colaboracionistas do III Reich. Remando contra a maré dos nações que lutavam pela preservação dos direitos humanos e protestavam contra as práticas totali-

tárias, o Brasil - que procurava sustentar a imagem de “nação neutra” e de “país humanitário” preferiu dar tempo ao tempo.

Hoje - transcorridos 60 anos do final da Segunda Guerra Mundial - consideramos a sobrevivência das múltiplas comunidades de imigrantes no Brasil como uma conquista dos povos no exílio. Portanto, os atos intolerantes praticados pelo governo de Vargas e Dutra nas décadas de 1930-1940, devem ser avaliados como parte de uma ação de consenso das autoridades políticas cujo perfil autoritário, xenófobo e anti-semita não deixa dúvidas. Em síntese, duas palavras se prestam para classificar a atitude do governo Vargas: *omissão* e *inadimplência* para com os direitos humanos e, em especial, para a questão dos refugiados do nazi-fascismo e dos deslocados de guerra a partir de 1938 até o final da Segunda Guerra Mundial.

A documentação histórica inventariada nestas últimas décadas junto aos arquivos brasileiros - e em especial no Arquivo Histórico do Itamaraty e Fundo DEOPS/SP - demonstram que a “neutralidade” brasileira frente ao conflito mundial iniciado na Europa em 1938 foi uma postura de fachada minimizada com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. Entre 1938-1945, as autoridades governamentais se deixaram guiar por uma mentalidade xenófoba, nacionalista, racista (e anti-semita, em particular) que os aproximava muito mais da ideologia defendida pelos países do Eixo do que dos princípios democráticos e humanitários pregados pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

Esta questão - se analisada sob o prisma da intolerância étnica-política - deixa à vista uma série de mitos, entre os quais o da *democracia racial*, da *cordialidade secular do homem brasileiro*, da *tradicional hospitalidade* e do *espírito humanitário* do governo brasileiro. A persistência destes mitos após 1938 repercutiu no cotidiano das comunidades estrangeiras radicadas em diferentes regiões do país e que - por sua identidade nacional, racial ou religiosa - foram discriminadas e tratadas de forma diferenciada. A situação agravou-se, ainda mais, após a invasão da Polônia pelos soldados alemães em 1º de setembro de 1939. Começava a Segunda Guerra Mundial.

Considerando que mitos políticos tem uma função explicativa, constatamos que estes foram reapropriados por intelectuais, autoridades políticas, diplomáticas e policiais brasileiras que, em nome da segurança nacional e de uma moral católica, procuraram encobrir seus interesses políticos e econômicos, seus valores racistas e fascistas reafirmados por paradigmas europeus. Discursos pejorativos incitaram ações intolerantes e estimularam práticas nacionalistas cujas conseqüências devem ser avaliadas pela historiografia contemporânea.

nea. Autoridades e líderes intelectuais da extrema-direita e católica não mediram esforços para incriminar certos *grupos étnicos* (dentre os quais cito os japoneses e os judeus) e *políticos* (no caso os comunistas) avaliados como símbolos de forças perniciosas ou como representantes das raças contaminadas pela “impureza das raças”, no caso a amarela e semita.” Aliados a diplomatas brasileiros em missão no exterior, juristas, médicos e psiquiatras eugenistas, os líderes do governo Vargas não mediram esforços para comprovar a malignidade representada por certos grupos “eleitos” como *inimigos-objetivos*, retomando aqui o conceito cunhado por Hannah Arendt.

Importante ressaltar que a diversidade nacional dos grupos discriminados pelo governo brasileiro como “indesejáveis” ampliava-se dia-a-dia acompanhando o avanço das tropas nazistas em direção ao Leste Europeu. Enquanto isso, na Europa - no caminho inverso e em direção ao Oeste (às Américas, portanto) - caminhavam, num fluxo contínuo e desorganizado, os refugiados políticos (na sua maioria judeus e/ou comunistas do Leste europeu). Dentre estes estavam os tchecos, os austríacos e os poloneses, expulsos de sua pátria-mãe pelos nacional-socialistas comandados por Hitler.

Ao invadir a Polônia com suas *Panzers Divisions*, a Alemanha tinha a oportunidade de testar o poderio bélico de seu Exército, lembrando aqui que as anexações da Áustria e da Tchecoslováquia haviam sido feitas sem o disparo de um único tiro. Ao discursar no *Reichstag* (parlamento) em 28 de abril de 1938, Hitler - para encobrir sua atitude de “invasor” da Polônia - alegava estar “reintegrando a cidade de Dantzig onde viviam 300 mil alemães”. O que fazia Hitler neste momento? Resgatava e oficializava como ideologia do Terceiro Reich o sentimento de “pertencimento” do povo alemão à nação alemã. Por isso, para compreendermos o fanatismo racial incitado pelos nazistas, devemos procurar suas origens no *pangermanismo* e no *anti-semitismo eliminacionista* manifestos na Alemanha desde a segunda metade do século XIX.<sup>3</sup> Inspirado em uma interpretação do passado histórico, tal conceito contribuiu para germinar o sentimento nacionalista germânico, conhecido como pangermanismo.

Discursos intolerantes propagados por toda Berlin, Baden, Frankfurt ou na Baviera, interceptavam as tentativas de se conceder aos judeus *status* de cidadãos alemães.<sup>4</sup> Ao negar tudo que fosse não fosse

<sup>3</sup> Sobre esta questão ver Maria Luiza Tucci Carneiro. A Era Nazi e o Anti-semitismo. In: PINSKI, Pinsky e BASSANEZZI, Carla (orgs.). Faces do fanatismo. São Paulo: Contexto, 2004, pp.102-133.

<sup>4</sup> O fato dos judeus alemães terem conquistado a primeira emancipação em 1807, e os direitos de igualdade social e civil entre 1869-1871, os colocou em situação de igualdade perante a

genuinamente germânico e ariano, os nazistas transformaram os judeus em alvo privilegiado das práticas genocidas, postura que resultou na sistematização da exclusão e do extermínio (a chamada “solução final”) arquitetada pelo Estado alemão. A imagem do judeu, tido do ponto cognitivo como lingüístico, sofreu transformações: de grupo religioso, passaram a ser interpretados como *nação* e *associação política*, de cunho corporativo (imagem estereotipada propagada pelos *Protocolos dos Sábios de Sião*). Procurando definir o perigo do fortalecimento de uma “identidade judaica” - incentivada pelo processo de emancipação dos judeus na Europa -, os anti-semitas optaram por interpretá-los como constituintes de uma “raça nociva”, conceito reforçado pela idéia de malignidade: o “judeu (*der Jude*) projetou-se em oposição ao modelo ideal de alemão puro. Enquanto raça, religião, nação ou grupo político, o judeu era representado como símbolo da corrosão cultural, econômica, moral, política. Enfim, eram avaliados como um “corpo estranho” enquistado no coração da Alemanha. (um *Fremdkörper*). Expulsos da Alemanha e dos territórios ocupados pelos nazistas - que estavam imbuídos da necessidade de ampliar o espaço vital alemão (*Lebensraum*) - os judeus foram transformados em apátridas, verdadeiros cidadãos do mundo.<sup>5</sup>

Os alemães foram induzidos a pensar em si mesmos como *parte de um coletivo*, uma espécie de corpo cujos membros se integravam num mesmo espírito (o *Volksgeist*). Desta forma, se oferecia oportunidades ao povo oprimido de ser valorizado como parte integrante de uma raça superior, “desde que não fossem judeus”. O sentimento pangermanista - incitado pela propaganda oficial nazi articulada pelo Ministério de Goebbles - serviu de elo de ligação entre os alemães espalhados por terras de todos os continentes. Entre estes estavam os imigrantes alemães radicados no Brasil desde o final do século XIX e seus descendentes, principalmente, aqueles concentrados nos estados do sul e sudeste do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

---

população geral. Essa nova realidade, entretanto, reacendeu os sentimentos de ódio e inveja herdados do mundo cristão medieval e do moderno. Tanto assim que o debate acerca da real necessidade de emancipação dos judeus na sociedade alemã recuperou a idéia de que os judeus precisavam ser “regenerados”, devendo para tanto renunciar à judaicidade. Para serem aceitos como “iguais perante a nação”, os judeus deveriam se converter à “religião da razão” (*Vernunftreligion*) e aceitar a imposição da germanidade, apresentada como virtude. Idem, pp. 108-109.

<sup>5</sup> Sobre este tema ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do Mundo. O Brasil frente a questão dos judeus refugiados do nazi-fascismo (1933-1948). Tese de Livre-Docência apresentada à FFLCH/USP, 2002.

## Laços nacionalistas e de solidariedade à Alemanha Nazista

Com a ascensão de Hitler ao poder em 1933 e com a proliferação do anti-semitismo na Alemanha adotado como instrumento de poder do Estado alemão a partir da aplicação das Leis de Nuremberg (1935), intensificou-se a tensão entre os grupos que compunham a comunidade teuto-brasileira radicada no sul e sudeste do Brasil. Não devemos pensar jamais numa “Colônia alemã” homogênea, sem distinções partidárias e culturais.

De um lado posicionaram-se os adeptos do nacional-socialismo, pangermanistas por tradição, cidadãos do Reich, arianos representantes de uma raça superior. A vitória de Hitler foi por eles interpretada como “o triunfo da vontade do povo sob a liderança do Führer, e que a partir de agora, tudo o que lá em cima ocorrer, será sinônimo desta vontade.”<sup>6</sup> Este segmento de cidadãos alemães sediados no exterior eram alvo das atenções da *Auslandsorganisation* - A.O (*Organização para o Exterior do NSDAP*) que pretendia transformá-los em representantes econômicos do Reich e numa espécie de reserva militar no caso de um conflito armado. E realmente isto aconteceu, conforme atestam os registros efetuados pelas autoridades da Missão Militar brasileira sediada em Berlim e Frankfurt após 1946.

Após 1933, o Partido Nazista idealizava a formação de verdadeiras “ilhas arianas” no sul do Brasil. Estas, no entanto, ficaram fragilizadas, a partir de 1938, com as campanhas de nacionalização sustentadas pelo Estado Novo. A partir de 1942 - com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados - a imagem deste grupo passou por um processo “provisório” de metamorfose: de cidadão ideal para inimigo militar ou “quinta-coluna.” Daí afirmarmos que a repressão aos nazistas no Brasil é datada. Com o final da guerra e após a divulgação das atrocidades praticadas pelo nazistas nos campos de extermínio, sua representação se fez modelada pela a imagem do perpetrador de crimes contra a Humanidade. Estes fatos, no entanto, não inibiram o governo Dutra de favorecer a entrada de nazistas no Brasil e o retorno de teuto-brasileiros que, desde 1939, imigraram para servir ao Exército alemão e ao Terceiro Reich.

Neste momento valorizam-se os postulados impostos pela Liga Pangermânica: o direito à cidadania alemã estava condicionado à herança racial, à existência de um passado comum, à presença de

---

<sup>6</sup> Afirmação publicada em periódicos alemães (*Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1934, p. 13; *Koseritz'Volkskalender*, 1934, pp. 97-98, conforme citação de Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, *Racismo no Sul do Brasil: heranças de um mito* In: *Revista de História. Dossiê Racismo*, organizado por CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, nº 129-131, ago-dez, 1993-94, p. 174.

uma comunidade de sentimentos que, reforçada, excluía o “diferente”, tratado como inferior, como “estrangeiro” ou “como escória.”<sup>7</sup>

As estratégias de propaganda articuladas por Bohle, membro do segundo escalão do partido, surtiram efeito entre os “colonos” do sul do Brasil: estes se tornaram cidadãos apáticos à política brasileira, com tendências ao auto-enclausuramento, conforme documentou um jornal da “Colônia nazista”: “Somos um milhão de alemães no Brasil. Somos um exército sem soldados, uma Igreja sem torre, aceitai o desafio agora... - Vós fostes chamados para serem líderes deste povo, pois sois o povo mais inteligente desta terra.”<sup>8</sup>

Uma ficha de informação sobre a prestação de serviço militar preenchida pelo brasileiro Fritz Achenbach (nascido em 25/03/1911 em Bielefeld/Alemanha, naturalizado em março de 1935) é expressiva deste *sentimento de pertencimento*. O referido cidadão – registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Porto Alegre (27/10/1938) – prestou serviço militar entre setembro de 1940 a maio de 1945. Serviu como geômetra na repartição de Agrimensua e Cartografia e esteve em teatro de operação na Rússia-Alemanha. Anotou, do próprio punho, como razões pelas quais prestou serviço militar:

Como descendente de alemães fui chamado para o serviço militar pelo antigo governo alemão em virtude de este só reconhecer a nacionalidade alemão para descendentes de alemães. Quem recusou a incorporação foi tratado como desertor. Neste caso, parentes mais próximos foram chamados à responsabilidade. Pelo fato de tais parentes meus serem alemães e residirem na Alemanha, não foi possível, perante a minha consciência, praticar um acto de deserção, afim de evitar conseqüências certamente serias para meus parentes. Assinado Fritz Achembach, 10 de abril de 1947”.<sup>9</sup>

Inúmeros são os casos de cidadãos nascidos em Santa Catarina, por exemplo, que prestaram serviços de guerra ao governo alemão. Dentre estes cito o Dr. Horst Giesecke, nascido em 5 de março de 1909, em São Bento/SC; Fritz Albert Richter, nascido em 14 de novembro de 1915, em Antápolis; Wolfgang Fritz Oswald Tiemann, nascido em 5 de agosto de 1914, em Rio do Sul; Gerhard Ferdinand

<sup>7</sup> MAGALHÃES, M. Op. cit., p. 177.

<sup>8</sup> *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1933 apud Marionilde Magalhães, Op. cit., p. 175.

<sup>9</sup> Ficha de Informações sobre Prestação de Serviço Militar de ACHENBACH, Fritz., 10 de abril de 1947. Anexa ao Ofício nº 112 do Cel. Aurélio de Lyra Tavares, Chefe da Missão Militar Brasileira em Berlim para Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Berlim 16 de junho de 1947. *Ofícios Recebidos*, Volume 118/05/4. AHI.

Hermann Kunze, nascido em 16/12/1896, em Joinville/SC; Leopoldo Schmidt, nascido em 29/10/1909 em Joinville/SC.

A maioria destes “servidores do Reich” e “candidatos a repatriação” foram resgatados pela Missão Militar Brasileira que, a partir de 1946, organizou a viagem do retorno mediante a assinatura de um *termo de compromisso* que garantia a “desnazificação”(sic) dos aptos ao repatriamento. Alguns casos especiais foram atendido por “*tratar-se de pessoa recomendada em vários telegramas da Secretaria de Estado.*”<sup>10</sup>

Há casos de resgate de famílias como a do brasileiro Wolfgang Ernst May (nascido em 25/04/1930) e que se fazia acompanhado da mãe Helga Siegrid (nascida na Rússia em 26/10/1907) e sua irmã Siegrid Paula (nascida alemã em 14/10/1937. Nem ofício de repatriamento datado de 10 de junho de 1947, consta que estes residiam anteriormente em São Francisco do Sul/SC.<sup>11</sup>

### A “Colônia Alemã” fragmentada

Do lado oposto, estavam os judeus - também nascidos alemães transformados em cidadãos de 2ª classe, marcados por um J Vermelho e rebaixados à categoria de seres sub-humanos, de acordo com as pseudo-teorias oferecidas pelos “cientistas da morte”.

Getúlio Vargas cercou-se de germanófilos convictos, políticos e intelectuais que não ocultavam seu fascínios pelas conquistas empreendidas pela Nova Alemanha. Parte da comunidade alemã no sul do Brasil acreditava que aqui reproduzia, em “micro-regionalidades”, a sua “velha” Alemanha agora reavivada pelo Führer. Essa aproximação dos teutos com a cultura original provocou um isolamento lingüístico e cultural que, durante o Estado Novo, foi intensamente combatido pelas autoridades políticas e policiais que interpretavam tal postura como de “*erosão ao espírito de brasilidade.*”<sup>12</sup>

### O governo Vargas e Colônia Alemã no Sul do Brasil: apropriação do discurso nazi

Endossado pelo governo de Getúlio Vargas, este discurso nacio-

<sup>10</sup> Ofício nº 96 do Cel Aurélio de Lyra Tavares, Chefe da Missão Militar Brasileira em Berlim para o Embaixador Hildebrando P. Accioly, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. Berlim, 3 de junho de 1947. *Ofícios Recebidos*, Vol. 118/5/4. AHI.

<sup>11</sup> Ofício do Cel. Aurélio de Lyra Tavares, Chefe da Missão Militar Brasileira em Berlim para o Embaixador Hildebrando P. Accioly. Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. Berlim, 10 de junho de 1947. *Ofícios Recebidos*, Volume 118/5/4. AHI.

<sup>12</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. República, Identidade Nacional e Anti-semitismo. In: *Revista de História. Dossiê Racismo*. Op. cit., pp. 81-101.

nalista se prestou para encobrir os valores racistas e anti-semitas sustentados pela elite política que falava em “*promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país*”. O conjunto de decretos nacionalistas e xenófobos promulgados em 1938 pelo Estado Novo assim como a Polícia Política serviram para legitimar a ação repressiva e preventiva contra aqueles que, segundo o discurso oficial, eram considerados como elementos ameaçadores para a composição racial e para a ordem social e política brasileiras.<sup>13</sup> Quem eram os elementos corrosivos da nação brasileira? Os judeus (poloneses, austríacos, alemães, tchecos, romenos, russo, húngaros, italianos, dentre tantas outras nacionalidades) tornados apátridas pelos nazi-fascistas. Somavam-se à esta “escória”, os comunistas, os ciganos e os negros, tratados como parias da humanidade. Daí a postura de “neutralidade” de Vargas frente aos países do Eixo ser (por mim) avaliada como mera atitude de fachada para se manter “simpático” aos Estados Unidos, à Grã Bretanha e França), ou seja: uma máscara adequada aos grandes estadistas coroados pelos louros do fascismo.

Esta leitura possibilita compreender o árduo processo de gestação dos Direitos Humanos no Brasil. Eu diria que a História do Brasil Contemporâneo ainda está para ser escrita trazendo a público a postura omissa do governo brasileiro diante da questão judaica (1933-1948) e persistência de luta de várias organizações de resistência (muitas das quais judaicas<sup>14</sup> que - movidas por seus ideais de justiça e solidariedade (princípios inerentes ao judaísmo) - procuraram romper as barreiras erguidas por inúmeros países da América e Europa que se negaram a receber os refugiados políticos perseguidos pelo nazi-fascismo. Entre estes está o Brasil que, a partir de 1937 editou uma série de circulares secretas proibindo a concessão de vistos aos judeus (de múltiplas nacionalidades) e facilitando a entrada de “arianos puros”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> GOMES, Angela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 53-72.

<sup>14</sup> Dada a “situação de guerra” muitos destes registros foram queimados com o intuito de não comprometer os envolvidos. Importantes documentos e informações orais podem ser resgatadas com a ajuda de instituições que têm sob a sua guarda fragmentos de uma memória que é coletiva: *vestígios testemunhos* Projetos devem ser empreendidos nesta direção, impedindo que os mitos oficiais falem mais alto.

<sup>15</sup> Detalhes sobre as circulares secretas podem ser consultados em CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002; \_\_\_\_\_. *O Veneno da Serpente. Aspectos do anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003; KOIFMAN, Fábio. *Quixote das Trevas*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

## Frentes de resistência ao nazismo durante a Segunda Guerra

É com este intuito - o de resgatar esta história de anônimos - que vos falo hoje sobre aqueles que atuaram nas frentes de resistência ao nazi-fascismo (alguns isoladamente como *cidadãos*, outros através de suas *instituições étnicas, comunitárias*). Pelo fato do Brasil sustentar secretamente circulares secretas anti-semitas (1937-1948), estes cidadãos tiveram que atuar na clandestinidade, sem deixar vestígios. Um contato errado ou uma assinatura “fora do lugar” poderiam dificultar o salvamento de centenas de refugiados, a maioria apátrida, vítima de ódios seculares.

Os casos - de ajuda aos refugiados judeus - quando descobertos pelas autoridades brasileiras eram interpretados como “crime contra a nação”. E, como em todos os tempos e lugares, denúncias e delatores é que não faltam. Em novembro de 1947, portanto após o término da II Guerra Mundial, a Polícia Política de São Paulo recebeu um carta anônima denunciando o desembarque de judeus nos portos do Rio de Janeiro e Santos que, auxiliados pela JOINT, pretendiam se radicar no Brasil. Segundo o delator, tanto o vapor italiano “Sestrieri”, como o “Euricoe”, o “Phillippa” e o Andréa Gritti, trouxeram judeus “como de costume”. O informante (uma espécie de “olheiro”) relata que durante a viagem os judeus “fingiam-se de católicos, usando cruces e santinhos nos locais visíveis (tudo hipocrisia)”. Preocupado com o fluxo crescente de judeus ao Brasil, o delator advertia aquela Especializada sobre o perigo da colônia judaica. Informava que na cidade de Santos, muitos desses judeus se manifestavam (isso na intimidade) abertamente simpáticos à Rússia e ao seu credo, dando a impressão nítida de que se tratava da preparação da 5ª coluna nas Américas. O delator confessava-se apavorado com o progresso dessa gente e revoltado com a displicência das autoridades, não só do Brasil como das Américas.”<sup>16</sup>

Outras tantas denúncias, com este mesmo teor, podem ser identificadas em meio aos processos abertos pela Polícia Política contra judeus radicados no Brasil. A “fraude” do visto falso era apurada pelo *Departamento Administrativo do Serviço Público* (Dasp) encarregado de investigar e julgar os responsáveis por “irregularidades na entrada e permanência de *estrangeiros* em território nacional”. Jargões técnicos eram empregados de forma a mascarar a política imigratória anti-semita colocada em prática pelo Itamaraty desde

<sup>16</sup> Relatório nº 171 de Oto Guilherme advertindo a polícia sobre “o perigo da colônia judaica.” pront. 105673-Centro de Cultura e Progresso. Deops/SP, Aesp.

junho de 1937 até 1948. Em dezembro de 1939, Vargas solicitou ao CIC- Conselho de Imigração e Colonização - informações sobre certas denúncias contra a entrada de numerosos semitas no Brasil que estavam se valendo de “meios fraudulentos” para vazar as regras impostas pelas circulares secretas.

### Múltiplas máscaras para uma única face

Notícias como estas não deveriam “vazar” no exterior pois, aos olhos dos países integrantes da Liga das Nações e como membro oficial do *Comitê Intergovernamental para os Refugiados Políticos* (liderado pela pelos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha), o Brasil se apresentava como uma nação identificada com os ideais democráticos, humanitários. Assumir publicamente a adoção de circulares anti-semitas simbolizaria uma opção ideológica de apoio a política de exclusão adotada pelo Terceiro Reich e pela Itália fascista. A estratégia adotada pelo governo brasileiro foi a da *máscara*: publicamente oferecia quotas para todas as nacionalidades, privilegiando os vistos para aqueles que eram técnicos e agricultores. Perante os organismos internacionais assumiu a notícia de que, sensibilizado pelo drama vivenciado pelos judeus refugiados, havia ampliado para 3.000 as quotas anuais para os alemães, austríacos, tchecos e poloneses. Posteriormente, em ofícios confidenciais, esclareceu que privilegiaria católicos, técnicos e agricultores, ainda que a maioria dos candidatos aos vistos era de judeus, profissionais liberais, muitos de nível universitário e provenientes de uma classe média urbana. Imigração distinta daquela que viera para o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

As quotas, no bom sentido do ditado popular: eram “apenas para inglês ver”. Jamais foram preenchidas na sua totalidade. Milhares de judeus que haviam solicitado visto às missões diplomáticas brasileiras receberam apenas uma anotação à margem do seu requerimento: indeferido. Neste sentido, os vistos indeferidos pelo governo brasileiro devem ser interpretados não sob o ângulo da ética diplomática (cumprida à risca), mas como um sinal de descomprometimento do Brasil com a causa judaica que, desde 1933, clamava por soluções imediatas. Quando distante das pressões dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, assim como dos grupos de socorro internacional, o governo Vargas fez valer princípios anti-semitas em prol da higienização da raça brasileira. Tanto assim que penalizou “a bem do serviço público” aqueles que, na condição de membros da diplomacia brasileira, haviam se disposto a acudir os refugiados judeus.

Neste caso, o povo de Israel tem um dívida para com o Embaixador Luis Martins de Souza Dantas<sup>17</sup> que, desafiando as regras impostas pelas circulares anti-semitas, atribuiu vistos à centenas de judeus durante o período em que atuava como Embaixador do Brasil na França (1922-1943) e, mais especificamente, após 1937. Esta dívida, no entanto, não deve ser interpretada como “pouco caso” e sim como produto da realidade política brasileira que, até 1995, manteve seus arquivos diplomáticos fechado “a quatro chaves”, alimentando mitos e homenageando falsos heróis.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, a Polícia Política brasileira interceptou, via censura postal e em diferentes momentos, a correspondência enviada pelas organizações dedicadas a localizar famílias de refugiados radicadas no Brasil. A ação era *preventiva* pois tinha como objetivo imediato impedir o aumento da população judaica no país e manter sob vigilância aqueles que se prestavam como intermediários destas frentes de salvação. Em novembro de 1943, por exemplo, o DOPS/RJ censurou uma lista de nomes de refugiados que se encontravam na Suíça enviada pela *Sociedad de Proteccion a los Inmigrantes Israelitas*, de Buenos Aires para a *Jewish Colonization Association*, do Rio de Janeiro.<sup>18</sup>

Com o mesmo caráter confidencial foi interceptada em 23 de outubro de 1944 (e datilografada em 15 de outubro de 1944) a correspondência encaminhada pela *União Associação Beneficente Israelita* com sede no Rio de Janeiro, para a *American Jewish Joint*, sediada em New York. Após a leitura do referido material, o censor nº 277, do Grupo 4, do Departamento de Correios e Telegrafos transcreveu os trechos que considerou mais significativos para o seu relatório “Político”. Estes diziam respeito a estatística demográfica de refugiados registrados no Comitê; dados estatísticos sobre refugiados

<sup>17</sup> Luis Martins de Souza Dantas (1876-1954), carioca da nascimento, bacharel em Direito, diplomata de carreira desde 1897, era casado com Elisa Meier de Souza Dantas, judia de nascimento. Martins de Souza Dantas que, segundo a “construção do processo”, era o principal responsável pelas ordens de liberação dos vistos. No dia 9 de maio de 1942 (exatamente há 52 anos atrás) era publicada a “aposentadoria compulsória de Souza Dantas” que, a pedido do governo brasileiro (estávamos em tempos de guerra), continuou respondendo pela Embaixada do Brasil na França, agora com sede em Vichy. Ali permaneceu até maio de 1943 quando tropas alemãs invadiram o prédio da embaixada e Dantas foi preso e internado com outros colegas no campo de Bad Godesberg. Neste intermédio, ainda conseguiu emitir vistos à judeus que se encontravam refugiados na França. Dantas foi libertado somente em 1944, graças a interferência de Antonio de Oliveira Salazar, de Portugal. Ver obra de KOIFMAN, Fábio. Op. cit.; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Entre Tributo a Souza Dantas. Um Justo brasileiro entre os Justos que ajudaram a salvar judeus (no prelo).

<sup>18</sup> “Lista de refugiados enviada pela *Sociedad de Proteccion a los Inmigrantes Israelitas*, B. Mellibovski para a *Jewish Colonization Association*”. Buenos Aires, novembro, 1943. Censura Postal, Setor Diversos, Pasta 15, Dossê 7. Aperj/RJ.

israelitas auxiliados financeiramente pela referida “União”; e referências a negociações para a vinda ao Brasil de 500 crianças, possivelmente de origem israelita.<sup>19</sup>

Com base nas anotações do censor ficamos sabendo que no mês de agosto haviam se registrado junto a União:

Número de refugiados registrados no Comitê				
Nacionalidade	1º do mes	Novamente registrados	Final do Mes	
Austria	719	6	725	
Tchecoslováquia	186	6	196	
Alemanha	3472	6	3478	
Itália	53	6	53	
Polônia	3645	52	3.697	
Outros	6 626	959	7 585	
S/ nacionalidade	806		806	
Total	15 507	1.017	16.724?	

  

Refugiados israelitas auxiliados financeiramente pela “União”				
	Total	Homens	Mulheres	Crianças
até 15 anos				
Transporte mês anterior	349	151	171	27
Novos auxiliados	81	40	27	14
Assistência suspensa	66	31	24	11
Total no fim do mês	364	160	174	30
Assistência recusada	14	9	3	2

A informação sobre as 500 crianças, possivelmente de origem israelita, foi traduzida do inglês e anotada com um item a parte: salientava que *“no mês passado, uma notícia na imprensa diária se referiu as sólidas tentativas do nosso governo para introduzir 500 crianças no país. Esta ação foi objeto de discussão entre o Presidente da República e o presidente da Cruz Vermelha Brasileira. Nossa diretoria e outras organizações interessadas daqui (HICEM, Sociedade Beneficente Israelita) se reuniram e, relativamente a mencionada imigração, resolveram pôr-se em contato por meio de um memorial ao Presidente da República declarando assumir a completa responsabilidade da manutenção dessas crianças, sem qualquer distinção de raça, religião ou nacionalidade.”*<sup>20</sup>

<sup>19</sup> “Correspondência da União- Associação Beneficente Israelita para American Jewish Joint” Registrada pela Censura Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, nº 23.718, pp.1,2. Apej/RJ.

<sup>20</sup> Idem, p. 2. A B’nai Brith do Brasil, com sede em São Paulo, tentou trazer algumas destas crianças, segundo informação da Drª Edda Bergaman.

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro continuou a manter sobre vigilância os refugiados judeus radicados nas várias capitais brasileiras. Em novembro de 1948, o Serviço de Informações do Departamento Federal de Segurança Pública (Ministério da Justiça e Negócios Interiores) elaborou um dossiê de 487 folhas sobre a “Joint” e os “Refugiados”. Este dossiê contém uma extensa relação de nomes de refugiados (judeus) radicados na capital do Rio de Janeiro acompanhados dos seus devidos endereços e organização patrocinadora de sua entrada no Brasil. Entre estas estava a UNIÃO, a O.R.T. e a L.D.C.

Após ter consultado a documentação constante dos arquivos do Setor trabalhista, o Chefe do Setor (Setor Arquivo) informou que a *Joint* (*The American Jewish Joint Distribution Committees*), era “uma organização judaica de socorro aos israelitas, fundada nos Estados Unidos, destinada a prestar auxílio aos judeus vítimas do último conflito mundial, facilitando a imigração e concorrendo com o numerário necessário ao pagamento de pequenas despesas realizadas pelos súditos de Israel que deixam a Europa, rumo a outros Continentes.”<sup>21</sup>

Segundo versão policial, seu “Comitê Auxiliar”, instalado no Rio de Janeiro, se ocupa “dos mesmo mistéres, realizando festas, chás, exposições e subscrições entre os judeus abastados, arrecadando, dessa forma, fundos para a execução das finalidades a que se destina”.

Com base nesta investigação, o “setor” nada pode concluir do ponto de vista político-social anão ser “campanhas beneficentes”.

Estas, se avaliadas sobre o prisma político-social, supriam o vácuo deixado pelo governo brasileiro que, em nenhum momento, mostrou-se solidário aos problemas dos refugiados judeus no pós-guerra. Com exceção do governo do Estado de São Paulo que, após 1946 gerou um programa específico para o acolhimento deste fluxo, ainda que não estivesse direcionado especificamente para os judeus.

Constatamos – através dos boletins publicados pela Comitê Auxiliar da Joint de São Paulo – que uma intensa campanha foi empreendida com o objetivo de angariar remédios, mantimentos e agasalhos destinados aos judeus sobreviventes da guerra e dos campos de concentração na Europa: “*Salvemos os Sobreviventes*”, “*Quem viverá e quem perecerá*”, “*Se sua sorte fosse esta...?*”, são alguns dos

<sup>21</sup> “Joint” e “Refugiados”, pelo Chefe do Setor Arquivo, Serviço de Informações. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Departamento federal de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 22 nov. 1948. Diversos, pasta 6, Dossiê 1, fls. 1 a 487.

números especiais do *S.O.S. Campanha de 1946* que envolveu diretamente a *Ofidas, Congregação Israelita Paulista (CIP)* e o *Comitê Auxiliar do Joint em São Paulo*.<sup>22</sup> Para o ano de 1946 o lema da Joint foi “*salvar vidas*” e para 1947 “*reconstrução*”, programas que abarcavam todos os aspectos da vida judaica.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> *Boletim S.O.S. Campanha de 1946*. Comitê Auxiliar do Joint. São Paulo, “*Salvemos os Sobreviventes*” (nº1), setembro, 1946; “*Quem viverá e quem perecerá...?*”, (nº2), setembro, 1946; “*Se sua sorte fosse esta ...?*”, (nº3), outubro, 1946. Fundo Alfred Hirsberg, CX. 5, m. 2, AHJ/SP.

<sup>23</sup> *Hechos y Cifras. Organo de la Oficina Sudamericana del JOINT*. Buenos Aires, Febrero 5 (Vol. IV), nº 3, 1947. Fundo Alfredo Hirsberg, AHJ/SP.

VOLUMES ANTERIORES DE FRONTEIRAS:  
Revista Catarinense de História

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História, nº07

Neste Número:

GINZBURG, C. Unus testis: o extermínio dos judeus e o princípio de realidade.

PIERONI, G. A Inquisição Portuguesa e os degredados para o Brasil-Colônia.

CAMPOS, C. M. Identidade e diversidade no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense no Estado Novo.

SOUZA, R. L. de. Uma raça mista, uma sociedade homogênea: o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina.

MURARO, V. F. Sobre Hermenêutica, História e Narrativa.

PEDRO, J. M. Práticas que resistem através do tempo: aborto, infanticídio e abandono de crianças.

OLIVEIRA, H. L. P. Da participação à interatividade: o vídeo popular no Brasil.

SANTOS, J. C. dos. Corpo e narrativa na definição da Fronteira.

AREND, S. M. F.; WAGNER, A. P. A família açoriana na América Portuguesa: novos olhares.

Resenhas

## MAIS HISTÓRIAS DE UMA (OUTRA) GUERRA: Campos de concentração no Brasil para “súditos do Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial

Priscila Ferreira Perazzo<sup>1</sup>

### Resumo:

Pretende-se abordar a prática largamente utilizada na Segunda Guerra Mundial dos sistemas de campo de concentração para internos civis, relatando um breve histórico desse sistema moderno de reclusão no início do século XX e sua conceituação genérica, de forma a demonstrar que a prática de concentração de indesejáveis não se inaugurou na Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, as formas já difundidas e legitimadas foram aplicadas em situações que se justificavam diante do conflito mundial. Entre os objetivos dessa exposição está a discussão da experiência brasileira que se traduziu na prisão de estrangeiros do Eixo internados entre 1942 e 1945 em campos de concentração criados em várias localidades do território nacional, detalhando-se especificamente os campos sediados em Santa Catarina.

**Palavras-chaves:** “súditos do Eixo” - campos de concentração brasileiros - internamento de civis - relações internacionais - Presídio Oscar Schneider - Penitenciária Agrícola de Trindade/SC.

### Abstract:

*The present study intends to approach the widely used techniques in the concentration fields to civil prisoners during the II World War. A brief historical of this modern system of reclusion in the beginning of the XX Century and its generic concept showed that this kind of concentration practice of undesirable people was nor the first time in History, neither inaugurated during the II World War. On that moment, the used techniques, already spread and legitimated, were applied in situations which could be justified by the war period. The Brazilian experience had meant the prison of international people from the Axis from 1942 to 1945 in concentration fields located in several places all over the national territory (or Brazilian soil).*

**Keywords:** “subjects of the Axis” - brazilian concentration fields - civilian internship - international relationships - Oscar Schneider Prison - Trindade Agricultural Prison/SC.

A Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas são dois importantes momentos da História do Brasil que se interrelacionam. O Brasil estava sob o jugo do Estado Novo ao longo do período em que se desenvolveu

<sup>1</sup> Doutora em História Social (FFLCH-USP). Professora do Programa de Mestrado em Administração do Imes - Universidade Municipal de São Caetano do Sul na linha de pesquisa de Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade e Gestão de Cidades. Coordenadora do grupo de pesquisa: *Memórias do ABC/IMES* Universidade. Autora dos livros *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo* (SP: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999) e *Prisioneiros da guerra. Os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros*. (SP: Humanitas, no prelo). E-mail: <prisferazzo@ig.com.br>

o conflito mundial. Desse modo, as posições assumidas pelo governo brasileiro em relação à guerra foram drasticamente determinadas pela política de Vargas. Por sua vez, a guerra também significou fator transformador em algumas das propostas em curso. É nesse sentido que podemos afirmar que política interna e externa, nesse momento de interseccionam, compondo o cenário brasileiro do período.

Uma das dimensões mais estudadas da Era Vargas, nesses últimos vinte anos, refere-se à repressão institucional implantada pelo seu governo, principalmente após a instalação do Estado Novo. A repressão tomou várias faces, atingiu diferentes grupos sociais e políticos, visando conter ideologias e movimentos indesejáveis ao projeto político de Vargas.

Para tanto, diversas instituições atuaram no sentido de colocar em prática um sistema eficaz de repressão que não se furtou em promover a violência no País, seja ela simbólica ou física. O Tribunal de Segurança Nacional pode ser considerado uma dessas instituições responsáveis pela repressão de indesejáveis político-sociais do governo Vargas. As Delegacias de Ordem Política e Social, em suas instâncias estaduais bem como a federal também representaram uma outra parte desse sistema. Eis aqui, a implantação dos campos de concentração para “súditos do Eixo” no Brasil: uma das dimensões da repressão institucionalizada pelo governo de Vargas, legitimada pelo conflito bélico deflagrado na Europa, mas de extensões mundiais.

Os campos de concentração brasileiros inseriram-se num sistema maior de internamento de civis que alcançou ápice durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, suas origens são muito anteriores e seu formato moderno modelou-se com o advento do século XX. Foi para internar os “súditos do Eixo” no Brasil, a partir de 1942, que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério das Relações Exteriores passaram a adaptar e administrar presídios, colônias penais, manicômios, entre outros locais, tornando-os campos de concentração destinados a receber, concentrar e confinar estrangeiros do Eixo, considerados inimigos de guerra.

Nesse sentido, ao refletir sobre a criação, montagem e administração desses estabelecimentos é preciso levar em consideração diversos fatores de política interna e externa, que confluíram concomitantemente na condução desse processo. Os períodos do Estado Novo e da participação do Brasil na guerra são complexos, tanto em acontecimentos quanto em interpretações. Para conduzir essa reflexão é necessário pontuar alguns desses fatores, para caminhar em direção a um entendimento amplo, com certos cuidados em relação às ciladas que podem estar nesse caminho. Atualmente, a ques-

tão é desconfortável, traz discussões polêmicas e posturas antagônicas. Contudo, é necessário enfrentar o debate, sobretudo após sessenta anos de novas construções ideológicas acerca do tema e de um legado indiscutível no campo dos Direitos Humanos.

Pretendo comentar as teorias que fundamentam a construção da terminologia de “campo de concentração brasileiro” e, em seguida, demonstrar que a prática de internamento em campos de concentração não foi uma inovação da Segunda Guerra Mundial, pois a concepção moderna de internamento de indesejáveis tomara diferentes formas em momentos distintos da primeira metade do século XX. Por sua vez, foi durante o conflito que a possibilidade de internamentos de civis em campos de concentração ganhou contornos diferenciados e possibilitou experiências nefastas de genocídio.

Mas, as perguntas que nos fazemos são por que o Brasil adotou o sistema de internamento de “súditos do Eixo” em campos de concentração? Como eram os campos de concentração brasileiros? Como eram tratados os “súditos do Eixo” nesses estabelecimentos? Havia diversidade na organização e administração desses campos? Em que lugares do território nacional eles se instalaram? Quais suas principais características? E, finalmente, como remeter tais questões ao Estado de Santa Catarina?

### **Campos de concentração brasileiros: um conceito em construção**

O sistema de campos de concentração para internos civis no Brasil, durante a II Guerra Mundial, fez parte de um alinhamento político que exigia das relações internacionais brasileiras condutas efetivas na direção das proposições do Direito Humanitário Internacional. Aparentemente contraditório, esse sistema de internamento era considerado legítimo e recebia a extensão das normas internacionais da *Convenção de Genebra de 1929 relativa aos prisioneiros de guerra*.

Nesse sentido, a classificação dos campos de concentração para civis é considerada como uma forma contemporânea de reclusão e internamento de indivíduos, normalmente considerados indesejáveis, prática comum desde muitos séculos. Pode-se lembrar que o Santo Ofício na Europa dos séculos XV e XVI confinava os hereges nos cárceres inquisitoriais. Mais tarde, os “loucos” foram internados em hospitais e manicômios. Sabe-se que os europeus internavam indesejáveis sociais por motivos religiosos, políticos ou de doença, desde a Renascença até a Modernidade. Segundo Michel Foucault, a prática de internamento de leprosos ou loucos muito se aproximou da prática penitenciária desenvolvida a partir do século XIX e foi a questão da

retirada do indesejável do meio social que determinou os enclausuramentos nos hospícios ou nos presídios, pois “a internação representa, sob a forma de um modelo autoritário, o mito da felicidade social.”<sup>2</sup>

As modalidades de internamento e concentração de indesejáveis variaram durante o século XX. O mundo então conheceu desde formas de internamento consideradas “benignas”<sup>3</sup> até os campos de extermínio nazistas. Segundo Hannah Arendt, o campo de concentração num regime totalitário significou o “cerne do poder organizacional do regime”<sup>4</sup> e os campos de extermínio demonstraram a “crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível.” Mas apesar de constituir uma das características intrínsecas aos regimes totalitários, os campos de concentração não foram invenções destes mesmos regimes.<sup>5</sup>

Segundo Anthony Giddens, concentração e confinamento caracterizam formas de exclusão nos Estados-nação, nos quais a vigilância pode acontecer no sentido da manutenção da informação ou da supervisão direta. No primeiro caso, autoridades administrativas registram histórias de vida, enquanto no segundo incluem “a concentração de atividades por um período do dia, ou por um período da vida de indivíduos, em locais especialmente construídos para isso”, como as prisões e asilos que “dividem algumas das características generalizadas das organizações modernas”. Locais nos quais os indivíduos são mantidos inteiramente isolados do exterior devem ser considerados como tendo características especiais e que se diferem de outras organizações modernas. Nas prisões onde ocorrem concentração e confinamento, interrompe-se a rotina habitual de seus habitantes e de suas vidas. Nesse sentido,

[...] certamente o campo de concentração é, nos tempos mais recentes, o exemplo mais dramático e assustador de reclusão forçada. O uso de técnicas de vigilância em tais ambientes cercados e com horários controlados inegavelmente lançou uma marca maligna na era moderna.<sup>6</sup>

Com a eclosão do conflito mundial na Europa em 1939, a prática de internamento passou a ser largamente difundida e, naquele

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 5. ed, São paulo: Perspectiva, 1997, p. 77.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução por Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 494.

<sup>4</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 103.i:

<sup>5</sup> ARENDT, H. Op. cit., p. 488 e 491.

<sup>6</sup> GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a violência*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 205-206.

momento, indiscutivelmente aceita. Contudo, anteriormente a essa data, a organização de campos de concentração já se fazia visível, pois de acordo com Arendt eles surgiram pela primeira vez durante a guerra dos *Boers*, deflagrada na África do Sul entre britânicos e *africaners* entre 1899 e 1900.<sup>7</sup> À época, a prática fora justificada pela idéia de: “*custódia protetora de elementos indesejáveis*”, destinada aos “*suspeitos cujas ofensas não se podiam provar, e que não podiam ser condenados pelo processo legal comum.*”<sup>8</sup>

Mais tarde, nos governos totalitários de Hitler e Stalin, os campos de concentração passaram a representar o “*modelo social perfeito para o domínio total em geral.*”<sup>9</sup> Eles se tornaram lugares ideais para se empreender o extermínio físico das pessoas e eliminar a espontaneidade como dimensão e expressão da conduta humana.<sup>10</sup>

Hannah Arendt distinguiu sistemas independentes de campos de concentração:

- 1º) os voltados aos grupos condenados ao trabalho forçado, que viviam em relativa liberdade, com sentenças limitadas;
- 2º) aqueles onde os homens eram explorados em sua força de trabalho, provocando um alto índice de mortalidade;
- 3º) os “*campos de aniquilação*”, nos quais os internos eram “*sistematicamente exterminados pela fome e pelo abandono*”.

A partir dessas distinções, a autora classificou três tipos de campos de concentração “*correspondentes às concepções ocidentais básicas de uma vida após a morte*”: *Limbo*, *Purgatório* e *Inferno*. As duas últimas instâncias correspondem, respectivamente, aos campos de trabalho da União Soviética e aos de extermínio na Alemanha nazista. Quanto ao “*Limbo*”, trata-se do tipo de campo cujas formas eram

relativamente benignas, que já foram populares mesmo em países não-totalitários, destinadas a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis - os refugiados, os apátridas, os marginais e os desempregados; os campos de pessoas deslocadas, por exemplo, que continuaram a existir mesmo depois da guerra, nada mais são do que campos para os que se tornaram supérfluos e importunos.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Sobre a Guerra dos Boers ver Thomas PAKENHAM, *The Boer War*. Illustrated Edition. 2 reprin. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers, 1999.

<sup>8</sup> ARENDT, H. Op. cit., p. 491.

<sup>9</sup> Idem, p. 489.

<sup>10</sup> LAFER, C. Op. cit., p. 103.

<sup>11</sup> ARENDT, H. Op. cit., p. 493 e 496.

São também múltiplas as remissões às variadas modalidades de internamento de civis na História do Brasil Contemporâneo. Desde o início do século, a República procurou acomodar os “indesejáveis” em lugares previamente designados para excluí-los do convívio social. Revoltosos, proletários, vadios e pobres eram sistematicamente enviados a campos de concentração.<sup>12</sup> Seu desterro foi a maneira encontrada pelo Estado republicano para afastar da sociedade aqueles que representavam uma ameaça à manutenção da ordem estabelecida. A República debruçou-se sobre a questão da construção do aparato jurídico-policial que pudesse arcar com a implantação do novo regime. Esse aparato deveria recobrir os espaços da desordem que o novo sistema de trabalho (livre e assalariado) deixava transparecer. Assim, ociosidade, vadiagem e manifestações operárias integravam o rol das categorias de crime, sendo punidos com o desterro ou o internamento.<sup>13</sup>

Do início do século até a década de 1930, a repressão às dissidências políticas e às populações de baixa renda ocorria por meio do afastamento social, medida aplicada em larga escala sobre contingentes populares que participaram dos levantes do período, como no caso da Revolta da Vacina em 1904, nas greves da década de 1910, nas revoltas tenentistas dos anos 1920 e, especialmente, em 1924 em São Paulo. Já no governo de Arthur Bernardes (1922-1926), o “arbitrio do Estado pode ser constatado de forma viva e alargada” pelo envio de indesejáveis para Clevelândia, no Pará, local largamente difundido como campo de concentração pela retórica oficial da época, pelos textos publicados na imprensa e, até mesmo, pela historiografia estudiosa do tema. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, os internamentos em colônias penais “*eram a face velada do controle social arbitrário imposto pelo Estado às classes populares.*”<sup>14</sup>

No Nordeste, retirantes da seca também foram concentrados em campos isolados da sociedade. Desde a década de 1870, nas fases de estiagem os sertanejos cearenses deixavam suas terras e migravam para Fortaleza. Em 1915, a cidade vivia o processo de remodelação e aformoseamento pelo qual passaram os centros urbanos europeus e brasileiros a partir do final do século XIX. A chegada dos retirantes à cidade comprometia tal processo urbanizador. A saída encontrada pelas autoridades consistiu em confiná-los no e: *Campo de Con-*

<sup>12</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão - A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 13.

<sup>13</sup> PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão. História e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

<sup>14</sup> PINHEIRO, P. S. Op. cit., p. 95-96.

*centração do Alagadiço*, nos arredores da capital, mesmo sob protestos dos profissionais da saúde, que denunciavam o perigo da transmissão de doenças epidêmicas. Ainda assim, o coronel Barroso, que presidia o Estado do Ceará em 1915, levou a cabo seu plano justificando que a iniciativa “*facilitaria a distribuição dos socorros e permitiria um tratamento melhor e mais humano aos ‘atingidos pelo flagelo indomável’*”. Em 1932, sendo o Ceará novamente assolado por drástica seca, seu governo decidiu retomar as práticas implementadas em 1915. Aprimorando o projeto, organizou sete campos, visando proteger Fortaleza da invasão dos cerca de 105 mil flagelados.<sup>15</sup>

Diante dessas considerações, nota-se que a prática de internamento em campos de concentração, tanto no Brasil como em outros lugares, não é restrita aos tempos de guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, tal procedimento não foi diferente de outros momentos da História. Contudo, durante o conflito mundial, o internamento tanto de prisioneiros de guerra como de civis tornou-se uma medida largamente utilizada. No entanto, foi a prática de internamento de civis que diferenciou-se do que ocorrera em situações de guerra anteriores.

Foram várias as experiências voltadas para a repressão e exclusão de cidadãos de países em guerra. Nos Estados Unidos os japoneses residentes no Havaí foram retirados da ilha e internados no continente. O governo norte-americano manteve quase cento e dez mil nipônicos e descendentes em campos de concentração durante a guerra, sob a alegação de necessidade militar. Eles também recebiam os estrangeiros indesejáveis de outros países do continente, como do Peru, que chegou a deportar para lá mil e oitocentos japoneses.<sup>16</sup> Nesse sentido, podemos considerar que a prática de concentrar e confinar indesejáveis alcançava a “*pacificação interna*”, segundo Giddens, ao “*promover a disciplina de grupos potencialmente recalcitrantes em pontos centrais de tensão.*”<sup>17</sup>

Tanto na Europa quanto no Japão, muitos brasileiros ficaram internados em campos de concentração para civis. No Brasil, o tratamento dado aos alemães, italianos e japoneses não foi diferente. Retirados de circulação, esses cidadãos eram levados para presídios e delegacias do Estado, ou então confinados em colônias penais agrícolas ou, em alguns casos, ficavam reclusos até mesmo no pró-

<sup>15</sup> NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). In: *Revista Brasileira de História. Representações*. Anpuh/Contexto, vol. 15, nº 29, p. 93-122, 1995, p. 96.

<sup>16</sup> SAKURAI, Célia. *Inimigos em potencial: os japoneses no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. s/d. Monografia. Idesp - São Paulo, p. 22.

<sup>17</sup> GIDDENS, A. Op. cit., p. 207.

prio local de moradia,<sup>18</sup> levando a cabo um aspecto da geopolítica interna de que o território é do Estado e não dos cidadãos.<sup>19</sup> A diversidade de características não impede de denominá-los *campos de concentração*, considerando que todos os casos se referem ao afastamento social de indesejáveis por meio da prática de concentração e confinamento.

Diante das possibilidades apresentadas por Hannah Arendt e Anthony Giddens, entende-se os motivos da freqüente ocorrência do termo campo de concentração nos discursos dos personagens desta história, pois na primeira metade do século XX a prática de internamento em campos de concentração vinha sendo indistintamente utilizada como forma de reclusão em diversos países. Até a ascensão dos governos totalitários ao poder, já em meados do século, e a aplicação dessa prática levada às últimas conseqüências com os horrores promovidos pelos nazistas, como por exemplo, o que foi o campo de concentração de Auschwitz, entre outros, a humanidade convivia com essa experiência. A partir da segunda metade do século XX, com a deflagração da prática de genocídio e holocausto em campos de concentração, o termo passou a representar o *inferno*, como assim denominou Hannah Arendt os campos nazistas e stalinistas. Tal representação compõe o imaginário social constituído ao longo dos 60 anos pós-guerra e é responsável por acionar determinados signos que nos impedem de conceber uma experiência diferente daquela que existiu na década de 1940.

**Por que o Brasil adotou o sistema de internamento de “súditos do Eixo” em campos de concentração?**

Com o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo em 1942, a aliança com os Estados Unidos e a entrada efetiva do Brasil na guerra, o tratamento dispensado aos “súditos do Eixo” deixou de ser apenas uma questão nacional, para projetar-se como um dos elementos de negociação no campo da política internacional entre Brasil e Aliados. Desde então, o governo brasileiro intensificou a repressão ao nazi-fascismo no Brasil (que já vinha ocorrendo desde 1938-1940), na intenção de endossar o alinhamento com os Aliados. Assim, a repressão aos “súditos do Eixo” serviu à interseção dos interesses entre política interna e externa e foi no espaço dessa interseção que se organizaram os campos de concen-

<sup>18</sup> DE FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra. cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Ed. Univali/Ed. UFSC, 2004.

<sup>19</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 22.

tração brasileiros onde estrangeiros civis foram internados como prisioneiros de guerra.

As garantias da cidadania do estrangeiro foram cerceadas; seus bens foram confiscados, a locomoção controlada, a cultura drasticamente reprimida em suas dimensões cotidianas. Todos esses fatores foram vivenciados pelas colônias de estrangeiros do sul do Brasil que passaram a sofrer com o processo chamado de Nacionalização. A situação de opressão e perda das garantias individuais culminou com prisões e internamentos de cidadãos rotulados como “súditos do Eixo”. A permanência desses indivíduos em presídios, colônias penais e campos de internamento variou em função de decisões arbitrárias por parte da polícia, do governo e da diplomacia brasileira.

A problemática do tratamento dispensado aos alemães, italianos e japoneses relacionou-se às questões do nacionalismo e da soberania interna, que, por sua vez, estavam imbricadas com os anseios de projeção internacional e inserção no sistema mundial. A relação do governo brasileiro com as questões que envolviam os estrangeiros viu-se afetada pelo sistema internacional que sofria transformações significativas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a promoção do internamento de “súditos do Eixo” tornou-se uma prática interessante para a efetivação de políticas nacionalistas, da mesma forma que endossava uma aliança internacional. Mas a confluência dos interesses da política interna e externa não raro fugiu do controle da equipe do governo Vargas, e muitas das normas internacionais dificultaram e atravancaram medidas voltadas para a política interna.

Mergulhar, portanto, nas motivações e trazer à tona os reais interesses do governo Vargas em relação ao tratamento dispensado aos estrangeiros do Eixo no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, por meio da análise da retórica governamental, contribui para melhor compreender o envolvimento do país no conflito mundial. A forma como seriam tratados tais prisioneiros não significou apenas uma questão relacionada ao projeto de edificação do Estado Nacional moderno, mas também constituiu-se em elemento de negociação no campo da política internacional entre Brasil e Aliados. Essa aliança acenava com promessas de hegemonia brasileira no continente sul-americano. Os Estados Unidos, a partir das políticas do Pan-americanismo e da Boa Vizinhaça, combatiam a infiltração nazi-fascista no continente desde meados da década de 1930 (Conferência de Buenos Aires em, 1936 representa um dos momentos emblemáticos dessa preocupação norte-americana) e o governo brasileiro interpretava sua aliança com os Aliados - mais propriamente

com os Estados Unidos - como a oportunidade de contar com o apoio dos norte-americanos na disputa com a Argentina pela hegemonia do continente. Nesse sentido, a repressão aos “súditos do Eixo” não poderia permanecer apenas na retórica governamental. Esta deveria ser implementada efetivamente, o que levou, portanto, à adoção do sistema de internamento de civis em campos de concentração - prática largamente difundida no período e que permitiria o confinamento de “súditos do Eixo” que representassem um perigo à ordem interna do governo Vargas. Mas, como eram esses campos de concentração brasileiros? Quais seriam suas principais características?

Com a finalidade de edificar um sistema de internamento de acordo com as normas internacionais, foram criados locais de internamento com características variáveis em quase todos os Estados brasileiros. Colônias penais agrícolas, escolas, asilos e hospitais eram transformados em prisões.

O sistema de internação passou a ser implantado a partir do segundo semestre de 1942, com a entrada do país na guerra em agosto. Desde então, os estrangeiros do Eixo foram sendo recolhidos pela Polícia Política ou pelo Exército que os encaminhava para os campos recém criados ou para presídios e colônias penais que adaptavam parte de suas instalações para acomodação da nova categoria de prisioneiros. Em 1943, tal sistema estava em vigor, internando o maior número de estrangeiros do Eixo como prisioneiros de guerra. Quanto ao número de internos acomodados nesses estabelecimentos, trata-se de uma contagem não concluída, pois a presença de prisioneiros variava de ano para ano e informações sobre novos estabelecimentos ainda podem ser encontradas e acrescentadas.

A legislação brasileira de regulamentação dos campos de concentração poderia ser elaborada pelos próprios Estados, a partir de suas necessidades para a criação desses estabelecimentos prisionais. No entanto, o Art. 168 da Constituição Brasileira de 1937 previa que, em estado de guerra ou de emergência, o Presidente da República poderia autorizar, além da censura de correspondências e comunicações, suspensão da liberdade de reunião e da busca e apreensão domiciliar, *“a detenção em edifício ou local não destinado a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir.”*<sup>20</sup>

<sup>20</sup> ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. (org). *Constituições do Brasil (1824-1946)*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1958.

Muitos estrangeiros, primordialmente alemães, foram retirados de circulação e internados nesses campos enquanto vigorou o estado de beligerância entre o Brasil e o Eixo. Inúmeros deles desconheciam os motivos de sua detenção. Raramente interrogados, eles quase sempre eram mantidos presos sem que qualquer crime lhes houvesse sido imputado.<sup>21</sup>

Cada estabelecimento, por sua vez, encerrou características e naturezas distintas, o que motiva pesquisas específicas para cada um deles. A história regional, as relações locais com os estrangeiros e as autoridades estatais foram fatores que determinaram as diferentes possibilidades de internamento para “súditos do Eixo”. É possível fazer um balanço das características dos diferentes estabelecimentos, que trataram seus prisioneiros de formas bastante distintas. Contudo, se de um lado cada campo de concentração ordenou-se a partir de suas características regionais, alguns pontos comuns entre os diferentes estabelecimentos prisionais podem ser apontados:

1. A formação dos campos de concentração ocorreu após a entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, mas os “súditos do Eixo” estavam sendo presos pelas DOPS desde o rompimento das relações diplomáticas, que se deu em janeiro de 1942.

2. Os campos formaram-se devido à impossibilidade dos governos federal e estaduais acomodarem todo o contingente de estrangeiros presos a partir de 1942. Foram sempre denominados pelo discurso oficial como campos de concentração, independentemente do tipo, da forma e das características dos estabelecimentos.

3. Os campos de concentração eram regulamentados pelas leis estaduais, normalmente voltados para trabalhos agrícolas ou pecuários, com o uso do trabalho dos internos.

4. Os “súditos do Eixo” foram internados ao longo do segundo semestre de 1942, e em 1943 o sistema já estava estabelecido.

5. Os internos eram, em sua maioria, alemães; em segundo lugar vinham os italianos e, por último, os japoneses. Eram presas pessoas cujo envolvimento com atividades políticas, espionagem ou sabotagem se tornasse bastante evidente nas comunidades de origem.

6. Apesar das diferenças de cada estabelecimento, os alojamentos eram parecidos e, em geral, precários; satisfatória, a alimentação era complementada pelas encomendas enviadas pelas famílias. Apesar da vigilância, existia certa liberdade de locomoção dentro dos limites dos campos ou cidades onde estavam localizados. Os internos recebiam correspondência e encomendas sempre censuradas.

---

<sup>21</sup> Nota da Embaixada Espanhola para o Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 10/08/1942. Lata 1480, maço 33.482, AHI (PFP, H5).

7. Os estabelecimentos foram inspecionados pela Cruz Vermelha Internacional e membros das missões diplomáticas que representavam seus interesses. As visitas mais freqüentes eram das missões espanholas.

8. Os prisioneiros foram liberados a partir de agosto de 1945.

Minhas pesquisas, no início da década de 2000, apontaram onze estabelecimentos com características semelhantes, permitindo incluí-los na categoria de campos de concentração brasileiros. Todavia, suas particularidades quanto à gênese da organização, as relações dos grupos de estrangeiros com as sociedades locais, os diferentes perfis dos prisioneiros, entre outros fatores, apresentam-se de forma rica e interessante, abrindo-se, dessa forma, a necessidade de se ampliar as pesquisas sobre o tema.

De norte a sul do País, foram investigados os seguintes estabelecimentos e categorizados como campos de concentração brasileiros:

1. Campo de Concentração de Tomé-Açú, em Acará/PA;
2. Campo de Concentração Chã de Estevão, em Paulista/PE;
3. Penitenciária do Distrito Federal, em Niterói/RJ;
4. Colônia Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande/RJ;
5. Presídio de Ilha das Flores, no Rio de Janeiro/RJ;
6. Campo Militar para Prisioneiros de Guerra, em Pouso Alegre/MG;
7. Estação Experimental de Produção Animal, em Pindamonhangaba/SP;
8. Escola Prática de Agricultura, em Guaratinguetá/SP;
9. Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade, em Florianópolis/SC;
10. Presídio Oscar Schneider, em Joinville/SC;
11. Colônia Penal Gen. Daltro Filho, em Porto Alegre/RS.

Em Santa Catarina, dois estabelecimentos merecem destaque como campos de concentração de alemães: a Estação Agrícola Experimental da Penitenciária de Trindade, em Florianópolis, e o Presídio Oscar Schneider, em Joinville.. Oficialmente, o Exército era a instituição designada para efetivar a campanha de nacionalização em Santa Catarina. Em Joinville, onde se localizou um dos estabelecimentos destinados ao internamento de alemães e teuto-brasileiros, *“o programa de ação nacionalizadora foi dirigido pela 5ª Região Militar, sob a supervisão do Gen. Meira de Vasconcelos, auxiliado pelo 13º Batalhão de Caçadores”*.<sup>22</sup> Como ocorrera em todo o país, o auge das medidas nacionalizadoras de Vargas concretizou-se nas prisões dos “súditos do Eixo”, a partir de 1942.

---

<sup>22</sup> COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra de Camargo. (org.). *História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 1998, p. 175.

O Campo de Concentração de Trindade foi instalado no bairro homônimo em Florianópolis, numa seção agrícola da Penitenciária do Estado. Lá os internados ergueram as próprias instalações, retirando tocos e cepos de árvores, construindo estábulos e capinando a planta-ção existente. Nos alojamentos, os prisioneiros dormiam em colchões dobráveis recolhidos pela manhã. Não havia mesas nem cadeiras. A alimentação diária consistia em feijão preto e dois pãezinhos. No Natal recebiam pacotes e doces dos familiares.<sup>23</sup>

Em 1943, esse campo acomodava setenta e sete alemães e mais alguns teuto-brasileiros, totalizando pouco mais de noventa pes-soas.<sup>24</sup> Sobre esses prisioneiros pesava a suspeita de pertencerem ao Partido Nazista da região ou de propagarem sua ideologia e pratica-rem espionagem. Segundo Antonio Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, tais motivos justificavam sua pri-são sem necessidade de abertura de processo judicial.<sup>25</sup>

Segundo o relatório de Eric Haegler, delegado da Cruz Vermelha Internacional no Brasil, que visitou Trindade no dia 23 de fevereiro de 1943, esse campo se localizava, aproximadamente, a 10 km do cen-tro de Florianópolis. Os internos acomodavam-se em dois vastos dor-mitórios num grande pavilhão de construção recente, com boas con-dições de higiene, água corrente, eletricidade, chuveiros frios e quen-tes. O homem de confiança do campo (de acordo com a resolução da Convenção de Genebra, escolhia-se um dos prisioneiros com quem as delegações assistenciais poderiam conversar) era um antigo enge-nheiro de Blumenau que desenhara, ele mesmo, as plantas para a construção do alojamento. Os internos deveriam se ocupar de traba-lhos agrícolas e estavam proibidos de receber visitas. Todavia, as encomendas enviadas por familiares eram entregues e a correspon-dência não sofria atrasos.<sup>26</sup>

O Presídio Oscar Schneider, em Joinville, ficava onde atualmen-te está o cemitério municipal. Antes de servir como prisão, abrigava um hospício construído em 1923 pela viúva de Oscar Schneider em terreno doado pela Prefeitura. A criação do Hospital Oscar Schneider

<sup>23</sup> Artigo “Comunidade Evangélica de Rio do Sul”. Texto de Emílio Odebrecht. Tradução de Hans Spieweck. In: Rio do Sul: *nossa história em revista*. Fundação Cultural Rio do Sul. Arquivo Público Histórico. Tomo II, nº 5, 2000. Rio do Sul: Jawi, p. 10.

<sup>24</sup> *Relatório de Frederico Gabaldón, cônsul espanhol em Porto Alegre, sobre visita ao campo de concentração de alemães de Trindade, para Embaixador da Espanha no Rio de Janeiro. Porto Alegre, 15/11/1943.* Lata 1586, maço 34.405, AHI (PPF, H5).

<sup>25</sup> PERAZZO, Priscila F. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.* São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999. p. 214)

<sup>26</sup> *Relatório de Eric Haegler, Delegado da Cruz Vermelha Internacional no Brasil, sobre os internos civis no estado de Santa Catarina, 1943.* Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ1 1427, ANRJ, (PPF, A149).

coincidiu com o processo de modernização e urbanização da cidade, sendo a primeira instituição em Joinville exclusivamente destinada ao tratamento de doentes mentais. Diante de recorrentes problemas de más condições de higiene, da falta de recursos financeiros e tratamento adequado e superlotação, ele “*não contemplou os padrões de cientificidade*” da época, levando-o a ser desativado. Seus pacientes foram transferidos em 1941 para outra instituição recém-criada para isolamento de doentes mentais de Santa Catarina.<sup>27</sup> Em 1942, face ao grande número de prisioneiros alemães e teuto-brasileiros no Estado, o Hospital Oscar Schneider foi transformado em presídio. Durante a década de 1930, o problema da superlotação carcerária já se apresentava, sendo agravado pelo grande número de presos políticos detidos a partir da insurreição comunista de 1935. Dessa forma, o governo propôs a utilização de sanatórios para tuberculosos e de lazaretos para o confinamento de presos.<sup>28</sup> Assim, o prédio do antigo hospital para doentes mentais resolveria a carência de vagas para a detenção de estrangeiros, cuja vigilância ficou sob responsabilidade da polícia e comando de um sargento.<sup>29</sup>

Em 1943, o Campo de Concentração Oscar Schneider, em Joinville, abrigava quarenta alemães ou descendentes. Em 1944, Carlos Mourão Ratton, secretário de Segurança Pública do Estado advertia Nereu Ramos, interventor federal em Santa Catarina, que o número fora reduzido para quatro cidadãos, pois a maioria ganhara liberdade em virtude do cumprimento de suas sentenças ou da absolvição.<sup>30</sup> Entretanto, segundo a embaixada espanhola, em março de 1945 existiam dezessete “*súditos alemães*” no presídio, detidos há cerca de três anos, sem processo judicial em andamento ou qualquer condenação decretada.<sup>31</sup> Os alemães ou teuto-brasileiros internados no Oscar Schneider eram procedentes de outras regiões do Estado de Santa Catarina, enquanto os joinvillenses presos eram internados em Florianópolis ou no Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> FONTOURA, Arselle de Andrade. Aqui “jaz um hospital...”. In: GUEDES, S. (org.). *História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 1998, p. 162-195, p. 103. Nesse artigo, a autora aborda a história do Hospital Oscar Schneider como Instituição para doentes mentais, e sua relação com o processo de modernização e urbanização de Joinville que utilizava-se do saber científico para a organização racional do cotidiano de uma cidade.

<sup>28</sup> PEDROSO, R. C. Op. cit.

<sup>29</sup> COELHO, I. Op. cit., p. 190.

<sup>30</sup> *Cópia do ofício de Antonio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, para Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina. Florianópolis, 27 mar 1944. Lata 1902, maço 36.336, AHI (PFP, H5).*

<sup>31</sup> *Nota da Embaixada Espanhola para o Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 31 set 1945. Lata 1902, maço 36.336, AHI (PFP, H9).*

Em 1944, as condições do estabelecimento foram consideradas de boa salubridade, pois as celas eram espaçosas e tinham camas, uma mesa e um banco. No entanto, os próprios prisioneiros deveriam providenciar colchões e cobertores. Havia chuveiros e pias, algo incomum na maioria dos estabelecimentos desse tipo. Os prisioneiros do Oscar Schneider não eram obrigados a desempenhar nenhum serviço e os que quisessem podiam se dedicar a trabalhos manuais. Contavam com um grande salão para jogo de bastão, quintal para passeio e jogos de bola e recebiam periodicamente a visita de um médico. Não era permitida a realização de cultos dominicais, e as visitas de familiares só eram possíveis mediante autorização especial, à exceção do Natal, quando a permissão era geral.<sup>32</sup> As condições do Oscar Schneider foram consideradas melhores que as de outros presídios brasileiros para “súditos do Eixo”. Talvez pelo fato de lá existirem chuveiros, provavelmente já existentes à época do funcionamento do hospital, e dos internos não serem obrigados ao trabalho na lavoura nem à manutenção do estabelecimento, como ocorreu nos campos agrícolas de Trindade/SC, Pindamonhangaba/SP, Guaratinguetá/SP e até mesmo em Tomé-Açú/PA.

Em 1944, o número de presos alemães em Trindade caíra para quarenta e quatro, enquanto que o Oscar Schneider, em Joinville, acomodava apenas quatro alemães, apesar da sua capacidade para alojar até duzentos presos. Segundo informações da embaixada alemã na Espanha enviadas ao Ministério do Exterior em Berlim sobre Trindade e Joinville,

ambos os campos dispõem de vastas áreas para a prática de esportes e passeio ao ar livre. Não há trabalhos forçados. Além da saudável alimentação fornecida pelo Estado, os prisioneiros recebem de seus familiares alimentos em quantidades de cerca de 120 quilos por semana. É permitida a remessa de cartas, sendo que atualmente são despachadas cerca de cem por semana. As autoridades construíram em Trindade um moderno pavilhão, equipado com boas instalações sanitárias e que dispõe de serviço médico. Os doentes são transferidos para um moderno hospital na cidade. Além disso, há outros dois pavilhões disponíveis, na época ocupados por 5 internos, que solicitaram serem transferidos para lá.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> COELHO, I. Op. cit., p. 189-190.

<sup>33</sup> *Correspondência da Embaixada Alemã na Espanha, para o Ministério do Exterior em Berlim. Madri, 19/04/1944.* Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn. Rolo de microfilme nº 29. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Maria Thereza Böbel.

## Conclusões

Uma discussão nesse sentido, relevando episódios ainda pouco conhecidos sobre o conflito e refletindo sobre uma prática de reclusão e opressão moderna, oferece aos pesquisadores e público em geral, oportunidades para uma revisão da história e historiografia brasileiras, no sentido de denunciar as “ciladas do imaginário” político dos nossos dias, que concebe uma única prática e uma única forma para campos de concentração.

Acredita-se poder utilizar o termo *campo de concentração*, pois à época existia a expansão de uma forma de “poder disciplinatório” que se tornava possível a partir do estabelecimento de locais nos quais a observação regularizada das atividades podia ser realizada no sentido de garantir o controle “total” dos indivíduos.<sup>34</sup> Designa-se os presídios e colônias penais no Brasil como campos de concentração sem se basear na existência ou não de maus-tratos aos prisioneiros, até mesmo porque não se pretende comparar ou dimensionar o sofrimento humano dos estrangeiros presos no Brasil em relação ao ocorrido na Europa sob o jugo dos nazistas.

Utilizar o termo para situações diferentes daquelas representadas no imaginário social de forma nenhuma deverá amenizar as atrocidades cometidas nos campos de trabalho forçado, ou nos campos para prisioneiros de guerra militares, ou nos campos de extermínio de judeus.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o tratamento dos prisioneiros alemães, italianos e japoneses no Brasil tinha como um de seus interesses específicos o posicionamento brasileiro no contexto internacional. Contudo, ao longo desses últimos sessenta anos, uma retórica foi sendo historicamente construída, extrapolou seu próprio tempo e permaneceu até hoje, reificando graus de comparação para o sofrimento humano entre as diversas experiências vividas no período da guerra, comprometendo, dessa forma, princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

Eis aí o perigo de se cair na cilada do imaginário quando não conseguimos, nos dias de hoje, designar o termo campo de concentração para outras experiências diferentes daquelas que aterrizaram a humanidade nos anos de 1940, levando tal prática a situações jamais vivenciadas anteriormente à existência dos campos de extermínio dos regimes totalitários, resultando no holocausto de milhões de pessoas.

---

<sup>34</sup> GIDDENS, A. Op. cit., p. 207.

Acredito na necessidade de demonstrar como a idéia de campo de concentração se cristalizou no imaginário social do pós-guerra e atualmente impede as pessoas de aceitarem o termo para outras situações senão aquelas empreendidas durante o governo de Hitler na Alemanha. A questão não é amenizar as atrocidades cometidas pelo nazismo. Auschwitz foi mesmo uma “experiência limite”, da qual nunca se havia visto nada parecido e, hoje, lutamos para que nunca mais a humanidade presencie tais episódios.

Na empreitada de “destruir o inimigo”, a partir da segunda metade do século XX, a própria intelectualidade brasileira construiu um imaginário político em torno do estabelecimento de campos de concentração, do qual agora não consegue se desvencilhar, deixando-se cair na armadilha das representações. Ao não aceitar a possível existência desses campos de concentração em situações diversas daquelas implementadas pelos nazistas e stalinistas, acaba por construir um instrumento que muito bem lhe serviria na empreitada da denúncia e do combate desse lamentável episódio da história da humanidade.

VOLUMES ANTERIORES DE FRONTEIRAS:  
Revista Catarinense de História

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História n° 8

Neste Número:

MELIÁ, B. El quid pro quo del descubrimiento-encubrimiento de América.

SANTOS, S. C. dos. Encontros de Estranhos além do Mar Oceano.

FERREIRA, J. M. C. Globalização, trabalho e movimentos sociais.

BRANCO, R. Relações do Brasil com povos de Língua Portuguesa.

MENDONÇA, S. R. de. Estado e a Construção da pobreza rural no Brasil (1888-1930).

PUCCI JR, R. L. Carlota Joaquina: as raízes da nação.

CARNEIRO, H. S. A Farmácia barroca.

Resenhas

## GUERRA CONTRA CIDADÃOS

René E. Gertz<sup>1</sup>**Resumo:**

O efeito mais presente na memória social sobre a Segunda Guerra Mundial, no sul do Brasil, é a “nacionalização”, que significou uma interferência profunda no sistema de escolas comunitárias, muito difundidas na região, mas também a destruição de instituições culturais e esportivas, além de perseguições policiais.

**Abstract:**

*In social memory of South Brazil the so called “nationalization” represents the most important effect of World War II. The private schools of the communities and other cultural institutions were destroyed. Many citizens were persecuted by police.*

**Palavras-chaves:** Segunda Guerra Mundial - nacionalização - preconceito étnico.

**Keywords:** World War II - nationalization - ethnical prejudice.

Bem antes de a Segunda Guerra Mundial começar, na Europa, em 1939, no sul do Brasil muitas pessoas já haviam sentido seus efeitos, através daquilo que ficou conhecido como “nacionalização”. Apresentei alguns dados sobre esse episódio, no que tange ao Rio Grande do Sul, num livrinho intitulado *O perigo alemão*.<sup>2</sup> Retomo neste texto alguns aspectos ali desenvolvidos, mas também apresento detalhes novos.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que essa guerra contra cidadãos - e não contra um outro Estado - apresenta duas faces: uma se desenrolou no campo educacional, outra no campo policial. É claro que, com muita frequência, as ações nessa dupla perspectiva estiveram entrelaçadas. Assim, houve, por exemplo, o acionamento de contingentes policiais para garantir a execução das determinações emanadas das autoridades educacionais. Como, porém, Lúcio Kreutz - em outro momento dentro deste congresso - se dedicará ao tema da “nacionalização” sob o aspecto educacional, me restringirei aqui a

<sup>1</sup> Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. E-mail: <gertz@cpovo.net>

<sup>2</sup> GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

referir alguns aspectos nessa perspectiva, na medida em que ela se aproximar da segunda face indicada ou quando refletir algum detalhe importante sobre o quadro mais geral do projeto “nacionalizador”.

Para tratar da “nacionalização” no Rio Grande do Sul, não se pode começar com o ano de 1938 nem concentrar a atenção exclusivamente naquilo que os homens mais identificados com ela nos anos seguintes - o interventor Oswaldo Cordeiro de Farias, o secretário de educação J. P. Coelho de Souza, o chefe de polícia Aurélio da Silva Py - pensavam e faziam, mas levar em conta os antecedentes políticos, os conflitos e preconceitos étnicos e religiosos presentes entre setores consideráveis da população gaúcha, desde o século XIX. Além disso, é necessário atentar para as diferenças que existiam na avaliação das diferentes populações “estrangeiras” que se concentravam no estado.

Assim, não há nenhuma dúvida de que, dos três grupos étnicos mais visados pelo processo de “nacionalização”, os alemães e descendentes estiveram em primeiro lugar. Essa posição certamente teria sido ocupada pelos japoneses e descendentes, se seu número tivesse sido mais significativo. Se o censo demográfico de 1940 registrou, para o Rio Grande do Sul, 15.279 cidadãos alemães, mais 7.543 naturalizados, portanto 22.822 no total - sem considerar algumas centenas de milhares de descendentes -, foram contados apenas 199 japoneses.<sup>3</sup> Mesmo assim, um intelectual gaúcho houve por bem escrever, em 1937, um livro apontando para o “perigo japonês” no Brasil e no Rio Grande do Sul, livro que teve uma segunda edição em 1942, sinalizando o interesse pelo assunto.<sup>4</sup> A opinião do autor sobre os japoneses pode ser avaliada através da transcrição de algumas frases do livro: “Felizmente a colonização japonesa em Santa Rosa frustrou-se”; “o trabalhador brasileiro assistia, entristecido, a essa competição dolorosa e à falta de comunhão entre os amarelos”; “o japonês é o povo que tem em mais alto grau o sentimento de inveja”; “em ocasião da visita do cônsul [japonês] a essa herdade [em São Sebastião do Caí], abriu ele, na presença de todos, um ótimo mapa e o examinou com o aludido inspetor japonês, em seu próprio idioma”.<sup>5</sup> Todas as frases denotam, claramente, os profundos preconceitos contra japoneses - e na última transparece, evidentemente, o medo do imperialismo japonês, vinculado à presença de japoneses e descendentes em nosso território.

<sup>3</sup> FORTES, Alexandre. “Nós do Quarto Distrito”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond, 2004, p. 143.

<sup>4</sup> MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspectos social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

<sup>5</sup> As citações encontram-se nas p. 122 a 126 do referido livro. As três primeiras frases se referem ao município de Santa Rosa, a última a São Sebastião do Caí, ambos no Rio Grande do Sul.

Num famoso livro publicado por J. P. Coelho de Souza em 1941, que reproduz uma conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em novembro desse ano, sobre a suposta infiltração nazista no ensino gaúcho, há um rápido esboço sobre as populações descendentes das diversas correntes imigratórias do estado. Sobre a então recente experiência de uma colonização japonesa em Santa Rosa, escreveu o secretário de educação: “Ensaia-se agora uma experiência de colonização japonesa em Santa Rosa, comuna essa que parece destinada, como se vê, a tornar uma realidade contemporânea a confusão da Torre de Babel!”<sup>6</sup>

É sabido que os judeus foram motivo de preconceito e de perseguições pelo mundo afora durante séculos. E no Brasil não foi muito diferente: o anti-semitismo se fez presente desde muito antes do período Vargas. Mesmo que as opiniões sobre o grau e a abrangência do anti-semitismo na era Vargas sejam divergentes, não há dúvida de que ele pode ser detectado em inúmeras oportunidades, no contexto dos anos 1930-40.<sup>7</sup> No Rio Grande do Sul, no entanto, parece - ao menos no que tange ao período histórico em pauta, o Estado Novo - que os judeus foram bastante bem sucedidos naquilo que Jeffrey Lesser chamou de “negociação da identidade nacional”.<sup>8</sup> Como mostrou um trabalho recente de Cristine Fortes Lia, a comunidade judaica de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul em geral, implementou várias estratégias para mostrar-se agradecida e simpática em relação ao país que os abrigava e tentava desfazer a imagem clássica do gueto ou do “quisto étnico”. Assim, instituições da comunidade eram batizadas com nomes de personalidades políticas gaúchas da época - como Maurício Cardoso, Coelho de Souza - e muitos judeus não só freqüentavam, mas participavam ostensivamente de festas cristãs, por exemplo.<sup>9</sup> Membros do governo gaúcho procuravam corresponder a esse comportamento dos “bons cidadãos”, prestigiando a “colônia judaica” e deixando-a em paz.

<sup>6</sup> SOUZA, J. Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurman, 1941, p. 10.

<sup>7</sup> Posições algo divergentes sobre o tema podem ser encontradas em CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

<sup>8</sup> LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

<sup>9</sup> LIA, Cristine Fortes. *“Bons cidadãos”: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 (tese de doutorado). Algumas nuances diferentes podem ser encontradas em KREBS, Débora Taísa. *Representações da cidade, visões do cotidiano: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo (1937-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (dissertação de mestrado).

Isso não significa que não se encontrassem manifestações localizadas de anti-semitismo, que, às vezes, podiam partir, inclusive, de funcionários do aparelho de Estado.<sup>10</sup> Mas certamente não será fácil detectar uma política estatal clara de perseguição ou de prevenção oficial contra os judeus, no Rio Grande do Sul. A impressão que se tem - sem que isso possa ser provado - é que as autoridades tentavam utilizar os judeus como os “antípodas” dos alemães, que foram, oficialmente, proclamados como o maior problema a exigir solução - e, para resolver o supostamente gravíssimo problema representado pela presença de um grande número de “alemães”, os judeus até poderiam ser úteis.

Quanto aos poloneses, numericamente o terceiro maior grupo de imigrantes centro-europeus no Rio Grande do Sul, a pesquisa histórica ainda não produziu estudos centrados especificamente no período em torno da Segunda Guerra Mundial.<sup>11</sup> Apesar de constituírem um grupo sobre o qual se encontram preconceitos profundamente arraigados, desde o século XIX, tudo indica que os integrantes dessa etnia não receberam atenção especial como “quisto étnico” de parte das autoridades gaúchas durante o Estado Novo. As referências negativas que, possivelmente, circulavam, nessa época, reproduziam manifestações de diplomatas brasileiros sobre poloneses judeus.<sup>12</sup> Os preconceitos contra os poloneses propriamente ditos e seus descendentes caracterizavam-se por um certo desprezo, pela convicção de que eram relaxados, pouco afeitos ao trabalho, beberrões. Mas como não provinham de uma potência mundial que pudesse representar qualquer perigo para o Brasil nem eram considerados suficientemente inteligentes ou aptos para solapar a integridade da nação brasileira, os agentes estatais não se preocuparam muito com eles, no contexto da “nacionalização”. O citado livro de Coelho de Souza apresenta, no que tange à questão escolar, a seguinte referência: “Os núcleos polo-

<sup>10</sup> Estou pensando aqui, concretamente, no fato de que foram levantadas suspeitas de anti-semitismo, que teria sido praticado pelo então Procurador Geral do Estado (1939-1941), o ex-integralista Anor Butler Maciel, quando demitiu a procuradora Sophia Galanternick (cf. GALANTERNICK, Sophia In: FÉLIX, Loiva Otero [ed.]. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: memorações para o futuro*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2001 [vol. I], p. 339-373 [aqui 366-367]; cf. também: O caso Crespo. In: ÁVILA, Florianio Maya D' et al. [eds.]. *Crimes que comoveram o Rio Grande*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, 2003, p. 18-20, 180-215. A respeito do anti-semitismo de Butler Maciel, cf. seu livro *Nacionalismo: o problema judaico e o nacional-socialismo*. Porto Alegre: Globo, 1937. Cf. ainda “A promotora que desafiou a província” [*Zero Hora*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 2003, p. 44]).

<sup>11</sup> O censo demográfico de 1940 apontou 9.380 poloneses natos, mais 4.870 naturalizados (FORTES. A. Op. cit., p. 143).

<sup>12</sup> GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004, p. 159.

neses... não chegam, ainda a constituir objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão”.<sup>13</sup>

Os “italianos” eram, numericamente, um grupo não desprezível, e constituíram motivo de preocupação por parte das autoridades.<sup>14</sup> Havia uma significativa atividade fascista nas regiões de colonização italiana, como mostram os trabalhos de Loraine Slomp Giron.<sup>15</sup> Da mesma forma, a Ação Integralista Brasileira tivera seus melhores resultados eleitorais, nas eleições municipais de 1935, nas mesmas regiões.<sup>16</sup> Por tudo isso, não há dúvida de que as autoridades se mostraram preocupadas com a possibilidade de ali surgirem problemas. E assim, as determinações “nacionalizadoras” atingiram, naturalmente, também os “gringos”.<sup>17</sup> As escolas das regiões de colonização italiana foram “nacionalizadas”, houve controle sobre a utilização da língua italiana, nomes de acidentes geográficos ou de instituições tiveram de ser mudados, ocorreram perseguições e prisões. E, dessa forma, se alguém se propusesse a fazer um trabalho como aquele que Marlene de Fáveri fez sobre Santa Catarina, vasculhando a memória da população, também seriam encontradas muitas referências amargas sobre o período, entre italianos e descendentes.<sup>18</sup> Ao lado das autoridades estatais, houve muitos “patriotas” que agiram por conta própria para fazer dos “italianos” “verdadeiros” brasileiros. A criação dos Centros Culturais, na região de Caxias do Sul, com suas ações cívicas e de pregação nacionalista é um exemplo desse tipo de ação.<sup>19</sup>

<sup>13</sup> SOUZA, Op. cit., p. 14. A alegação de que o grupo não gerava preocupação por causa de seu baixo número não é muito convincente, já que a presença de cerca de 14.000 pessoas nascidas na Polônia, mais os descendentes daqueles que começaram a vir em 1875 - portanto havia 65 anos - não é totalmente insignificante. Há motivos para pressupor que, simplesmente, não havia maior preocupação com os “poloneses” porque eram considerados inofensivos sob a perspectiva que considerava os “alemães” extremamente perigosos.

<sup>14</sup> Pelo censo demográfico de 1940, foram contados 18.685 cidadãos italianos vivendo no Rio Grande do Sul, mais 9.654 naturalizados, perfazendo um total de 28.339 pessoas (Fortes, op. cit., p. 143).

<sup>15</sup> GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlandia, 1994.

<sup>16</sup> Cf., sobre isso, BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (dissertação de mestrado); BERTONHA, João Fábio. *Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul*. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. XXIV, n. 2, 1998, p. 247-268; PISTORELLO, Daniela. *“Os homens somos nós...”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

<sup>17</sup> No Rio Grande do Sul, a expressão se refere especificamente a italianos e descendentes.

<sup>18</sup> FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Editora Univali/Editora da UFSC, 2004.

<sup>19</sup> PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana: a ação dos Centros Culturais*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

No entanto, não há qualquer dúvida de que na comparação com os “alemães” os “italianos” foram avaliados com muito maior benevolência. J. P. Coelho de Souza, secretário de educação em todo o período do Estado Novo, fazia questão de declarar que os “italianos” não lhe causavam nenhum problema na cruzada para “nacionalizar” as escolas. “Na colônia italiana, constituída de algumas dezenas de milhares de pessoas, o problema da nacionalização, em rigor, não existe”. “A colônia [italiana] solicita, insistentemente, ao governo novas escolas; a instalação dos nossos estabelecimentos de ensino é ali recebida com festejos populares; a origem latina das duas línguas torna fácil o trabalho dos professores públicos, nos centros menos nacionalizados”.<sup>20</sup>

Durante um banquete de encerramento das solenidades de inauguração do Grupo Escolar Emílio Meyer, em Caxias do Sul, em 29 de outubro de 1939, Coelho de Souza fez uma efusiva “Saudação à cidade de Caxias do Sul”, destacando que muito daquilo que estava dizendo nesta oportunidade sobre os “italianos” do Rio Grande do Sul havia dito, anteriormente, diante da Comissão Nacional do Ensino Primário, no Rio de Janeiro, em maio daquele ano.<sup>21</sup>

Essa condescendência em relação aos “italianos” derivava, evidentemente, de uma tradição, difundida no Brasil em geral, de muito maior simpatia para com imigrantes italianos e descendentes do que com algumas outras etnias. Nesse sentido, é interessante observar que em virtude da agudização das relações com os países do Eixo, a partir de 1941, Itália e italianos passaram a ter, formalmente, o mesmo tratamento que Alemanha e Japão e seus respectivos cidadãos e descendentes. Mas é muito significativo o fato de que o decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942, que determinava o confisco dos bens dos “súditos do Eixo” para indenizar o Brasil pelos prejuízos causados ao país pela Alemanha, pela Itália e pelo Japão, fosse revogado, *especificamente em relação aos italianos*, já em 10 de julho de 1945 (através do decreto-lei 7.723), enquanto medida igual não foi tomada até a presente data em relação a alemães e japoneses.<sup>22</sup>

É evidente que a “nacionalização” - sejam os atos “oficiais”, promovidos por instâncias governamentais, sejam aqueles atos promovidos por uma parcela da população por conta própria, à revelia das instâncias estatais, muitas vezes decorrentes de instigações “patrióticas” partidas de pessoas ou de instituições como a Liga de Defe-

<sup>20</sup> SOUZA, Op. cit., p. 12-13.

<sup>21</sup> SOUZA, J. P. C. de. *Caminhada*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1969, p. 189-195.

<sup>22</sup> SOARES JR., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948, p. 21.

sa Nacional - transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar. Isso dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores. Assim, não há dúvida de que a “nacionalização” na tradicional região de colonização italiana ao norte de Porto Alegre, em Caxias do Sul e adjacências, foi muito menos agressiva e violenta que nas regiões de colonização alemã.<sup>23</sup> Mas tudo indica que na assim chamada Quarta Colônia, no centro do estado, próximo a Santa Maria, os efeitos sobre italianos e descendentes foram muito mais marcantes que na primeira região.<sup>24</sup>

Finalmente, chegamos aos “alemães”. Não há a menor dúvida de que eles foram a preocupação central dos “nacionalizadores” gaúchos. A existência de uma ideologia e de um discurso do “perigo alemão” estava difundida entre uma parte significativa da população riograndense (e brasileira) praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, em 1824. Mas um primeiro ponto alto na tentativa de combater esse “perigo” foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades.<sup>25</sup> Se, no Rio Grande do Sul, essa campanha se manteve dentro de certos limites, isso se deveu, em grande parte, ao liberalismo de Borges de Medeiros em assuntos religiosos, educacionais e étnicos. Além disso, os acontecimentos se deram dentro de um espaço temporal relativamente restrito. A proibição dos cultos e da imprensa em língua alemã, a mudança dos nomes de localidades e de acidentes geográficos, e a própria interferência na atividade educacional nas regiões coloniais só se tornaram mais incisivas quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em outubro de 1917 - mas como a guerra terminou em novembro de 1918, houve, a rigor, apenas um ano de “nacionalização”.

<sup>23</sup> Sobre Guaporé, também município típico de colonização italiana, cf. SGANZERLA, Cláudia Mara. A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>24</sup> Cf. RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado). DALMOLIN, Cátia (org.). Mordada verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

<sup>25</sup> LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: a comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987; SILVA JR., Adhemar Lourenço. O povo x der Pöbel. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da Ulbra, 2004, p. 87-103. Entre os textos da época, podem ser citados: Arbivohn (pseud.). *d:O perigo prussiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1914; Darcanchy, Raul. *O pan-germanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: s. e., 1915.

Durante essa guerra, portanto, os confrontos e as depredações não foram motivados tanto pela ação ou pela instigação de parte de agentes do Estado, mas, muito mais, pelo potencial antialemão que se encontrava difuso entre a população, independente daquilo que as autoridades diziam ou faziam. O próprio Borges de Medeiros foi censurado, na oportunidade, pelo presidente da República, Wenceslau Brás, por displicência na organização da seção estadual da nativista Liga de Defesa Nacional, e, pessoalmente, tomou medidas para garantir a integridade de instituições ameaçadas pela ira popular, como o Colégio Anchieta.<sup>26</sup>

Mesmo com a Alemanha derrotada e sem qualquer possibilidade de interferência efetiva, sobretudo material, no Brasil - uma das justificativas para aqueles que, historicamente, alertavam contra o “perigo alemão” -, a década de 1920 esteve cheia de episódios que denotavam a persistência do preconceito, como mostrei em *O aviador e o carroceiro*. Justamente nessa década, se constatou um claro avanço da população de origem alemã no campo político, que ocorreu paralelo ao crescimento da participação relativa da metade norte do estado - região que abrigava a maioria da população imigrantista - na economia gaúcha, como mostrei em *O perigo alemão*.

Chegando à década de 1930, ocorreu a confluência de vários fatores que, certamente, colaboraram no aprofundamento dos preconceitos. Porém, ao contrário do que se deu no estado de Santa Catarina, onde desde 1930 aconteceram medidas drásticas contra a população de origem alemã por parte do governo estadual, aqui, no Rio Grande do Sul, ocorreu, sob o governo de Flores da Cunha, praticamente o inverso. Em 1934, por ocasião dos festejos dos 110 anos de imigração alemã, o governo estadual decretou que o 25 de julho, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, passaria a ser o “Dia do Colono”, um feriado oficial no estado.<sup>27</sup> Flores da Cunha prestigiou o prefeito porto-alegrense Alberto Bins, um descendente de alemães e muito envolvido nas associações étnico-culturais e religiosas da “colônia alemã”, nomeando-o coordenador dos grandiosos festejos do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Durante o período em que vigorou a aliança do governo com os partidos de oposição (*o modus vivendi*, de 1936), outro descendente de alemães, Lindolfo Collor, participou do governo estadual na prestigiosa condição de secretário da fazenda. Nesse mesmo ano,

<sup>26</sup> GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 92.

<sup>27</sup> WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004, p. 95 e segs.

o governador gaúcho empenhou-se pessoalmente numa campanha em favor da eleição do deputado “classista” A. J. Renner - o mais representativo empresário industrial do Rio Grande do Sul, na época - para a mesa diretora da Assembléia Legislativa. A amizade de Flores da Cunha com o cônsul alemão, Friedrich Ried, era notória.

Mesmo que essas pessoas, eventualmente, não fossem conscientemente prestigiadas por causa de sua condição de “representantes da colônia alemã”, sua presença no governo ou suas boas relações com o governador, sem dúvida, contribuíram para uma aproximação ou, no mínimo, para uma possível simpatia das populações coloniais para com o governador do estado; e vice-versa. Num dos documentos que o ex-governador emitiu durante seu exílio no Uruguai, em 1939, fez uma referência expressa a sua boa convivência com as populações de origem alemã e italiana durante seu governo.<sup>28</sup> E no processo que lhe foi movido depois da deposição, em outubro de 1937, apareceram acusações que o envolveram com nazistas e firmas pertencentes a alemães e descendentes, em Porto Alegre.<sup>29</sup>

Esse contexto fez com que as medidas de “nacionalização” irrompessem, no Rio Grande do Sul, de forma mais ou menos abrupta, após a implantação do Estado Novo, e, em especial, com o início da interventoria do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, cujas preocupações exageradas com aspectos “etnográfico-internacionalistas” causaram estranheza até a políticos com ligações estreitas com Vargas.<sup>30</sup>

Objetivamente, a “colônia alemã” era por demais visível em algumas instâncias da sociedade gaúcha, na época, sugerindo uma perigosa “infiltração” germânico-nazista generalizada; por outro lado, estava completamente ausente em instâncias importantes para a defesa de seus interesses no período de crise que se seguiu à derrota de Flores da Cunha. Entre o clero católico, por exemplo, havia uma clara predominância dos sobrenomes alemães.<sup>31</sup> Alguns números comprovam isso. Em Porto Alegre, havia 22 paróquias, e 11 dos respectivos vigários titulares tinham sobrenomes claramente alemães, quatro tinham sobrenomes italianos, e em quatro casos não é possível identi-

<sup>28</sup> BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 100.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>30</sup> Cf., nesse sentido, carta de Pedro Vergara a Getúlio Vargas, de julho de 1941 (Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro). Cordeiro de Farias assumiu a interventoria do Rio Grande do Sul em março de 1938.

<sup>31</sup> Que o clero luterano se caracterizasse por uma quase exclusividade de sobrenomes alemães não causava a mesma impressão, pois se tratava de uma confissão religiosa claramente ligada à etnia alemã, da qual não se podia esperar outra coisa.

car de forma inequívoca a origem étnica dos sobrenomes, seja porque a origem do sobrenome é dúbia, seja porque só são referidos prenomes (isso ocorre em alguns casos do clero regular, cujos membros são referidos apenas pelo seu “nome de guerra”). No restante da arquidiocese de Porto Alegre, havia 82 paróquias, capitaneadas pelo arcebispo D. João Becker. Os vigários de nada menos de 55 delas tinham sobrenomes claramente alemães, 15 tinham sobrenomes italianos, e dos 12 restantes, sete não podem ser identificados, seja porque a origem não é clara, seja porque só aparecem os “nomes de guerra”. Como se vê, havia pouco espaço nessa arquidiocese para os “brasileiros”.

A diocese de Pelotas era a mais “brasileira”, pois sete de suas 22 paróquias possuíam vigários de origem claramente lusa, cinco tinham vigários de sobrenome italiano, quatro de origem alemã e os demais tinham “nomes de guerra”. A diocese de Santa Maria era administrada pelo bispo Antônio Reis, que só era chamado de *Reis* por quem não conhecia sua origem, pois, de fato, era um *Rais*, nascido em Santa Cruz do Sul. Das 62 paróquias dessa diocese, 28 tinham párocos de sobrenome alemão, 24 vigários tinham sobrenomes italianos, e o sobrenome dos demais não é inequivocamente identificável, mostrando que havia poucos “verdadeiros brasileiros”. Na diocese de Uruguaiana - com o bispo Hermeto José Pinheiro -, as 27 paróquias eram administradas por 16 padres de sobrenome alemão, sete de sobrenome italiano e entre os restantes havia apenas um com nome claramente “brasileiro”. Finalmente, a diocese de Caxias do Sul era predominantemente “italiana”, pois 23 dos 29 párocos tinham sobrenome italiano, apenas dois tinham sobrenome alemão, mas nenhum tinha sobrenome luso.<sup>32</sup>

No que tange às igrejas luteranas, a situação era mais “problemática” ainda. O luteranismo gaúcho se dividia em dois sínodos, um com ligações históricas com a Alemanha (o Sínodo Riograndense), o outro vinculado ao Sínodo de Missouri, nos Estados Unidos. O primeiro era numericamente maior e seus pastores provinham todos da Alemanha, já que naquela época ainda não havia instituições de formação no Brasil e as experiências com o envio de brasileiros para estudar Teologia na Alemanha estavam recém iniciando. A doutrina do Sínodo Riograndense destacava sua indissociável vinculação com a etnia alemã, fazendo dele uma “igreja étnica” (*Volkskirche*). Mesmo que uma das principais críticas que lhe faziam os pastores do Sínodo Missouri se referisse justamente a esse ponto, também este último tinha o

<sup>32</sup> *Der Familienfreund*, Porto Alegre, 1940, p. 127-131.

alemão como a principal língua utilizada nos serviços religiosos. E os sobrenomes de seu clero - como os do Sínodo Riograndense - eram quase exclusivamente alemães. Por fim, mais ou menos a metade dos pastores do Sínodo Riograndense era filiada ao partido nazista.<sup>33</sup>

Em contraposição a essas supostas evidências de “germanização” da vida eclesiástica do catolicismo gaúcho - e ao fato de que as igrejas luteranas eram “alemãs” por definição -, contrapunham-se os dados relativos à quase ausência de representantes de sobrenome alemão em algumas instâncias do aparelho de Estado. Assim, nenhum dos 16 desembargadores do Rio Grande do Sul tinha sobrenome alemão. Entre os 54 juízes das comarcas gaúchas, mais os cinco juízes avulsos, estavam apenas três com sobrenome exclusivamente alemão - Cláudio Gaier, Theodoro Appel e Walmor Franke -, sendo que no caso dos dois primeiros ainda poderiam ser levantadas algumas dúvidas quanto à sua “germanidade”. Além disso, havia um sobrenome “híbrido”, Ney da Silva Wiedmann, filho de um general, nascido na Campanha, portanto, sem ligação com a “colônia”.<sup>34</sup> Entre os 91 nomes de juízes municipais, encontramos apenas três cujos sobrenomes eram exclusivamente alemães - José Carlos Becker, Edgar João Boeckel e Antônio Augusto Uflacker -, além de seis “híbridos”.<sup>35</sup>

Das nove pessoas citadas como formando a cúpula da polícia gaúcha, duas tinham sobrenome alemão. Dentre elas, Huberto Wallau, médico-legista, diretor do Instituto de Identificação. É verdade que a família Wallau era conhecida na “colônia alemã” de Porto Alegre, e, nesse sentido, havia um “representante” seu na cúpula da polícia. Mas já o titular do segundo sobrenome alemão entre a elite policial, Theobaldo Neumann, tinha nascido em Tapes e era um famigerado “renegado étnico”.<sup>36</sup> À frente das seis delegacias de polícia da Capital não se encontrava nenhum delegado de sobrenome alemão.<sup>37</sup>

Num livro de 1942, alusivo ao cinquentenário da Brigada Militar, estão arrolados cerca de 410 nomes de oficiais da instituição. Apenas

<sup>33</sup> Sobre o Sínodo Riograndense, a obra clássica é DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST, 1984. Sobre o Sínodo Missouri, cf. BUSS, Paulo Wille. *Relations between the Lutheran Church - Missouri Synod and the Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Saint Louis: Concordia Seminary, 1981 (dissertação de mestrado). Sobre os luteranos no Brasil, cf. GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 6, nº 2, 2001, p. 9-33.

<sup>34</sup> *Revista do Ministério Público*, Porto Alegre, ano I, nº 3, 1942, p. 94-97.

<sup>35</sup> *Revista do Ministério Público*, Porto Alegre, ano I, nº 4, 1942, p. 103-105.

<sup>36</sup> Como “renegados étnicos” eram conhecidas aquelas pessoas que faziam questão de distanciar-se de suas origens étnicas. Outro policial conhecido como um famigerado “renegado étnico” foi Ernani Baumann, a quem coube administrar os bens confiscados aos “súditos do Eixo” (Gastal, Manoel Braga. *Flashes de uma vida*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997, p. 52).

<sup>37</sup> FRANCO, Álvaro; SILVA, Morency de Couto e SCHIDROVITZ, Jerônimo. *Porto Alegre: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, [1940], p. 298-300, 307-308.

30 têm sobrenomes alemães, perfazendo pouco mais de 7%. A lista dos aspirantes a oficial do mesmo ano contém 45 nomes, e apenas três sobrenomes alemães - menos que 7%. Considerava-se que, na época, aproximadamente 20% da população gaúcha tivesse sobrenomes alemães.<sup>38</sup> Na lista da cúpula da polícia civil do interior do estado os sobrenomes alemães estão totalmente ausentes.<sup>39</sup>

Além da suposta “desnacionalização” do clero - já referida -, é necessário apontar para um outro aspecto do campo religioso. O luteranismo por si só era considerado um corpo estranho - mesmo se tivesse um clero “autenticamente nacional”. E isso se refletia sobre a avaliação da etnia alemã como um todo. Ainda que não existam dados concretos sobre o pertencimento religioso da população de origem alemã no Rio Grande do Sul nos anos 1930/40, as informações a respeito dos imigrantes desde o século XIX apontam para uma preponderância de protestantes entre eles. Esse fato - aliado à, sem dúvida, maior auto-identificação dos luteranos com a etnia alemã e sua conseqüente visibilidade como tais - acrescentou aos dados objetivos, mais um problema subjetivo. O nacionalismo brasileiro, que foi se expandindo desde a Primeira Guerra Mundial, apresentava-se, muito freqüentemente, ligado ao pensamento católico, o que levou muitos nacionalistas a colocar o catolicismo entre aquelas características que o Brasil almejado deveria ter.<sup>40</sup> Nesse sentido, o luteranismo e sua vinculação com a etnia alemã eram apresentados como incompatíveis com o “verdadeiro” Brasil. Esse discurso não foi muito freqüente, pois, afinal, a liberdade religiosa era garantida até pela Constituição imperial, e se tornara um ponto de honra nas constituições republicanas. Além disso, a tolerância religiosa sempre fizera parte do discurso e da prática da tradição positivista no Rio Grande do Sul. Mas, em alguns momentos, os discursos do período estado-novista traíram seus autores. Assim, num livro de 1940, dedicado à nacionalização, encontramos a seguinte frase: “Porque é preciso despertar os brasileiros para a grandeza do Brasil, é necessário arrancar os filhos do colono e do caboclo ao indiferentismo e à ignorância, é indispensável levar-lhes, com a cartilha do ABC, o *catecismo de nossa religião* e o breviário de nosso civismo”.<sup>41</sup> Em 1941, o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, publicou o seguinte comentário: “O Brasil uno deve ser construído no

<sup>38</sup> *Brigada Militar - Rio Grande do Sul - Cincoentenário, 1892-1942*. (Sem indicações).

<sup>39</sup> GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 393-397.

<sup>40</sup> Um clássico que vincula nacionalismo e catolicismo é: DELAMARE, Alcebiades. *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Anuário do Brasil, 1924.

<sup>41</sup> *Palavras de DE PARANHOS, Antunes*. In: LENZI, Branca Regina (org.). *Semana da Pátria, 1940*. [Porto Alegre]: s. e., s. d., p. 24. O grifo é meu.

fundamento da unidade da religião católica... Seitas protestantes que não encontrarem obstáculos no caminho acarretarão, com a quebra da unidade espiritual de nossa pátria, a quebra da unidade política".<sup>42</sup> É evidente que no Rio Grande do Sul muita gente pensava da mesma forma, tendo em vista o avanço do catolicismo sobre todas as instâncias e instituições possíveis, que se registrava desde os anos 1920.<sup>43</sup>

Expostas essas preliminares sobre o contexto em que se deu a "nacionalização" no Rio Grande do Sul, passemos a alguns aspectos concretos da mesma. E um primeiro ponto a destacar é o da incapacidade de se admitir um Brasil multifacetado, de admitir que pessoas pudessem ser bons cidadãos brasileiros com cabelos loiros e olhos azuis, falando um língua que não fosse o português, professando uma religião que não fosse o catolicismo, cultivando hábitos alimentares que não fossem considerados "tipicamente brasileiros".

Um exemplo pode ilustrar isso. Em 1942 um jornalista de nome Evaldo Alarcon publicou um livro intitulado "*E o sangue brasileiro correrá...*". O autor contou que, em 1933, se mudara para Santa Cruz do Sul e procurara a direção dos dois jornais locais (*Kolonie* e *Volksstimme*) para sugerir a criação de uma coluna de meia página em português, que ele redigiria gratuitamente. Como não tivesse obtido êxito, resolveu fundar um jornal próprio, semanal, *O Nacional*. Teve o apoio do juiz e de mais algumas pessoas, mas as repartições públicas municipais não o utilizavam para a publicação dos textos legais, de forma que não teve condições de se sustentar. Vale a pena fazer uma citação mais ou menos longa para caracterizar o que se passava na cabeça desse cidadão - cuja forma de pensar certamente pode ser tomada como paradigma para uma boa parcela da população. "Convictos de nossa função de abrasileirar aquele rincão da Pátria, onde pontificavam os hábitos alemães, a educação alemã, a culinária alemã, os gostos alemães, não tardamos a ferir uma tecla que foi o 'canto de cisne' de nosso semanário: a *nacionalização do ensino*". "Ansiando por ambientes mais arejados, demandamos Porto Alegre". "A Guerra dos Muckers, todavia, estava predestinada a servir de exemplo, para o futuro, do espírito de fanatismo de que é dotado o alemão: aparecendo um chefe, qualquer destino serve". "Consultai os depósitos bancários: a riqueza monetária está enfeixada

<sup>42</sup> *A Notícia*, Rio de Janeiro, recorte sem data (mas de 1941), anexo a documentos da pasta SR 17/18 do Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo.

<sup>43</sup> Um bom panorama dessa situação pode ser encontrado em Trindade, Fernando Casses. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 11/12, 1983/84, p. 35-98.

nas mãos de alemães e teutos-brasileiros, desses mesmos teutos que assim se consideram até a quinta geração, porque ‘sentem o sangue gritar’”.<sup>44</sup>

Devemos tentar colocar-nos no contexto. Santa Cruz do Sul era um município com um desenvolvimento econômico razoável, com um nível de consumo de calorias per capita acima da média estadual, sempre praticara uma política muito própria frente ao governo estadual, apresentava altos índices de alfabetização, graças às muitas escolas comunitárias. E aí vem, de repente, um estranho que se considera um “verdadeiro brasileiro”, acusa os cidadãos santacruzenses de serem maus brasileiros, e se propõe a mostrar-lhes como devem ser e o que devem fazer. Nenhum grupo humano em nenhum lugar do mundo, com um mínimo de amor próprio, abria espaço para um indivíduo desses.

Havia casos em que uma semântica vigente há muitas décadas foi, repentinamente, transformada em indicador para caracterizar o caráter absolutamente antibrasileiro da população. Assim, quando os primeiros imigrantes chegaram ao estado, no século XIX, encontraram aqui pessoas que denominaram de “brasileiros”, em oposição a eles, que eram denominados “alemães” ou “italianos”. Essas denominações foram internalizadas e se perpetuaram. A população descendente dos grupos anteriores à imigração continuou sendo chamada de “brasileiros”, e os descendentes de alemães e italianos, mesmo nascidos no Brasil, se auto-identificavam e eram identificados pelos outros como “alemães” ou “italianos”. Situação que continua corriqueira até nossos dias. Essa realidade levou a incidentes, relatados como cenas do mais absoluto horror, durante o Estado Novo. No *Correio do Povo* de 12 de agosto de 1938, o secretário de educação, Coelho de Souza, relatou com grande veemência um episódio que teria ocorrido com um representante da secretaria numa escola em General Osório (hoje Ibirubá). Segundo o relato do agente governamental, “à frente do professor, um jovem teuto-brasileiro, e outras pessoas, formulei... perguntas aos alunos... ‘Os alunos que forem brasileiros levantem-se!’ Ninguém se mexeu... ‘Os alunos que forem alemães levantem-se!’ Todos os garotinhos... ergueram-se de suas classes”. - Algo que para as populações locais era óbvio, causava uma surpresa horrenda a observadores externos.

O jornalista Justino Martins, diretor da importante *Revista do Globo*, assinou, em 1942, algumas reportagens sobre as “professoras

---

<sup>44</sup> ALARCON, Elvaldo. “E o sangue brasileiro correrá...”. Porto Alegre: Editora Du Barry, 1942, p. 25, 85, 157. Os grifos estão no original.

tipo nacionalização”, com relatos sobre Feliz e Nova Petrópolis. Atribuiu a uma professora desta última localidade a seguinte afirmação: “As famílias aqui não admitem vestidos acima da metade da perna. *Não se pode rir muito* : e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas”. Margarida Pardelha, delegada de educação em Cruz Alta, ficou horrorizada em Neu-Württemberg - que já fora nacionalizado no nome, tendo virado Pindorama, mas isso pouco adiantara -, pois cadernos e livros em língua alemã não haviam sido destruídos - e, mesmo que isso ocorresse, segundo a professora, não adiantaria nada sem a proibição do alemão nos ofícios religiosos.<sup>45</sup> Na primeira citação, no mínimo, a referência à proibição de rir é, sabidamente, estranha. Na segunda, transparece claramente a defesa da destruição total de traços culturais, mesmo aqueles de âmbito tão pessoal quanto a religião.

Assim, a “nacionalização”, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao “exótico” do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocamente “subversivos”. O clima reinante no Rio Grande do Sul em relação a “alienígenas” pode ser aferido pela receptividade que tiveram alguns livros sobre o “perigo alemão”, como *Um rio imita o Reno*, de [Clodomir] Vianna Moog. Editado no início do segundo semestre de 1939, pela Editora Globo, teve uma repercussão muito forte, a ponto de a Secretaria de Educação ter adquirido 200 exemplares para as bibliotecas escolares.<sup>46</sup> Podiam ler-se comentários incisivos na imprensa, como a de um leitor da *Revista do Globo*, Abelardo Fernando Montenegro, em carta-aberta ao autor: “Em *Um rio imita o Reno* você nos mostra tudo mobilizado para a ofensiva imperialista alemã”. “Você, Vianna, teve a coragem de dizer a causa de toda essa vergonha”. Um ano após o lançamento, duas edições tinham sido vendidas e a terceira era colocada no mercado.<sup>47</sup> Em abril de 1942, a mesma Editora Globo publicou *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, do coronel Aurélio da Silva Py, chefe de polícia do estado. Exposto na vitrine num sábado, na segunda-feira já haviam sido vendidos 1.538 exemplares.<sup>48</sup>

Nesse clima, até histórias de colonos praticando sabotagem contra seus próprios interesses eram apresentadas como verdadeiras. Em abril de 1942, por exemplo, o jornalista Limeira Tejo fundou, em Porto Alegre, uma revista sobre economia, *Orientação econômica e*

<sup>45</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 316, 28 de março de 1942, p. 18-19. O grifo é meu.

<sup>46</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XI, nº 261, 14 de outubro de 1939, p. 8.

<sup>47</sup> *Revista do Globo*, ano XII, nº 279, 31 de agosto de 1940, p. 53 e 9, respectivamente.

<sup>48</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 317, 18 de abril de 1942, p. 16.

*financeira*. Num texto intitulado “A quinta coluna na economia”, da primeira edição, sem indicação de autor, mas provavelmente escrito pelo próprio, lê-se o seguinte: “No setor econômico, essa forma de solapamento tem sua mais terrível expressão entre as populações rurais, principalmente nas zonas de formação imigratória”.<sup>49</sup>

Devemos tentar imaginar as situações criadas a partir desse tipo de pressuposto. Muitas das comunidades constituídas a partir da colonização promovida por imigrantes alemães já eram centenárias, outras vinham se constituindo há décadas, davam contribuição significativa para o PIB brasileiro, estavam muito bem organizadas em termos políticos, econômicos, sociais, religiosos e educacionais, e, de repente, uma menininha de Porto Alegre, recém-formada, chega ao lugar, e - especialmente adestrada para isso - proclama aos quatro ventos que a população local é absolutamente estranha, exótica, antibrasileira, e que ela veio para acabar com essa “miséria”, para “abrasileirar” essa gente e, para isso, será a interventora na escola criada e mantida há dezenas de anos com enormes sacrifícios pela comunidade.

Em muitas localidades aconteceu o óbvio: a população se rebelou. Assim as autoridades educacionais do estado manifestavam sua indignação frente a episódios como a da interventora no Colégio Elsenau, de Panambi, que foi “corrida”, do inspetor escolar que teve atirados cães contra sua pessoa, em São Lourenço do Sul, ou da interventora que, em Rolante, esperava ser recebida com flores e beijinhos, mas teve de enfrentar uma estrondosa vaia.<sup>50</sup>

O ridículo era, muitas vezes, praticado pelas mais altas autoridades governamentais. O secretário de educação, Coelho de Souza, fazia visitas não anunciadas para verificar *in loco* a execução das determinações oficiais. Nessas empreitadas, não deixava de recorrer ao expediente de viajar disfarçado, como se fosse um tira em missão secreta. A *Revista do Globo* de 28 de março de 1942, por exemplo, noticiou que o secretário fora inspecionar o Colégio Sinodal de Santa Cruz do Sul (hoje Mauá), e, para isso, viajou pela Varig, sob o nome

<sup>49</sup> *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, nº 1, abril de 1942, p. 8.

<sup>50</sup> Os trabalhos mais recentes que abordam essa temática são: NEUMANN, Rosane Márcia. “Quem nasceu no Brasil é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); PETRY, Andrea Helena. “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro...”: campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (dissertação de mestrado); FACHEL, José Plínio Guimarães. As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Ed. da Ufpel, 2002; BERGESCH, Cecília Adelaide. Política de nacionalização e suas repercussões nas igrejas e escolas no vale do Taquari (1930-1945). Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado).

de Carlos Reverbel, funcionário da secretaria. É evidente que essa medida foi tomada para evitar que os responsáveis pelo colégio pudessem tentar esconder fatos e, além disso, transparece a desconfiança em relação aos funcionários da Varig, que, todos supostos nazistas, poderiam denunciar a viagem do secretário, caso tivesse reservado passagem com seu nome verdadeiro.

Na distância do tempo, também não se pode deixar de esboçar um sorriso diante de algumas outras medidas “nacionalizadoras”. Uma dessas medidas foi o deslocamento anual de algumas centenas de escolares das regiões de colonização - principalmente a alemã - para Porto Alegre, durante a Semana da Pátria. Fazia-se - como mostrou Andréa Torres<sup>51</sup> - uma grande campanha através da imprensa para que essas crianças fossem hospedadas em casas de famílias porto-alegrenses e bem tratadas, para que se convencessem da bondade dos “verdadeiros brasileiros”. Além disso, a participação nos diversos atos patrióticos, como os desfiles cívico-militares e estudantis, deveria despertar neles o amor ao Brasil. Eram os “coloninhos”. Além dos discursos, às vezes hilariantes sobre os supostos seres exóticos transportados para Porto Alegre, começaram a ser trazidos, a partir de 1942, “bugrinhos”, isto é, meninos índios, pois a população indígena passou a ser arrebanhada na cruzada contra os “alienígenas”. Nesse sentido, a *Revista do Globo* de 26 de setembro de 1942 trouxe uma reportagem sobre os índios de Nonoai (“Brasileiros cem por cento”), na qual se afirmava que, na localidade, um índio tinha confeccionado uma flecha de dois metros, que estava destinada a Hitler, quando invadisse o Brasil.<sup>52</sup> Interessante é que, em nenhum momento, foi manifestada qualquer intenção de também trazer “negrinhos” para a Semana da Pátria em Porto Alegre, para “abrasileirá-los”.

Para o caso do Rio Grande do Sul ainda faltam estudos pormenorizados sobre a repressão policial e sobre as pessoas denunciadas ao Tribunal de Segurança Nacional - no estilo do belo livro *Memórias de uma (outra) guerra* de Marlene de Fáveri, sobre Santa Catarina. Por isso só poderão ser indicados aqui alguns episódios isolados, sem que se possa fazer ainda uma síntese.

Alguns meses antes que a Segunda Guerra eclodisse oficialmente na Europa, tropas foram despachadas para as regiões a serem nacionalizadas no interior do Rio Grande do Sul. Assim, os livros sobre a história da Brigada Militar registram o envio de 640 homens

---

<sup>51</sup> TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

<sup>52</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 327, 1942, p. 44-45.

para Montenegro, em junho de 1939, expressamente para auxiliar na “nacionalização” da região.<sup>53</sup> O emprego da polícia militar foi muito freqüente nos anos seguintes.

Outro tipo de perseguição foi a extorsão (também relatada por Fáveri em relação a Santa Catarina). A polícia gaúcha publicava uma revista chamada *Vida policial*. No ano de 1942 essa revista publicou, desmembrada em diversos números seguidos, uma grande reportagem intitulada “Cortando as asas do nazismo”. Analisando um dos exemplares que continham uma das seqüências dessa reportagem (nº 43/1942), encontram-se 168 anúncios, isto é, propaganda de empresas, de serviços etc. Em muitos casos, não se consegue identificar o anunciante, pois só aparece o nome de fantasia do estabelecimento, mas, no mínimo, 72 anunciantes tinham sobrenomes alemães e 55 deles estavam estabelecidos em São Leopoldo - muitos deles eram barbeiros e alfaiates. Com certeza, por trás dos nomes de fantasia se encontravam muitos outros sobrenomes alemães. E, por isso, mesmo que não haja provas definitivas, não constitui exagero partir do pressuposto de que, neste caso, os responsáveis pela revista pediram aos seus colegas de São Leopoldo que se encarregassem de fazer, nesse município, a “coleta” para a referida edição. Evidentemente, isso se deu na base da extorsão. Objetos confiscados aos cidadãos acabaram sendo roubados. Nunca foram devolvidos.<sup>54</sup>

Em Santa Cruz do Sul foram feitas denúncias de que os camponeses eram obrigados a comprar fotos de Getúlio Vargas a preços exorbitantes. Quando não tinham dinheiro, eram coagidos a entregar mantimentos, porcos e galinhas.<sup>55</sup> As denúncias certamente eram verdadeiras, pois José Plínio Fachel publicou um fac-símile da Circular nº 19, de 15 de setembro de 1942, pela qual o chefe de polícia, coronel Py, proibiu a “venda de retratos de personalidades do governo, álbuns, distintivos e ações de companhias etc. que envolvam, de qualquer modo, coação moral aos compradores”. “Outrossim, as coletas para fins filantrópicos ou patrióticos somente poderão ser feitas com prévia autorização da polícia”.<sup>56</sup>

Assim como Santa Catarina, também o Rio Grande do Sul teve seu campo de concentração. Construída no início do Estado

<sup>53</sup> RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1930-1961*. Porto Alegre: Brigada Militar, 1987, p. 428-429.

<sup>54</sup> Sobre isso cf. NEUMANN, Op. cit., p. 186.

<sup>55</sup> KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1979, p. 45.

<sup>56</sup> FACHEL, Op. cit., p. 106.

Novo para abrigar presos comuns, a Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas, foi transformada, pouco depois, em prisão política, cantada em prosa e verso. A *Revista do Globo* a apresentava, em abril de 1942, como “um campo de concentração modelo, onde os espíões nazistas ouvem samba e plantam batatas”.<sup>57</sup> Talvez pela própria propaganda que se fazia desse estabelecimento, o tratamento dado aos detentos não tenha sido dos piores. Interessante, porém, é que a existência de, no mínimo, mais um campo de concentração foi denunciada no pós-guerra, em Santa Rosa, onde muitos presos teriam sido torturados e “conduzidos como porcos, em caminhões”.<sup>58</sup> O fato de não se ter falado desse campo durante a guerra, sugere que as denúncias podem ser verdadeiras.

O maior volume de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento de mais um navio brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por “populares”, isto é, por manifestações de rua, e não, diretamente, por instâncias estatais. Mas não se pode esquecer que o interventor Cordeiro de Farias se juntou aos manifestantes, no início dos protestos, na noite de 18 de agosto, como a dar seu aval.<sup>59</sup> Também é fato que as forças policiais gaúchas não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição - aparentemente à revelia do interventor.<sup>60</sup> Mas, sobretudo, é importante lembrar que as depredações de 18-19 de agosto tinham sido como que ensaiadas no dia 25 de julho. Não se sabe se a data fora escolhida de propósito, mas fato é que nesse dia, até 1937, se costumava comemorar a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo. Como se viu, Flores da Cunha tinha decretado feriado estadual para esse dia (*Dia do Colono*). Foi justamente nesse dia, em 1942, que o governo promoveu um grande comício “contra o Eixo”, que teria reunido 10.000 pessoas, em Porto Alegre.<sup>61</sup>

O estudo de José Plínio Fachel sobre Pelotas mostra como a omissão estatal e os interesses econômicos particulares se uniram numa grande simbiose, que trouxe prejuízos enormes para a economia gaúcha. O autor mostra, de forma convincente, que naque-

<sup>57</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 317, de 18 de abril de 1942, p. 25-27.

<sup>58</sup> SOARES, *Liberação imediata dos bens dos súditos do Eixo*, p. 9.

<sup>59</sup> GERTZ, *O perigo alemão*, p. 71 e segs.

<sup>60</sup> Isso se deduz do fato de que Cordeiro de Farias mandou correspondência a Getúlio Vargas com data de 22 de agosto solicitando sua substituição na interventoria do estado (Petry, op. cit., p. 79).

<sup>61</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 324, de 8 de agosto de 1942, p. 25.

la cidade as depredações visaram, sobretudo, casas comerciais de “alemães” que se encontravam em concorrência com outras casas comerciais pertencentes a pessoas de outra origem étnica, eliminando-as para sempre.<sup>62</sup>

Mas a política de nacionalização não levou só à perda de bens materiais. Há a lamentar, no mínimo, quatro mortes catalogadas. É possível que pesquisas futuras aumentem esse número.

Evidentemente não se pode interromper as considerações sobre a “nacionalização” e seus efeitos no Rio Grande do Sul de forma abrupta nesse ponto, sem perguntar se os “nacionalizadores” agiram de forma totalmente irracional, sem qualquer motivo objetivo, simplesmente porque sua cabeça estava repleta de preconceitos contra determinadas etnias.

Para lidar com essa questão, são necessárias ao menos algumas palavras sobre três elementos que estavam presentes nas regiões de colonização alemã e italiana naquele período. Como aqui se deu maior destaque às regiões de colonização alemã, as referências se centrarão no movimento germanista, no nazismo e no integralismo.<sup>63</sup>

Quanto ao movimento germanista, desde longa data, certas lideranças intelectuais - em geral alemães natos, sobretudo pastores, padres, professores e jornalistas - defendiam o “germanismo”, uma doutrina que, efetivamente, pregava a segregação étnica, com seus corolários, como combate aos casamentos inter-étnicos, luta pela preservação da língua alemã, o que resultava, naturalmente, num discurso e numa prática que podiam ser interpretados como antibrasileiros.<sup>64</sup> Um importante germanista gaúcho, o padre Balduino Rambo, fixou em seu diário algumas atitudes e alguns atos de outros germanistas que podem ter municiado os “nacionalizadores”. Ele relata que em Dois Irmãos o padre Koertz teria dito, em novembro de 1941, durante a missa, que seria melhor que as crianças morressem a ser educadas em escolas públicas.<sup>65</sup> Um livro escrito por um pastor luterano alemão, em meados da década de 1930, na Alemanha, relatando sua experiência em Santa Cruz do Sul, em anos anteriores, gerou forte reação quando seu conteúdo ficou co-

<sup>62</sup> FACHEL, op. cit.

<sup>63</sup> Nas regiões de colonização italiana encontram-se o fascismo e o integralismo, e, eventualmente, algo como um movimento pela *italianità* (em correspondência ao *germanismo* das regiões de colonização alemã).

<sup>64</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

<sup>65</sup> RAMBO, Balduino. *Der gesprengte Katholikentag von Nova Petrópolis*. São Leopoldo: Unisinos, 1994 (manuscrito).

nhecido no Brasil. Entre outras observações desabonadoras em relação ao Brasil e aos brasileiros, ele destacou uma suposta repulsa da população de origem alemã ao “romanismo”.<sup>66</sup>

Além da predicação dos germanistas, havia a atividade nazista expressa, através da militância partidária. Havia cerca de 500 nazistas com carteirinha do partido no Rio Grande do Sul e um número semelhante em Santa Catarina.<sup>67</sup>

Por último, havia o integralismo, que, sem qualquer dúvida, tinha mais adeptos nas regiões de colonização alemã e italiana do que nas demais regiões do estado.<sup>68</sup> Sua semelhança e eventual aproximação ao nazismo e ao fascismo podiam ser interpretadas como estratégia imperialista contra o Brasil.

Em resumo, havia indícios de que se tramava contra o Brasil. O problema, porém, é que os que pagaram por isso, em geral, não foram aqueles que podem ter dado motivo para os “nacionalizadores” agirem. Um exemplo clássico para o Rio Grande do Sul envolve o integralista Wolfram Metzler, médico em Novo Hamburgo. Acusado de estocar armas em sua chácara, acabou preso e internado na Colônia Penal Daltro Filho. Mesmo que a prisão seja desagradável, por definição, não consta que tenha sido torturado. Mas seu chacareiro, uma pessoa simples, Otto Franz, também foi preso, e acabou morrendo em decorrência das torturas que sofreu na prisão, em Porto Alegre.<sup>69</sup>

Um outro aspecto que cabe destacar, para concluir, é que impressiona a constatação de que 60 anos após os fatos, ainda está amplamente difundida a opinião de que os “nacionalizadores” fizeram um grande bem ao Brasil e que merecem ser festejados como heróis da pátria.<sup>70</sup>

---

<sup>66</sup> HEINE, Siegfried. *Als deutscher Pfarrer und Schulleiter in Südbasilien*. Fürstenwalde/Spree: H. Richter/Buchdruckerei, [1935?]. Alguns detalhes sobre o episódio estão em GERTZ, René E. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 205 e seg.

<sup>67</sup> GERTZ, René E. O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 67 e segs.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 158 e segs.

<sup>69</sup> TONINI, Veridiana M. Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF Editora, 2003, p. 110 e seg. Cf. também FACHEL, op. cit., p. 126 e segs.

<sup>70</sup> Uma tese desse tipo encontra-se defendida em livro muito recente, de ampla repercussão na imprensa brasileira: COSTA, Sérgio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta: nazismo na América - a conexão Argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VOLUMES ANTERIORES DE FRONTEIRAS:  
Revista Catarinense de História

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de  
História, nº 9

Neste Número:

ALVES, D. B. A propaganda dos expedidores concessionários de Hamburgo e a emigração alemã para o Brasil no século XIX.

NODARI, E. S.; VIEIRA, A. S. O oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas.

SOUZA, J. T. R. de. A juventude e o rompimento da tradição do espaço público.

NEVES, D. P. Os pobres e a sociedade solidária.

VARGAS, J. T. Trabalho e trabalhadores na concepção patronal.

LOPES, M. A. A dimensão do príncipe na historiografia do século XVII: o tempo e a história de Bossuet.

Entrevista: A cumplicidade de um governo brasileiro com a ditadura salazarista.  
RAMPINELLI, W. J.; ROSAS, F.

Resenhas

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL: medidas preventivas e repressivas

Lúcio Kreutz<sup>1</sup>

### Resumo:

Analiso as políticas públicas de nacionalização das escolas de imigrantes no Rio Grande do Sul, de 1900 a 1940, com ênfase na década de trinta. Trata-se de momento histórico com forte acento nacionalista, em que se considerava o processo escolar uma instância privilegiada para a formação do Estado Nacional. As escolas dos imigrantes, privilegiando a tradição cultural do respectivo grupo étnico, foram consideradas pelas políticas públicas como entrave para a formação da unidade nacional desejada. Tendo situado o lugar social, político e cultural a partir do qual se travaram as interlocuções e tensionamentos entre governantes e imigrantes sobre o processo escolar, descrevo as políticas governamentais de nacionalização do ensino, com medidas preventivas num primeiro momento, e fortemente repressiva a partir de 1938. Apresento, ainda, a reação dos imigrantes às medidas de nacionalização do ensino que provocaram o fim melancólico de um processo escolar caracterizado pela diversidade cultural, considerado singular na história da educação brasileira.

**Palavras-chaves:** nacionalização do ensino no RS - escolas étnicas e nacionalização - história da educação no Rio Grande do Sul.

### Abstract:

*We are analyzing the public policies of the nationalizing of the immigrants' schools in Rio Grande do Sul, from 1900 through 1940, putting emphasis on the decade of the thirties. It treats about a historical moment, with strong nationalistic accent, in which the schooling process was being considered as a privileged instance for the formation of the National State. The schools of the immigrants, giving privilege to the cultural tradition of the respective ethnical group, were considered by the public policies as an obstacle to the formation of the desired National unity. Having located the social, political, and cultural place, departing from whom there have been elaborated the interlocutions and tensions between government authorities and immigrants, about the schooling process, we describe the governmental policies of nationalization of teaching, with preventive measures, in a first moment, and, strongly repressive, since 1938, we also present the reaction of the immigrants against the measures of the teaching nationalization, which brought about the melancholic end of a schooling process, considered unique in the history of Brazilian education.*

**Keywords:** nationalization of teaching in Rio Grande do Sul - ethnical schools and nationalization - the history of education in Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Professor da Unisinos. A pesquisa foi realizada com o apoio do CNPq através de bolsa/pesquisa (PQ). Este texto também contou com a colaboração de Cristina Fick Berner, Mara Regina Arnold (Bolsista Probioc/Fapergs) e Raquel Fritzen Dapper Vetromilla (Pibic/CNPq). E-mail: <lkreutz@terra.com.br>

O evento “Muitas Faces de uma Guerra” é realizado em momento histórico em que se reconhece a diversidade em diálogo como um dos maiores bens da humanidade. Ao constatar que a cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre identidades, coesão social e desenvolvimento, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* da Unesco (Paris, 1 Nov. de 2001)<sup>2</sup> afirma que o respeito à diversidade cultural, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em clima de confiança e de compreensão mútua, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais. Se esta declaração não reflete a realidade plena do presente momento histórico em termos de respeito à diversidade cultural, sinaliza, pelo menos, para um horizonte desejável a ser construído nas relações sociais.

No texto refiro-me a momento histórico anterior, com outra concepção sobre a diversidade cultural. Analiso as políticas públicas de nacionalização das escolas étnicas de imigrantes no Rio Grande do Sul, de 1900 a 1940, com ênfase no final da década de trinta. Trata-se de momento histórico com forte acento nacionalista, recorrendo-se ao processo escolar como uma das principais instâncias para a formação de um entendimento homogêneo de Estado/Nação e cidadania. As escolas dos imigrantes, com o currículo privilegiando a tradição cultural do respectivo grupo étnico, dando ênfase à língua de origem, foram consideradas nas políticas públicas de nacionalização como um dos grandes entraves para a formação da unidade nacional desejada, em que se sinalizava para a formação de “uma só pátria, um só povo, uma só língua”. Neste sentido, o processo de nacionalização do ensino, no Brasil, foi conduzido sob o entendimento de que a diversidade cultural do povo brasileiro era obstáculo para a formação do Estado Nacional.

Apresento, inicialmente e de forma sintética, a posição dos agentes de nacionalização do ensino, que se contrapunha à dos imigrantes na compreensão de Estado/Nação e de cidadania para um contexto pluriétnico brasileiro do início do séc XX. E, tendo situado o lugar social, político e cultural a partir do qual se travaram as interlocuções e tensionamentos entre governantes e imigrantes sobre o processo escolar necessário e desejável naquele período de acentuado nacionalismo, descrevo as políticas governamentais de nacionalização do ensino, com medidas preventivas, num primeiro momento, e fortemente repressivas, a partir de 1938. Apresento também a reação dos imigrantes às medidas de nacionalização do ensino que provocaram o fim melancólico de um processo escolar caracterizado

<sup>2</sup> UNESCO. *Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural*. Paris, 31ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, 02 de novembro de 2001.

pela diversidade cultural, considerado singular na história da educação brasileira. Para o conhecimento dos estudos já realizados até o presente sobre as tensões e as interlocuções entre governo e imigrantes no período de nacionalização do ensino no RS, podem ser destacadas as pesquisas realizadas por Dalbey,<sup>3</sup> Kipper,<sup>4</sup> Paiva,<sup>5</sup> Rambo,<sup>6</sup> Kreutz,<sup>7</sup> Hoppen,<sup>8</sup> Altmann,<sup>9</sup> e Arendt.<sup>10</sup> Nelas apresentam-se elementos importantes relacionados com as escolas étnicas e o desconforto que provocaram para os governantes preocupados com a afirmação do Brasil como Estado-Nação. No entanto, ainda há poucos estudos mais específicos sobre esta questão no Rio Grande do Sul.

### Referências das lideranças governamentais para as políticas de nacionalização

Segundo Falcon,<sup>11</sup> nas práticas ilustradas, poucos terão sido os temas cuja importância tenha alcançado nível semelhante ao da educação e da escola. A crença na eficácia civilizadora da escola, acoplada à fé inabalável na ciência, levava a se considerar a educação das massas como perspectiva política fundamental. Numa série de estu-

---

<sup>3</sup> DALBEY, Richard O. *The german private schools of southern Brazil during the Vargas years, 1930-1945*: German nationalism vs. Brazilian nationalization. Indiana University, USA, 1969. (Tese de doutorado em Filosofia).

<sup>4</sup> KIPPER, M.H. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz*. Santa Cruz: Apesc, 1979.

<sup>5</sup> PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Dissertation zur Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg. Hamburg, 1984. \_\_\_\_\_. *Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul. O nazismo e a política de Nacionalização*. In: *Educação e Sociedade*. In: *Revista Quadrimestral de Ciência da Educação*, ano IX, n. 26, abril, Campinas, 1987, p.5-28.

<sup>6</sup> RAMBO, Arthur Blásio. *Nacionalidade e Cidadania*. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, p.43-55. \_\_\_\_\_. *Nacionalização dos Teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Núcleo de estudos Teuto-brasileiros - Mestrado em História -Unisinos, 1992.

<sup>7</sup> KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. Da UFSC; Caxias do Sul: Educus, 1991. \_\_\_\_\_. *A escola teuto-brasileira católica e nacionalização do ensino*. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994 a. \_\_\_\_\_. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994 b. \_\_\_\_\_. *A representação de identidade nacional em escolas da imigração alemã no RS*. *História da Educação (Asphe)*, Pelotas, FAE/Ufpel, v.3, n.5, p. 141-165, 1999.

<sup>8</sup> HOPPEN, Arnildo. *Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul. I Parte (1909-1939)*. São Leopoldo: Edição do Autor, Gráfica Sinodal, 1991.

<sup>9</sup> ALTMANN, Friedhold. *A roda. Memórias de um professor*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1991.

<sup>10</sup> ARENDT, Isabel Cristina. *Representações de Germanidade, Escola e Professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul]*. Unisinos, São Leopoldo, 2005. (Tese de doutorado em História).

<sup>11</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 29.

dos,<sup>12</sup> salienta-se a idéia de que, na modernidade, a escola pública foi concebida em função dos grandes projetos políticos e sociais para transmitir e generalizar os princípios da justiça e da igualdade. Concebia-se a escola pública como a instituição da nação, tanto no sentido de que sua principal tarefa seria instituir a nação como uma realidade, quanto no sentido de que era ao fundamento nacional que ela devia sua criação.<sup>13</sup> No entendimento dos intelectuais do Iluminismo, o ensino teria que ser modernizado e realizado em perspectiva unitária, sendo por isso avocado como função do Estado que deveria buscar a superação das diversidades provinciais, através da unificação institucional e da centralização administrativa.<sup>14</sup> Objetivava-se uma transformação radical de todo um sistema de ensino, tanto de seus agentes, quanto de seus pressupostos filosóficos e pedagógicos,<sup>15</sup> o que acarretava submeter o sistema educacional ao controle do Estado comprometido com a visão do “moderno”, do laico, com valores descritos como “civilizados”. Para Eric Hobsbawm,<sup>16</sup> ao se formar o Estado-Nação, além de institucionalizar uma língua em detrimento das demais, criaram-se centros de identificação básica para a nacionalidade, forçando uma homogeneização a partir de certos núcleos de adesão e de exclusão. Em relação às diversas etnias, construiu-se uma representação das mesmas que correspondesse à concepção de projeto nacional, com fortes reflexos para o processo escolar. Neste sentido, a escola foi chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, sendo simultaneamente um elemento de exclusão de processos identitários étnicos. Minimizou-se a heterogeneidade étnica. Tal forma de lidar com a diversidade cultural foi marcante no campo da educação. O que para uma etnia pôde ser um percurso de afirmação, para outras foi um processo problemático. Ao privilegiar e impor espaços, ao conferir a palavra ou negá-la, a escola tornava-se um forte mecanismo de seleção/silenciamento.

Segundo Olavo Bilac,<sup>17</sup> para formar a nação brasileira era preciso “fundir num corpo homogêneo” todos os estrangeiros com os indígenas. Entendia que não seria possível transformar todos os imigrantes em brasileiros, mas “devemos querer que os filhos desses estra-

<sup>12</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia política*. Petrópolis: Vozes, 1996; entre outros.

<sup>13</sup> VALLE, Lillian do. *A escola e a nação* São Paulo: Editora Letras & Letras, 1997, p. 22.

<sup>14</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.43.

<sup>15</sup> Idem, p.43.

<sup>16</sup> HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>17</sup> BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924, p. 209-210.

nhos sejam nossos” e que, “se queremos defender a nacionalidade, defendendo o solo, é urgente que defendamos também, e antes de tudo, a língua [...] que é base da nacionalidade”.

Também Fernando de Azevedo concebia a formação da nação como unidade homogênea que justifica um Estado centralizador e autoritário. Em “Educação entre dois mundos”,<sup>18</sup> dá a entender que a formação da nação brasileira deveria neutralizar as diferenças culturais, eliminando-as. A nacionalidade deveria ser construída a partir dos elementos da herança comum, formada a partir da miscigenação étnica e cultural. Assim, se a escola por si só não faz a nação, segundo Azevedo,<sup>19</sup> ela serve, no entanto, para “atenuar ou dissolver as diferenças”, sendo um poderoso foco de assimilação. Pelo ensino da língua comum, dizia Azevedo, a escola “fabrica semelhanças”, cria uma “comunidade de consciência.”<sup>20</sup> Também Lourenço Filho<sup>21</sup> manifestava adesão à política autoritária do Estado Novo para desencadear um processo educacional nacionalizador, formado a partir da “comunidade de costumes e da língua de origem”. Em suma, na década de 1920 e 1930, “pensar a nação brasileira,”<sup>22</sup> estabelecendo ideais e espaços para o público, foi preocupação constante da elite brasileira. E a escola deveria criar a nação.

Nesse contexto, os imigrantes, com suas escolas étnicas, praticando a língua de origem e cultivando tradições do grupo, tornaram-se preocupação especial para as políticas públicas. Assim, começaram as iniciativas para a “formação do caráter nacional dos brasileiros”, priorizando um currículo comum, nacional, com ênfase na Língua Portuguesa, na História e na Geografia pátria, juntamente com a ênfase na formação moral e cívica.

Atenção especial deu-se aos imigrantes. Como salienta Bomeny,<sup>23</sup> eles afirmavam-se brasileiros, mas entendiam que a cidadania brasileira era conjugável com as dimensões culturais de origem. Neste sentido haviam organizado suas escolas étnicas. Tal posição dos imigrantes conflitava com a dos governantes e a da liderança intelectual para a “formação nacional”, que buscavam maior “abrasileiramento do brasileiro,”<sup>24</sup> para favorecer o cultivo de sentimentos de identidade nacional.

<sup>18</sup> AZEVEDO, Fernando. *Educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p. 181.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 181.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>21</sup> LOURENÇO FILHO. *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Editora Proprietária/Melhoramentos, 1940, p. 103.

<sup>22</sup> VALLE, *Op. cit.*, p. 135.

<sup>23</sup> BOMENY, Helena M. Bousquet. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 23.

<sup>24</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EDUSP, 1974, p. 231.

Buscavam maior assimilação e identificação dos imigrantes com um imaginário de identidade nacional elaborado a partir da tradição lusitana.

### Referências dos imigrantes para as escolas étnicas e para a concepção de cidadania

Para entender a história das escolas étnicas no Brasil, é preciso levar em consideração a tradição escolar de origem dos imigrantes, sua peculiar inserção e localização na dinâmica social, cultural e econômica do país. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo, foi favorecida pelas políticas oficiais a concentração dos imigrantes em núcleos rurais, isolados, etnicamente homogêneos. Dessa forma, as colônias “alemãs”, “polonesas”, “italianas”, isoladas por longo período, empreenderam ampla estrutura de apoio escolar, religioso e sociocultural, com características de seus países de origem.

Além do isolamento em núcleos rurais, da falta de escolas públicas, houve um terceiro fator que concorreu para a formação de escolas étnicas comunitárias, especialmente entre imigrantes alemães, poloneses e italianos, sediados em área rural. Trata-se da vinda, para as regiões de imigração no Brasil, de missionários das igrejas cristãs que perdiam terreno nos países europeus frente ao avanço do Estado laico, liberal, avocando para si a responsabilidade e o direito pela organização escolar. A partir do século XVIII, quando, no espírito da Ilustração, o Estado laico começou a reivindicar crescentemente o direito para gerir a educação, foi se rompendo uma primazia milenar da Igreja nesse terreno. A definição de competência sobre a educação tornou-se um eixo de conflito entre Igreja e Estado. No Brasil, até a década de 1870, não existia o problema em relação aos católicos, uma vez que Estado e Igreja Católica estavam unidos, e o Estado também marcava pouca presença no processo escolar. Mas a partir de 1870, quando a influência dos Brummer (liberais e maçons) se fazia sentir crescentemente entre imigrantes, especialmente através da imprensa em língua alemã, as igrejas (evangélico-luterana e católica), fortalecidas com a vinda de bastantes religiosos, saídos e/ou expulsos de países europeus em função das tensões entre Estado laico e Igreja, iniciaram forte processo de reação contra o avanço do liberalismo. Com a vinda de pastores, enviados pela Igreja Luterana da Alemanha, organizou-se o Sínodo Rio-Grandense e iniciou-se amplo investimento na organização do processo escolar entre imigrantes alemães no RS. A Igreja Católica, fortalecida com o apoio de religiosos europeus, também iniciou intensa ação missionária junto aos imi-

grantes, sob liderança dos jesuítas. De 1870 a 1904, chegaram no Rio Grande do Sul jesuítas, franciscanos da caridade, palotinos alemães, capuchinhos franceses, Irmãs de São José de Moutiers, lassalistas, maristas e mais de uma centena de padres diocesanos.<sup>25</sup>

Todo esse clero e religiosos adventícios estavam marcados pelas fortes divergências com o liberalismo e com o Estado laico. Segundo os jesuítas e o Sínodo Rio-Grandense, coordenadores desse processo entre católicos e luteranos, dever-se-ia integrar a vida social, cultural e econômica num projeto de Restauração Religiosa. Por isso, foram canalizando iniciativas junto aos imigrantes para três núcleos de ação, isto é, para uma acentuada difusão da imprensa, para ampla rede de organizações, associações religiosas e culturais e, principalmente, para a organização de uma rede de escolas comunitárias. Além disso, investiram na formação continuada de professores para as escolas paroquiais.

### Escolas da imigração no Rio Grande do Sul e suas características

Na década de 1930, o Brasil tinha em torno de 2.500 escolas étnicas, sendo 1.579 dos imigrantes alemães,<sup>26</sup> 396 dos italianos,<sup>27</sup> 349 dos poloneses<sup>28</sup> e 178 dos japoneses.<sup>29</sup> Outros grupos de imigrantes também tinham escolas étnicas, mas eram em número bem menor. Os números são aproximados e, dependendo das fontes, são até bastante discrepantes. Serve como exemplo o caso das escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Em 1939, período tenso de nacionalização, quando foi decretado o fechamento das escolas étnicas, o Secretário da Educação, Coelho Souza, afirmou que no Estado havia 2.418 escolas de imigração alemã. Segundo o Interventor Federal no Estado, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias,<sup>30</sup> eram 1.841 escolas dessa etnia e, no cômputo das duas associações de professores da imigração alemã, o número era de 1.041 escolas. Também há divergência em relação ao número das escolas da imigração japonesa, sinalizando-se que podem ter sido bem mais que 178. O avanço das

<sup>25</sup> KREUTZ, op.cit., 1991.

<sup>26</sup> LEHRERKALENDER. Merk und Taschenbuch für Lehrer an deutschen Schulen in Brasilien. São Leopoldo: Rotermund, 1931.

<sup>27</sup> TRENTO, Ângelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

<sup>28</sup> WACHOWICZ, Ruy Critovam. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: Anais da comunidade brasileiro-polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1970, v.2, p. 13-110.

<sup>29</sup> VÁRIOS AUTORES. Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/ Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

<sup>30</sup> CORDEIRO DE FARIAS, Cel. Oswaldo. Nacionalização. Porto Alegre: Livraria Globo, 1942.

pesquisas sobre o tema permite, aos poucos, um conhecimento mais fundamentado em relação a essas questões controversas.

As escolas da imigração não foram todas iguais. É preciso distinguir entre: a) escolas urbanas; b) escolas de ordens religiosas; c) escolas étnicas comunitárias, em área rural. Os imigrantes que se estabeleceram em centros urbanos, especialmente os vinculados ao comércio, à indústria e às profissões liberais, formaram associações para manter as chamadas “escolas alemãs” (*Deutsche Schule*) ou “escolas italianas” (Escolas Dante Alighieri). Tratava-se de escolas laicas, geralmente de muito boa qualidade, em que também eram aceitos alunos não pertencentes aos imigrantes da respectiva etnia. O currículo, além de atender às exigências nacionais, era complementado com aspectos da cultura do respectivo grupo étnico, ficando o mais próximo possível ao currículo praticado no país de origem.

As Ordens e Congregações religiosas, anteriormente referidas, também mantiveram escolas em centros urbanos. Eram escolas confessionais, não diretamente étnicas, todavia com muitas características da tradição cultural do país de origem. Embora não fossem muitas, exerceram função relevante na formação de lideranças. As escolas étnicas urbanas e as confessionais tinham alunos provindos prevalentemente da classe média.

Para o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, não havia problema de nacionalização nas escolas urbanas de imigrantes e nas escolas das ordens religiosas. Pela especificidade de sua localização em área urbana, pela sua vinculação com o meio social e cultural mais amplo, e pelas melhores condições das mantenedoras, adaptaram facilmente às medidas de nacionalização.

No entanto, o mais característico do processo escolar da imigração manifestou-se nas escolas étnico-comunitárias de núcleos rurais. Essas escolas não se desenvolveram de forma isolada, cada uma restrita a seu núcleo. Foram assumidas pelas respectivas comunidades de imigrantes, vinculadas a uma instância maior, isto é, à coordenação das respectivas confissões religiosas. Além disso, eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes. Assim, parece mais adequado denominá-las escolas étnico-comunitárias, confessionais. Em 1931, as associações de professores da imigração alemã fizeram um levantamento de suas escolas.<sup>31</sup> Constatou-se que, das 1.345 escolas étnicas da imigração alemã, 705 estavam vinculadas à Igreja Evangélica Luterana, 451 à Igreja Católica e 169 eram mistas. No estado do Rio Grande do Sul, a vinculação confessional das escolas da imigração

---

<sup>31</sup> LEHRERKALENDER, op.cit., 1931.

alemã foi bem mais expressiva que nos demais estados. Nesse levantamento, o Rio Grande do Sul apresentava 911 escolas comunitárias confessionais e apenas 41 mistas, enquanto Santa Catarina tinha 82 mistas para um total de 196 confessionais. Isso certamente deve-se à maior homogeneidade confessional dos núcleos rurais no RS. E foi exatamente esta homogeneidade que facilitou a coordenação do processo escolar por parte das respectivas confissões religiosas, católica e luterana, organizando toda a estrutura de apoio.

Um aspecto peculiar dos imigrantes alemães residia na compreensão de que era perfeitamente viável conjugar a manutenção de suas peculiaridades étnico-culturais com o pertencimento ao Estado brasileiro, como cidadãos. Só poderiam ser bons cidadãos brasileiros, se pudessem continuar sua tradição cultural. Embora não fosse posição unânime, a língua e as tradições culturais de origem eram geralmente enfatizadas como elementos básicos para a vivência da religiosidade. Por isto foram vistas por Coelho de Souza como caso para urgente nacionalização.

### Nacionalização progressiva das escolas da imigração no RS

Há referências de que, desde o início da imigração, o Governo da Província preocupava-se com as escolas étnicas. Em 1864, instituiu a Lei n° 579, com a finalidade expressa de incentivar o vernáculo. Estabeleceu remuneração especial para os professores que ensinassem o português. Não havendo quem tivesse habilitação para tal, permitia-se a contratação de professores para as escolas públicas da zona colonial que utilizassem a língua predominante na região.<sup>32</sup>

Na estratégia de nacionalização progressiva, o Governo do RS usou a política da concorrência, abrindo escolas públicas nas localidades com escola étnica. O apelo da gratuidade e a possibilidade de os alunos aprenderem melhor o português começavam a falar mais alto para muitas famílias do que as exortações de fidelidade à escola paroquial feitas pelo clero. Neste sentido, é claro o depoimento da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos, em 1924: *“e a partir do momento em que parte dos alunos ia para uma escola pública ou escola de outra confissão, tornava-se insustentável manter a escola paroquial. Muitas escolas fecharam por esta causa.”*<sup>33</sup>

<sup>32</sup> PAIVA, op.cit., p.10.

<sup>33</sup> LZ: *Lehrerzeitung*. Vereinsblatt des Deutschbrasilianische Lehrervereins in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1907-1939, fev.1924, p.1; mar.1924, p.1-2. (De 1900 a 1907, o título foi: *Mitteilungen des deutschbrasilianische Lehrervereins in Rio Grande do Sul*).

Em 1918, iniciaram as subvenções federais para a nacionalização do ensino. Finda a legislação de guerra, o Rio Grande do Sul devolveu às escolas particulares a total liberdade de ensino que haviam tido até 1917. Contudo ampliou sua política de subvenção e absorção de escolas particulares pelas administrações municipais.<sup>34</sup>

Willems<sup>35</sup> entende que, a partir de 1920, a escola pública foi suplantando as paroquiais e particulares em núcleos coloniais menores. Não obstante ter sido raramente boa a fama das escolas públicas entre os teuto-brasileiros, boa parte deles passava a preferi-las porque eram gratuitas e não oneravam o apertado orçamento familiar.

Segundo Paiva,<sup>36</sup> o Rio Grande do Sul foi o estado sulista mais tolerante com as escolas de Língua Alemã. A primeira grande movimentação política neste estado visando estabelecer critérios para o funcionamento das chamadas “escolas estrangeiras” ocorreu em 1929, durante o Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Sul. O congresso exigiu que o ensino nas escolas particulares fosse realizado em português.

O Jornal do Professor Católico de 1937 registra que uma grande parte da população teuta no Estado não auxiliava mais na manutenção das escolas paroquiais, enviando os filhos às escolas públicas, nas quais o ensino era completamente gratuito. Inicialmente este fenômeno ocorria mais nos núcleos populacionais menores:

algumas de nossas escolas privadas acabaram. Trata-se, na maior parte dos casos, de escolas com poucos alunos. [...] Algumas acabaram porque não se tinha à mão terra e moradia para o professor. [...] Outras escolas paroquiais também fecharam porque na vizinhança se abriu novas escolas gratuitas e públicas. Foi o impacto das circunstâncias que levou estas escolas a encerrarem livremente suas atividades.<sup>37</sup>

Porém a escola pública também enfrentava graves problemas, especialmente os relacionados com os professores. O problema lingüístico era sério, a aprendizagem era pouca porque os alunos e professores tinham dificuldades em entender-se. Normalmente os professores das escolas públicas também se sentiam isolados nas comunidades teutas, o que não raro provocou sua desistência, ocasionando constantes remanejamentos dos mesmos.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> PAIVA, Op.cit., 15-16.

<sup>35</sup> WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1946.

<sup>36</sup> PAIVA, Op.cit., 19-20.

<sup>37</sup> LZ, Op.cit., jan. 1939, p.2.

<sup>38</sup> LZ, 1935, n.7, p.71

## Medidas preventivas de nacionalização do ensino no RS

Segundo J.P. Coelho de Souza,<sup>39</sup> Secretário da Educação no Rio Grande do Sul no período da nacionalização do ensino, a ação nacionalizadora das escolas dos imigrantes seria desencadeada através de medidas preventivas e repressivas. Em seu livro *Denúncia*, o referido Secretário da Educação comenta essas medidas.

As medidas preventivas foram subdivididas em extra-escolares e escolares.

As principais medidas extra-escolares foram:

a) *Caravanas nacionalistas*. Estas têm percorrido todo o Estado. “As datas cívicas foram comemoradas com intensidade e grandeza inéditas”;<sup>40</sup>

b) *Parada da Juventude Brasileira*: Dia 5 de setembro;

c) *Caravanas de “coloninhos” ou “gauchinhos”*. Todo ano 500 “coloninhos” ficariam por sete dias na capital do Estado para participarem das comemorações cívicas, em que lhes era oferecido um “ambiente de brasilidade”. “O seu deslumbramento ante os desfiles escolares, as demonstrações de educação física e a revista militar bem revelam que estes patriciosinhos da zona rural ignoram, totalmente, a existência do Brasil, como expressão de civilização e de organização política.”<sup>41</sup>

No conjunto das medidas preventivas, a educação cívica passou para primeiro plano, “vivendo as nossas gerações rio-grandenses um ambiente saturado de brasilidade”. Enfatizava-se, de toda forma, o primado da cultura brasileira. Segundo Coelho de Souza, “o governo do estado, porém, queria e isto se afirmou em milhares de preleções escolares, patentear à juventude riograndense o primado da cultura brasileira (...) sobre as demais que se esboçam no estado.”<sup>42</sup>

E as principais medidas preventivas escolares foram:

a) *Desdobramento da rede escolar estadual*;

b) *nacionalização rigorosa do sistema escolar particular*;

c) *criação, em 1939, do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos*: “um corpo de fiscais, distribuídos por todos os municípios, com uma Superintendência Regional, vigia, permanentemente, estes colégios”;<sup>43</sup>

<sup>39</sup> SOUZA, J. P. Coelho. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

<sup>40</sup> SOUZA, J. P. Coelho. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Thurmman, 1941. p.70.

<sup>41</sup> Idem, p.78.

<sup>42</sup> Idem, p. 77/8.

<sup>43</sup> Idem, p. 77.

d) *criação do maior número possível de novas unidades escolares*. Em 1937, havia, no RS, 170 grupos escolares. Em novembro de 1941, já haviam passado para 452. E ainda então estavam sendo instalados 49 grandes prédios escolares urbanos e 79 rurais;

e) *nomeação de professores para a rede pública estadual*. Foram nomeados 1.222 professores de Letras e mais 58 de Música e Desenho.<sup>44</sup> Segundo o *Lehrerzeitung*,<sup>45</sup> deste total apenas 148 foram para os distritos de colonização.

### Medidas repressivas de nacionalização do ensino

A partir de 1938, a Campanha de Nacionalização passou para uma ação mais ostensiva e repressiva, especialmente nos núcleos em que houvesse alguma resistência. Estendeu-se também às sociedades culturais. Houve casos em que a animosidade se radicalizou, com a ação policial invadindo domicílios, arrancando inscrições já existentes há cinquenta ou mais anos em túmulos.<sup>46</sup> Enfim, a Campanha de Nacionalização do Ensino desembocou, no Estado, em seu aspecto repressivo, em forte acirramento de ânimos, na prisão de professores, na vistoria do material escolar de crianças a caminho da escola e na destruição de obras e documentos histórica e culturalmente valiosos. O ambiente passou a ser de assimilação compulsória nas escolas e na relação destas com as diversas instâncias da administração. O clima foi muito mais policalesco do que pedagógico. Criou-se um acirramento de ânimos que levou a um tratamento pouco objetivo nas ações.

A legislação específica do Rio Grande do Sul para a nacionalização compulsória do ensino iniciou em abril de 1938 com o Decreto n° 7212 de 06(08?) de abril. O então Interventor Federal no estado do Rio Grande do Sul, Sr. Oswaldo Cordeiro de Farias, iniciou o decreto,

considerando que os governos anteriores permitiram a fundação, no estado, de centenas de escolas em que se desconhece o idioma do País e que, servindo a núcleos de população de origem estrangeira, constituem sério embaraço à integração nacional das novas gerações; e, considerando que cumpre dar outra e mais justa orientação a estas escolas, conciliando as necessidades do ensino com os interesses nacionais, decreta....

<sup>44</sup> Idem, p. 75-77.

<sup>45</sup> LZ, *Op.cit.*, 1935, n.7, p.71

<sup>46</sup> DALBEY, *Op.cit.*, p. 136.

Os principais itens do decreto, relacionados com as escolas étnicas, são:

a) nos programas das escolas étnicas, figurarão sempre a Educação Física, o Ensino Cívico e os Trabalhos Manuais, na forma das diretrizes oficiais (art.5°);

b) nas escolas primárias particulares em que se lecionar língua estrangeira, haverá sempre um ou mais professores do Estado, designados pela Secretaria da Educação, para o ensino do Português, da História, da Geografia Pátria e da Educação Cívica (art.7°);

c) esses professores do Estado serão pagos por quem mantiver os estabelecimentos particulares, correspondendo os vencimentos aos da sua entrância (art.8°);

d) as disciplinas lecionadas pelos professores públicos terão preferência no horário da escola (art.9°);

e) serão fechadas as escolas que não puderem satisfazer as prescrições acima ou que hostilizarem a ação do professor do Estado (art.10);

f) nenhuma escola particular de ensino primário poderá ser subvencionada por governo ou instituição estrangeira (art.13);

g) não haverá inscrições em língua viva estrangeira nos prédios escolares (art.14);

h) nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar sem estar registrado na Diretoria Geral da Inscrição Pública (art.16);

i) também os colégios que ministram ensino secundário e técnico profissional ficam sujeitos aos dispositivos deste decreto.

O segundo decreto foi o de n. 7247, de 23 de abril de 1938, assinado pelo Secretário da Educação, J.P. Coelho de Souza. Trata-se de uma regulamentação complementar sobre os dispositivos do decreto anterior. Dispõe as instruções para o registro das escolas particulares na Diretoria da Instrução Pública.

No Rio Grande do Sul, as normas regionais referentes à nacionalização do ensino foram assinadas pelo interventor Oswaldo Cordeiro de Farias e seu Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza. Foi proposto, nesses decretos estaduais, aquilo que, em essência, seria prescrito logo em seguida em sucessivos decretos federais, com a estratégia de criação do maior número possível de escolas públicas na região colonial, o aperfeiçoamento qualitativo das mesmas, a nacionalização dos estabelecimentos particulares de ensino através da regulação severa para a licença de professores, a prescrição de livros escolares das escolas públicas e do idioma nacional obrigatório.

A legislação federal concernente à nacionalização do ensino começou com o decreto n. 406, de maio de 1938, dirigindo-se diretamente às escolas rurais que pareciam oferecer maior perigo. Foi decretado que o material usado na escola teuto-brasileira fosse em português, que os professores e diretores de escolas fossem brasileiros natos, que nenhum texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em história e geografia do Brasil. Proibia ainda o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos.

Em 10 de dezembro de 1939, o Presidente da República assinou outro Decreto, o de n. 1.006, estabelecendo que o Ministro da Educação procedesse a uma censura em todos os livros usados na rede de ensino elementar e de 2º Grau. Porém o decreto de nacionalização mais importante talvez tenha sido o de n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Nele instruía-se aos Secretários de Educação nos estados a construir e manter escolas em área de colonização estrangeira para estimular o patriotismo por parte de estudantes. Deveriam ainda fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras e intensificar o ensino de história e geografia do Brasil. Proibia-se expressamente que alguma escola fosse dirigida por estrangeiro e que se fizesse uso de língua estrangeira em assembléias e reuniões públicas. Ordenava-se ainda que a Educação Física, nas escolas, fosse colocada sob a direção de um oficial ou sargento das Forças Armadas indicado pelo comandante militar da região.

Em 8 de março de 1940, o Decreto n. 2.072 criava a Organização da Juventude Brasileira, tornando-a obrigatória para todas as escolas. Jovens de 11 a 18 anos deveriam submeter-se à Educação Física como instrumento importante para uniformizar diferenças étnicas por meio de exercícios físicos em comum.<sup>47</sup>

Em 3 de setembro de 1941, o Decreto Federal 3.580 proibia tanto a importação de livros-texto de língua estrangeira para o ensino elementar, como sua impressão em território nacional.<sup>48</sup>

### Denúncias contra as escolas da imigração no RS

O Senhor Secretário de Educação, Coelho de Souza, entendia que as escolas da imigração eram um indício seguro de resistência local antibrasileira e que se exigia o empenho máximo do Governo em extirpar este foco nazista. Segundo ele, o perigo estava apenas nas

<sup>47</sup> KREUTZ, Op.cit., 1991.

<sup>48</sup> DALBEY, Op.cit., p. 199-202.

escolas teuto-brasileiras. Entendia que a etnia italiana não oferecia problema neste sentido, pois:

Na colônia italiana, [...] o problema da nacionalização, em rigor, não existe. Havia em toda a zona cerca de 30 escolas particulares. Refiro-me às escolas, porque constituem índice seguro de resistência local anti-brasileira mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias.<sup>49</sup>

Quanto às escolas dos imigrantes judeus, poloneses e japoneses afirmava que:

Os judeus possuem duas ou três escolas, que se nacionalizaram sem resistência [...]. Os núcleos poloneses e japoneses não chegam a constituir, ainda, objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão, embora nos primeiros se registrassem, antes da guerra, manifestações de desintegração brasileira.

Quanto às escolas teuto-brasileiras, o Sr. Secretário de Educação via um problema muito sério:

Problema, sem dúvida gravíssimo e de difícil solução, é o que oferece a zona colonial alemã [...] a colônia alemã oferece uma organização capaz de provocar a atenção e a preocupação governamentais [...]. A ação germanizadora do nazismo introduziu-se subrepticamente na chamada população teuto-brasileira. Para tanto dominaram as escolas particulares às centenas espalhadas pelo estado. [...] Esse domínio, tornado absoluto, foi conseguido por meio de subvenções distribuídas pelo consulado alemão de Porto Alegre. [...] Dominadas as escolas, eram então catequizados os alunos. Através desses obtinham os agentes pardos o apoio das mães. E as mães, estavam certos, arrastariam os pais.<sup>50</sup>

O Secretário de Educação ainda afirmou que toda a rede escolar teuto-brasileira teve uma resistência passiva em relação às medidas de nacionalização. Por isso, através de um novo decreto, o de 12/12/38, foram fechadas 241 escolas particulares e se quebrou, definitivamente, a oposição teuto-brasileira.

O Interventor Federal no Estado, Sr. Oswaldo Cordeiro de Fariás, apresenta números diferentes dos de seu Secretário de Educação

<sup>49</sup> COELHO DE SOUZA, *Op.cit.*, p.12.

<sup>50</sup> COELHO DE SOUZA, *Op.cit.*, p. 22-24.

em relação às escolas teuto-brasileiras fechadas: “*não fechamos em massa os colégios existentes na parte do Estado (sic) onde o ensino mais se esquivava às exigências nacionais. De mais de duas mil escolas dessa região, só 91 foram proibidas de funcionar.*”<sup>51</sup>

Outra questão séria, segundo o Secretário de Educação, estava relacionada com a Escola Normal em Novo Hamburgo. O Senhor Secretário de Educação fizera viagem de inspeção à cidade. Finda esta, atendeu convite do Presidente da Sociedade União Popular, Sr. Leopoldo Petry, para visitar a Escola Normal Católica e participar dos festejos em comemoração ao Dia do Colono. Relata textualmente, a este respeito, o Sr. Secretário de Educação: “proferiu um discurso um pequeno aluno, cuja peça oratória foi lida e que demonstrava inequivocamente haver sido preparada ardentemente por outra pessoa”. Informa que nesse discurso:

a) era feita uma crítica rude à Campanha de Nacionalização do Ensino;

b) se declarava que era necessário o culto das tradições germânicas e que nenhum alemão ou descendente de alemão deveria se afastar da língua de seus antepassados;

c) acrescentava que todos deviam, habitantes do Rio Grande do Sul ou de outro recanto do mundo, seguir as leis e os ensinamentos da Grande Alemanha.<sup>52</sup>

O Secretário da Educação afirmou, a seguir, que rebateu imediatamente todos os pontos do inoportuno discurso, dizendo que era justo o culto dos antepassados germânicos, que ele próprio descendia de um desses imigrantes; porém, que não se poderia confundir “moderação com fraqueza” e que:

aqueles que não quiserem se afastar um milímetro da língua dos antepassados, não estão em condições, não podem e não lhes será permitido lecionar dentro do Rio Grande do Sul e que os estabelecimentos escolares chamados estrangeiros, no estado, como a Escola Normal de Novo Hamburgo, ou se enquadram no espírito da obra nacionalizadora ou serão imediatamente encampados pelo governo.<sup>53</sup>

Voltando a Porto Alegre, o Senhor Secretário de Educação relatou o fato ao Sr. Interventor, Cordeiro de Farias, e ao arcebispo D. João Becker. Afirma que ambos desaprovaram veementemente o fato

<sup>51</sup> CORDEIRO DE FARIAS, *Op.cit.*, p.8.

<sup>52</sup> COELHO DE SOUZA, *Op.cit.*, p. 112.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 114.

ocorrido. Instalou-se inquérito, no qual se concluiu que: a) o incidente comprovava a existência de uma mentalidade antinacionalista no Brasil; b) há um contraste entre a moderação e o anseio de colaboração do Governo no problema da nacionalização e a agressividade dos elementos que pretendem embaraçá-la; c) há o desejo de absoluta integração brasileira por parte dos descendentes de imigrantes, o que vem expresso na repulsa da juventude daquele estabelecimento às idéias que lhes pretendem inculcar.<sup>54</sup>

Frente a tais fatos, o Sr. Secretário da Educação deliberou, com a aprovação da autoridade superior, demitir da direção o Pe. Miguel Meyer, SJ. e proibir a sua permanência ali; excluir do corpo docente o Prof. Reynaldo Krauspenhaar e recomendá-lo ao procedimento policial, “já que esta Secretaria não tem ação fora do campo educacional.”<sup>55</sup>

Salienta ainda o Sr. Coelho de Souza que estas medidas repressivas estavam sendo tomadas com aprovação e aplauso da alta autoridade eclesiástica no Estado, que declarava que “aquela escola, embora dirigida por católicos, nunca foi escola normal oficial da Igreja Católica e nunca se sujeitou às ordens da Cúria.”<sup>56</sup>

Na mesma data, os responsáveis pelas escolas normais de Novo Hamburgo e São Leopoldo receberam a minuta de um convênio a ser assinado entre estas e a Secretaria de Educação, por força do qual o Estado encamparia as referidas escolas. E qualquer dificuldade na assinatura deste convênio acarretaria o fechamento imediato das mesmas.

Outras denúncias do Sr. Secretário de Educação contra a escola teuto-brasileira encontram-se nos anexos de *Denúncia*. Um primeiro anexo apresenta o ofício do Sr. Francisco Salles Guimarães, fiscal do ensino particular em Santa Rosa, com duas denúncias. Na primeira, envia ao Secretário de Educação um caderno escrito em alemão, que pegou da irmã da professora na escola da Linha Dr. Pedro Toledo; na segunda, queixa-se do Pe. Rauber, vigário de Campina das Missões. O referido vigário, após longas explicações da parte do Inspetor de ensino sobre a necessidade do uso do português, assim mesmo foi flagrado, no dia seguinte, rezando o terço em alemão junto a uma família.<sup>57</sup>

Um segundo anexo é o da Sra. Inspectora da 9ª Região Escolar, Sra. Margarida Pardelhas. Ela enviara ao Secretário de Educação um

<sup>54</sup> Idem, p. 117.

<sup>55</sup> Idem, p. 117/8.

<sup>56</sup> Idem, p. 118.

<sup>57</sup> COELHO DE SOUZA, *Op.cit.*, p. 97-102.

caixote contendo obras didáticas e literárias em língua alemã, apreendidas durante inspeção às escolas particulares de Pindorama (hoje Panambi). Afirmar a Sra. Inspectora que “tem por hábito deter nas estradas toda criança portadora de livros, maletas, sacolas, etc. Converso, procuro captar-lhes a confiança, inquiri da escola que frequenta, e, depois, peço-lhes os livros e cadernos e assim, às vezes, tomo conhecimento da conduta capciosa de alguns professores.”<sup>58</sup>

Outra denúncia que manifesta as tensões, no período, é relativo a sua posse como Secretário de Educação. Afirmar, em *Denúncia*<sup>59</sup> que, ao assumir o cargo, havia além dele outros três Secretários de Educação no Estado, a saber: a) o Diretor do Ensino Italiano; b) o Diretor do Ensino Luterano alemão; c) o Diretor do Ensino Alemão católico. Informa que estes ofereciam “resistência passiva” ao processo de nacionalização, sendo que o primeiro (o do ensino italiano) teve a ousadia de apresentar-lhe os cumprimentos e oferecer sua colaboração. E acrescenta: “Confesso que fui mau colega.”<sup>60</sup>

Mas veja-se: As associações de professores, tanto de católicos, quanto do Sínodo Rio-Grandense, já existiam há mais de 37 anos. No caso católico, o presidente da associação mantinha intercâmbio constante com os associados, com os professores, com as escolas e com comunidades teuto-brasileiras, seja através do jornal da própria associação (*Lehrerzeitung*), ou através do *Deutsches Volksblatt* ou ainda do *Familienfreundkalender*. Em nenhum momento, aparece a mínima referência no sentido de que o presidente da Associação de Professores Teuto-Brasileiros fosse, além de suas competências registradas no Regimento da Associação, reconhecido pelo poder público. Ao contrário, a imprensa do período retrata os presidentes da Associação dos Professores Teuto-Brasileiros Católicos como pessoas honradas que há mais de 30 anos se dedicavam à causa escolar, organizando com recursos comunitários o que, segundo o próprio Coelho de Souza, era dever do Estado.

Até a sua posse, as escolas teuto-brasileiras não só haviam sido permitidas pelas autoridades governamentais, com a exceção de seu fechamento entre 1917 e 1919, mas também haviam sido incentivadas e frequentemente reconhecidas publicamente como um empreendimento heróico por parte dos imigrantes teuto-brasileiros. Dizia-se que estes haviam compensado, com uma corajosa iniciativa particular comunitária, a sucessiva omissão dos governos.

---

<sup>58</sup> Idem, p. 104.

<sup>59</sup> Idem, p. 73.

<sup>60</sup> Idem, p.74 .

Esse posicionamento modificou-se com as pressões do quadro político nacional e internacional, quando o Senhor Secretário de Educação criou um clima de imprevisibilidade, de tensão e autoritarismo. A própria posição do Interventor Federal no Estado, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, parece ter sido menos resistente ao entendimento. Na inauguração de uma escola em São Sebastião do Caí, em setembro de 1941, tranqüilizava a população teuto-brasileira quanto às ações do Governo, dizendo:

Estivessem tranqüilas e calmas as populações referidas, porque eu [...] estendo confiante a minha mão amiga aos homens descendentes de filhos de outras terras, certo de que eles, embora não dominando muito bem a nossa língua, embora não conhecendo as belezas de nossa história, eram tão brasileiros quanto eu, pois toda sua vida, naquilo que só deles havia dependido, fôra dedicada, pelo seu trabalho construtor, à grandeza da Pátria.<sup>61</sup>

Em síntese, são essas as principais “denúncias” do Senhor Secretário de Educação contra a escola teuto-brasileira que, como vimos, segundo sua visão, apresentou “um problema gravíssimo, já que o nazismo introduziu-se subrepticiamente na chamada população teuto-brasileira e dominou as escolas particulares às centenas espalhadas pelo estado.”<sup>62</sup>

Os dois volumes dos Relatórios de Aurélio Py, Secretário de Segurança Pública, não apresentam substancialmente elementos novos, além dos já informados com relação à escola.

### Considerações sobre as denúncias do Secretário de Educação do RS contra as escolas étnicas

Em relação às escolas teuto-brasileiras no Estado, o Secretário de Educação Coelho de Souza afirmou que a ação do nazismo “dominou as escolas particulares às centenas,”<sup>63</sup> apresentando o número de escolas teuto-brasileiras existentes e fechadas pela ação nacionalizadora. Assim, na página 75 de *Denúncia*, ele afirma que das 2.418 escolas étnicas existentes, foram fechadas 241. Pergunta-se: quantas eram as escolas particulares então? Na verdade, as Associações de Professores Teuto-Brasileiros católicos e evangélicos fizeram diversos levantamentos estatísticos da questão escolar, a partir da década de 1920. Estes

---

<sup>61</sup> CORDEIRO DE FARIAS, Op.cit., 1941.

<sup>62</sup> COELHO DE SOUZA, Op.cit., p.22.

<sup>63</sup> Idem, p.22.

levantamentos apresentam o nome de cada professor, a escola, o número de alunos e a localidade onde se situava a escola. Apresentava-se ainda a organização de professores e escolas por regiões, com o nome do coordenador regional. As listas foram publicadas nominalmente na imprensa teuto-brasileira, de forma que cada comunidade escolar poderia conferir os dados relativos a sua escola. Entre católicos, essas relações foram publicadas diversas vezes pelo *Lehrerzeitung* (Jornal do Professor), pelo *Familienfreundkalender* (anuário católico) e pelo *Deutsches Volksblatt* (jornal católico). Trata-se, portanto, de levantamentos nominais, conferidos pelo próprio público das respectivas comunidades. E os dados que se têm acerca das escolas teuto-brasileiras, no período de nacionalização, apresentam um número de 1.041 escolas, 1.226 professores e 45.576 alunos. Fica a pergunta: onde o Sr. Secretário de Educação, desse período, terá tirado mais do que o dobro de escolas teuto-brasileiras, isto é, 2.410? Este número é contraditado pelo próprio Interventor Federal que afirma, como vimos acima, que foram fechadas 91 escolas teuto-brasileiras.

Quando afirma que o nazismo “introduziu-se subrepticiamente no seio da chamada população teuto-brasileira [...] para tanto dominaram as escolas particulares, às centenas, espalhadas pelo estado” (p.22), o Secretário de Educação contradiz-se com o que afirmara pouco antes, dizendo que, entre os teuto-brasileiros, a “maioria é dos tradicionalistas”, que mantêm, bem vivos, a língua, as artes e os hábitos alemães. [...] Não alimentam intenções políticas; conservam a tradição, antes por motivos de ordem espiritual,”<sup>64</sup> sem serem nazistas.

A acusação apressada, típica de um clima de exaltação de ânimos, constata-se também na sua análise do episódio ocorrido na Escola Normal de Novo Hamburgo. Quando demitiu o Diretor desta e recomendou o professor Reynaldo Krauspenhaar para procedimento policial, o Senhor Secretário disse que “cumpre notar que estas medidas repressivas foram tomadas com a aprovação e os aplausos da alta autoridade eclesiástica”, a qual enfatizou que “aquela escola, embora dirigida por católicos, nunca foi Escola Normal Católica oficial da igreja” (Coelho de Souza).<sup>65</sup> No entanto, no *Jornal do Professor Católico* (*Lehrerzeitung*)<sup>66</sup> consta a nomeação do Pe. Miguel Meyer para Diretor da Escola Normal, expedida pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Sobre a pergunta se o Diretor da Escola Normal de Novo

<sup>64</sup> Idem, p.17-18.

<sup>65</sup> COELHO DE SOUZA, Op.cit., p. 117-118.

<sup>66</sup> LZ, op.cit., 1933, n.2-3, p.3.

Hamburgo, Pe. Miguel Meyer, S.J., assim como os demais religiosos pertencentes a ordens religiosas de origem alemã teriam sido nazistas, o próprio Secretário de Educação respondeu negativamente. Disse que eles formavam a liderança do segundo grupo de teuto-brasileiros, que eram a grande maioria, considerados tradicionalistas porque mantinham bem viva a tradição alemã. “É o grupo que não alimenta intenções políticas. Conservam a tradição por motivos de ordem espiritual.”<sup>67</sup> Entendia que para este grupo caberiam medidas preventivas de educação e não repressivas.

O *Lehrerseminar* católico há anos vinha sendo o responsável pela organização e publicação do *Lehrerzeitung* católico que, sem dúvida, é um espelho da postura ideológica do corpo docente e, especialmente, do Diretor da Escola Normal. No mesmo, aparece nítida a defesa do *Deutschtum* por motivos religiosos. De forma alguma constam nele insinuações quanto ao nazismo.

### Indicações finais

Após um silêncio constrangedor de trinta anos sobre a Campanha de Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul, houve, de 1970 em diante, uma série de estudos sobre o tema, os quais ainda não podem ser considerados conclusivos. Pouco tem sido trabalhado a partir da documentação principal, analisando o relato dos agentes da nacionalização ou das associações teuto-brasileiras que mantinham a escola comunitária. Existe ainda hoje a possibilidade de se fazer a recuperação da memória sobre esse tema, colhendo-se os depoimentos de pessoas que estavam diretamente vinculadas à escola comunitária teuto-brasileira. Os depoimentos e os documentos do período foram pouco explorados nas pesquisas até o momento. Pode-se falar em indicações encontradas nas investigações, mas certamente é cedo para se falar em conclusões.

No limite dos recortes propostos, permito-me as seguintes indicações:

a) No período da Campanha de Nacionalização, já estavam presentes fatores econômico-sociais que pressionavam no sentido da transformação lenta das escolas teuto-brasileiras. Não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino. Esta precipitou o processo e não deu o devido tempo para a seqüência normal de um processo de transformação mais profundo que então já estava em curso. A Cam-

---

<sup>67</sup> COELHO DE SOUZA, Op.cit., p. 85.

panha de Nacionalização do Ensino não fechou pura e simplesmente as escolas teuto-brasileiras; obrigou-as, sim, a adaptarem-se a um nacionalismo exacerbado. A forma de condução desse processo desarticulou a estrutura escolar existente entre imigrantes, desmobilizando 1.041 escolas comunitárias. Neste sentido, é elucidativo o depoimento da Associação de Professores Católicos:

O quanto conhecemos, nenhuma de nossas escolas acabou pelo simples fato de não se poder ensinar mais alemão. As razões de seu fechamento são outras. Algumas de nossas escolas fecharam pelo impacto das novas circunstâncias, ou porque não tinham professor formado em Escola Normal ou porque a comunidade escolar não tinha condições para manter um professor formado, agora mais valorizado em função da nova lei. [...] Havia a exigência que os professores soubessem falar bem o português. [...] Apenas conhecemos alguns poucos casos de fechamento obrigatório de escolas paroquiais.<sup>68</sup>

A partir de 1938, os professores das escolas da imigração, normalmente, eram aconselhados pelas próprias igrejas a fazerem concurso público, sendo então contratados pelo Estado ou Município. Assim, tirava-se o ônus maior da comunidade para com seu salário, embora normalmente recebesse uma complementação desta, dependendo de acertos locais. E quanto às funções sociais e religiosas, estas eram mantidas ou não, dependendo do bom relacionamento com as autoridades civis da localidade.

b) A nacionalização do ensino induziu a uma destruição acentuada e indiscriminada da memória histórica. Livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos do período foram destruídos tanto pelos agentes da nacionalização quanto pelos próprios teuto-brasileiros, como autodefesa. Houve perdas que parecem irreparáveis, como, por exemplo, parte da coleção do *Allgemeine Lehrerzeitung* e do *Das Schulbuch*, entre outros.

c) Muitas comunidades foram privadas de seu líder principal, o professor, e assistiram à desestruturação de sua rede de organizações. Isto pesou profundamente, pois, até aquele momento, havia sido assumida de forma comunitária toda a estrutura necessária para a viabilização das atividades econômico-sociais, artísticas e religiosas. Inclusive as estradas tinham sido abertas e conservadas sob a forma do mutirão comunitário (io: *Frohnarbeit*). Segundo Coelho de Souza, em *Denúncia*, as escolas em área rural recebiam auxílio finan-

<sup>68</sup> LZ, op.cit., 1939, jul., p. 2.

ceiro da Alemanha. No entanto, de acordo com as informações obtidas até o presente, elas sempre foram mantidas apenas pelas respectivas comunidades, sendo que alguns professores recebiam subvenção do Estado para lecionar português. As escolas étnicas urbanas, estas sim, recebiam subvenção do estrangeiro, pelo menos até o período da Primeira Guerra Mundial.

d) Criou-se um clima de tensão, de silenciamento e de medo na região colonial teuto-brasileira. Até a nacionalização do ensino, a língua materna era fator básico para a identificação étnico-cultural e religiosa. Esta foi abruptamente proibida, atingindo-se profundamente a nova geração, que a partir de então passou a um silêncio constrangedor sobre sua própria identidade.

e) O disciplinamento da licença de professores, do material didático e a proibição da Língua Alemã, introduzido de forma abrupta, influiu negativamente na qualidade de ensino de toda uma geração de crianças teuto-brasileiras. Professores hábeis em estabelecer uma ponte entre os dois idiomas, alemão e português, em vincular a bagagem cultural da realidade agrária com o ensino na escola, foram impedidos de exercer o magistério. Os decretos de nacionalização não somente descredenciaram boa parte de professores para o magistério, mas também obrigaram a uma radical mudança de método, em função da proibição do alemão, única forma de expressão da maioria dos alunos. A modificação foi brusca, e a escola tornou-se algo estranho para o aluno teuto-brasileiro, seja pela língua, seja pela forma de se trabalhar o conteúdo, seja também pela figura de muitos professores substitutos, não familiares ao universo simbólico do aluno.

f) Os documentos revelam claramente que o Secretário de Educação, Sr. Coelho de Souza, e o Chefe de Polícia, Major Aurélio da Silva Py, conduziram o processo de nacionalização em perspectiva de pouco diálogo. O livro *Denúncia*, de Coelho de Souza, e o *Relatório I e II*,<sup>69</sup> de Aurélio da Silva Py, comprovam-no. A comparação do linguajar do Secretário de Educação com o de seu superior, o Sr. Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal, deixa nítida a diferença de tratamento. Desmobilizou-se uma estrutura de 1.041 escolas comunitárias e induziu-se a uma destruição acentuada e indiscriminada da memória histórica. Privaram-se as comunidades de seu líder principal e desestruturou-se a rede de organizações comunitárias. Criou-se um clima de tensão, de silenciamento e de medo nas crianças da região colonial teuto-brasileira. Em suma, foi

---

<sup>69</sup> PY, Tenente Coronel Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul. Relatório I e II*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

um ambiente antiescola e antiaprendizagem, refletindo negativamente na qualidade de ensino e na aprendizagem de toda uma geração de crianças descendentes de imigrantes.

g) A questão do bilingüismo, sempre controvertida, gerou um grande desafio pedagógico para o professor. Seria possível alfabetizar simultaneamente em alemão e em português, considerando-se que em toda a convivência familiar e social a criança só falava o alemão? A partir da década de 1920, uma grande parte das escolas elementares teuto-brasileiras manteve, para o turno da noite, uma escola complementar, com o objetivo precípua de ensinar melhor o português. É um reconhecimento de que, nos quatro ou cinco anos de escola elementar, o aprendizado do português não era satisfatório. Mas atesta que os imigrantes tinham o desejo real de que seus filhos aprendessem o português, investindo neste sentido. Isso é atestado pelo grande número de manuais didáticos editados e reeditados com esse objetivo. O próprio fato de, após um ensino elementar bancado pelos teuto-brasileiros, ainda terem investido na escola complementar comprova o interesse no ensino da língua nacional.

h) O processo de nacionalização manifesta uma curiosa evolução da relação entre Igreja Católica e Estado. Com uma nítida contradição de princípios em vários aspectos, entre os quais a competência quanto à escola, Governo do Estado e hierarquia católica, sempre souberam temporizar na prática. E quando o contexto político se tornou mais crítico, no final da década de 30, o discurso de princípios da hierarquia católica modificou-se em essência na questão da competência quanto à escola. Assim, ao contrário do que afirmara em consonância com a doutrina oficial da Igreja, nos anos 20, D. João Becker começou a reconhecer, no final da década de 30, um direito inalienável do Estado na educação e ensino. E, quando antes havia proibido os professores católicos de receberem qualquer subvenção da parte do Estado, posteriormente, em novo contexto político, incentivava e sugeria convênios entre Igreja Católica e Estado na promoção da escola e do ensino. Suspendia formalmente as sanções antes prescritas aos pais que enviassem seus filhos à escola pública.

i) No conjunto de conseqüências da nacionalização, é preciso ressaltar também que houve prisão de professores da imigração alemã. Sem ter ainda o número de quantos foram detidos, por quanto tempo permaneceram na prisão e como foi o julgamento, escutei, no entanto, pelo relato de ex-professores daquele período que houve detenção de um certo número de integrantes do magistério das escolas étnicas alemãs no processo de nacionalização.

j) Enfim, parece-me que a nacionalização do processo escolar

dos imigrantes no Rio Grande do Sul é tema que ainda demanda mais pesquisa. A tese de Isabel Cristina Arendt, *Representações de Germanidade, Escola e Professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul]*, já nos apresenta um avanço neste sentido. No entanto, seus resultados ainda não puderam ser incorporados neste texto, já que a tese acaba de ser defendida neste mês de abril de 2005. Contudo, entendo que o assunto precisa ser mais investigado.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> ARENDT, Op.cit., 2005.

VOLUMES ANTERIORES DE FRONTEIRAS:  
Revista Catarinense de História

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de  
História, nº 10

Neste Número:

FRANCO, José E. Portugal enquanto profecia: gênese, conteúdo e metamorfoses do profetismo português.

HEINSFELD, Adelar. O olhar do vizinho: a opinião pública argentina e a formação das fronteiras territoriais brasileiras.

SCHMITT, Jaqueline A. M. Z. As perspectivas de análise do trabalho na historiografia catarinense.

KLANOVICZ, Luciana R. F. Corpos (em tempos) modernos.

COMERLATO, Fabiana. O declínio da pesca da baleia nas armações catarinenses.

MACHADO, Gerson. Etnicidade e espaço no Distrito Bananal (atual município de Guaramirim/SC).

SANTOS, Manoel P. R. T. dos; KLUG, João. Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina.

HERING, Fábio A. A história antiga e a formação das nações européias.

ENTREVISTA: RAMPINELLI, Waldir J.; CARVALHO, Otelo S. de. Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista.

Resenhas

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ

Valquíria E. Renk<sup>1</sup>

### Resumo:

Este texto busca contextualizar historicamente a política de nacionalização do ensino no Paraná. No período da Primeira Guerra Mundial os discursos em prol da nacionalização das escolas étnicas tornaram-se mais intensos. Os jornais, os políticos e a sociedade brasileira clamavam pela Educação em língua portuguesa. A legislação educacional no Paraná previa o ensino em língua portuguesa desde 1900. Após 1917, a legislação educacional controlou de forma mais intensa a ação dos professores em sala e os currículos nas escolas étnicas. A lei estimulava mais lições de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Educação Física, visando a nacionalização do ensino. Em 1938 o Presidente Vargas e o Interventor Manoel Ribas fecharam as escolas étnicas no Paraná.

**Palavras-chaves:** escolas étnicas - nacionalização - legislação educacional.

### Abstract:

*This text situates the historical context of the nationalization policy in Paraná. In the time of the First World War, the discourse of the nationalization was more intensive. The journal, the politics and Brazilian society vociferate to education in Portuguese, main in the ethnic school. The Educational legislation in Paraná has foreseen teaching in Portuguese from 1900. After 1917 the educational legislation controlled the teachers action in class and the curriculum of the ethnic school. The law stimulated the lesson of History, Geograph, Moral Education and Physical Education to objectify the nationalization Educational. In 1938 the President Vargas and the Interventor Manoel Ribas has close the totality immigrants (ethnic) school in Paraná.*

**Keywords:** ethnic school - educational legislation - nationalization.

O Estado do Paraná, constitui-se num estado pluriétnico. Considerando a diversidade étnica do Paraná, as inúmeras colônias de imigrantes que construíam e mantinham as suas escolas, também ministravam o ensino na língua de origem. Tinham liberdade de organização curricular, contratação de professores, elaboração do material didático e da administração da mesma. Assim, havia uma grande simbiose entre as escolas, a comunidade e a igreja. Havia os jornais das colônias, publicados na língua de origem e que traziam também notícias de outras colônias e da pátria de origem.

<sup>1</sup> Professora da PUCPR. E-mail: <valquiriarenk@aol.com>

A escola contribuía para a manutenção da identidade étnica, fazendo uso da língua de origem, e da comemoração de eventos cívicos da história daquele país. A seleção dos traços culturais significativos que marcaram a diferença frente à sociedade brasileira não se dava ao acaso, mas “funcionam como sinais sobre os quais se funda o contraste entre Nós e Eles” (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.130).<sup>2</sup>

As escolas étnicas no início do século XX, priorizavam o ensino da língua de origem do grupo. O Secretário Otávio Ferreira do Amaral e Silva, em relatório ao Governador Francisco Xavier da Silva, em 1910, dizia:

As escolas estrangeiras revelam *desprezo pela língua nacional* e o governo procura evitar sérios inconvenientes, por meio da remoção dos professores, porém com pouca eficácia, pois os colonos estrangeiros, em geral deixam de enviar seus filhos às escolas públicas, quando o professor não ensina em sua língua pátria, preferindo mandar ensiná-los particularmente.<sup>3</sup>

Para os imigrantes estrangeiros, o modelo de escola aqui implantado era o modelo da Pátria de origem e que, contribuía com a manutenção da identidade étnica. A legislação de ensino no Paraná pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná, de 1876, estabelecia a gratuidade do ensino. Legalizava-se, assim, as inúmeras escolas que os imigrantes abriram e mantiveram para os seus filhos, mesmo nas áreas nas quais não havia escolas públicas.

### A legislação educacional e a nacionalização do ensino

A partir de 1900, a legislação educacional do Paraná enfatizava a necessidade do ensino da língua nacional, em todas as escolas. Evidenciava-se a preocupação do Diretor Geral da Instrução Pública, Jayme dos Reis, em 1909, que se declarava partidário da obrigatoriedade do ensino da língua nacional, mesmo nas escolas de imigrantes (WACHOWICZ, 1984, p. 209).<sup>4</sup>

Para o Estado Brasileiro, não era possível pensar em formação da nação sem a adoção de uma língua nacional. Daí a importância dada ao sangue (ou à raça) e à língua como elementos fundamentais da nacionalidade. Era necessário também que as escolas enfatizassem o ensino

<sup>2</sup> POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998

<sup>3</sup> Conforme consta no Relatório do Secretário Octavio Ferreira do Amaral e Silva, ao Governador Francisco Xavier da Silva, op. cit., em 1901, p. 11

<sup>4</sup> WACHOWICA, L. A. *Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional*. São Paulo: Cortez, 1984.

de outros elementos simbólicos como o Hino Nacional, a Bandeira Nacional, a História e a Geografia do país.

A legislação estadual sobre o ensino, desde 1900 até 1938, enfatizava que o ensino deveria ser em língua nacional. As escolas de imigrantes encontravam maneiras de “resistir” e de “burlar” as leis, incrementando em seu currículo o bilingüismo. “[...] o inspetor pede a remoção do professor público para outra localidade de maior população, pois os colonos não mandam seus filhos à escola, porque ali não se leciona a língua polaca e existe uma escola-sociedade que mantém um curso nessa língua.” (WACHOWICZ, 1984, p. 212).<sup>5</sup>

No ano de 1909, houve uma reforma do ensino, no Estado, através da Lei 894, de 19-04-1909. Sobre a sua organização, o Título III, nos artigos 82 a 86, registrava a obrigatoriedade do ensino em língua nacional nas escolas particulares. Esta mesma lei estipulava multas aos estabelecimentos que infringissem a lei.

A imprensa publicava os atritos entre os imigrantes alemães e a sociedade brasileira, principalmente, contra as escolas alemãs.

O Deputado Barbosa Lima, discursava na Câmara, em 1906, que nas localidades em que houvesse escolas que ensinassem em alemão, estas deveriam ser fechadas, pois os estudos só deveriam ser transmitidos e ensinados em língua portuguesa. O perigo alemão é a discussão sobre a questão da raça eram registrados pela imprensa., como podemos observar:

As terras do Brasil são lavradas e cultivadas pelo braço estrangeiro, fornecido pela imigração [...] o colono inteligente que aqui permanece e obtém recursos pecuniários, nutre francamente o desejo de ver este desaproveitado Brasil transformado em próspera colônia de sua nacionalidade; [...] Não admira pois que os estrangeiros que não nos conhecem suficientemente, nos façam injustiças, colocando-nos a nível das mais incapazes raças do continente africano<sup>6</sup>

O papel dos imigrantes foi considerado fundamental para branquear a raça e “concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional. Trata-se de uma construção racial - clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos, pois a nacionalidade já tem a sua cultura, sua língua e religião.” (SEYFERTH, 1996, p. 51).<sup>7</sup> Assim, os imigrantes poderiam ser bons para colonizar, mas representavam um perigo à nacionalidade, devido ao seu apego à cultura de

<sup>5</sup> Idem nota anterior.

<sup>6</sup> Diário da Tarde, 08-10-1914, n. 4912, matéria de primeira página.

<sup>7</sup> SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In *Raça, ciência e sociedade*. Rio De Janeiro: Fiocruz, 1996.

origem. Os políticos e intelectuais consideravam que era preciso “abrasileira-los, o que se faria por meio do ensino fundamental cujos conteúdos os instruíam não apenas para o uso do idioma português, como também para o culto dos valores cívicos da nação a quem passariam a servir (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1993, p. 47).<sup>8</sup>

### A Primeira Guerra e as escolas de imigrantes

O período de duração da Primeira Guerra Mundial marcou profundamente a vida das comunidades étnicas. Os alunos também acompanhavam de perto as manifestações de hostilidade, neste período “Certa manhã, ao chegar para as aulas, tive e tiveram os colegas um espetáculo constrangedor. Em algumas salas de aula e corredores havia grande desordem: muita coisa quebrada, muito material tipográfico espalhado por aqui, ali e lá adiante. [...] O Brasil estava em guerra, conflagração mundial e os alemães e descendentes sofreram perseguições e depredações.<sup>9</sup>

A exaltação à língua nacional e ao patriotismo estavam presentes, em editoriais inflamados. No período de 1914-1918, a imprensa de Curitiba, em especial, o *Diário da Tarde*, registrou os apelos em prol da nacionalização das escolas e das colônias étnicas.

Em 1915, o mesmo jornal assumiu a defesa da reforma do ensino, propondo instrução da língua nacional nas escolas de estrangeiros e um currículo único para todas as escolas do Estado.<sup>10</sup> A nacionalização das comunidades estrangeiras aparecia com muita frequência na imprensa nos anos de 1916 a 1918. A escola era entendida como o meio mais eficiente para esta nacionalização. Uma grande campanha no ano de 1918 foi lançada pelo mesmo jornal, com matérias de primeira página, que versavam sobre a nacionalização das escolas. Uma matéria de capa publicada no *Diário da Tarde*, em 16-02-18, chama a atenção desses fatos:

A guerra mundial veio mostrar-lhe o crime da indiferença dos seus homens públicos por problemas, questões e fatos vitais para os seus destinos e para o seu futuro. Dentre eles avulta o da *nacionalização*. [...] Parece absurdo que uma nação de quase um século de existência sentir necessidade de sua própria nacionalização, da nacionalização dos seus filhos [...] Os alemães nas suas escolas mantidas pelos comunas e fartamente espendidas pelo

<sup>8</sup> BREPOHL DE MAGALHÃES, M.D. Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1993.

<sup>9</sup> Depoimento de Rosário F.M. Guérios, ex-aluno do Bom Jesus, in PICCOLO, 1980, p. 29.

<sup>10</sup> Publicado no *Diário da Tarde*, edição de 04-08-1915, n. 5161, matéria de capa.

governo do kaiser, a língua exclusivamente e escrita era a teutônica. História ensinada e geografia professada [...] E ao governo do Brasil cumpria o [...] dever de atuar para a integral nacionalização desse elementos [...] No Paraná não foi pequena a quantidade de escolas fechadas...

A hostilidade da sociedade brasileira com a comunidade alemã aumentou no período da guerra, pois as escolas alemãs de Curitiba arrecadavam donativos para as vítimas da guerra, em benefício da Cruz Vermelha da Alemanha e da Áustria. As animosidades entre a sociedade brasileira e a comunidade alemã de Curitiba, no ano de 1917, foram marcadas por arruaças, ataques à Igreja e à imprensa. O jornal *Diário da Tarde* registrou inúmeras manifestações patrióticas da sociedade brasileira em Curitiba, com recomendação dos oradores de “*morras à Alemanha*.”<sup>11</sup> Os jovens empunhavam a Bandeira Nacional e as dos países aliados, acompanhados de bandas de música que entoavam o Hino Nacional, demonstrando, com entusiasmo, o seu patriotismo. Essas manifestações eram, algumas vezes, seguidas por atos de desordem, contra propriedades da comunidade alemã. A redação do *Der Kompass* que ficava nas dependências do Colégio Bom Jesus foi apedrejada e incendiada. O jornal foi fechado por determinação das autoridades, por 19 meses. (De outubro de 1917 até julho de 1919 permaneceu fechado)

Em 1917, com a entrada do Brasil na Guerra Mundial, as escolas étnicas foram fechadas e reabertas em 1918. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, trouxe à tona, para as autoridades, a necessidade da intensificação da nacionalização dos estrangeiros. No Paraná, muitos intelectuais cultuavam e divulgavam a história e tradições do Estado e formavam o Movimento Paranista, liderados por Romário Martins, contra a invasão cultural dos imigrantes.

No ano de 1918, o então Governador Afonso Alves de Camargo, já preconizava a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas estrangeiras e, também, que todas as disciplinas fossem ministradas em língua vernácula. No Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, de 1917, constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras e a disposição das autoridades em fechar aquelas que não cumprissem os dispositivos legais. Ao mesmo tempo, as atividades promovidas pelas escolas públicas, que enfatizassem as atividades patrióticas, eram exaltadas pelas autoridades. “Às 11 horas, os alunos formados entoaram em frente do Grupo o Hino à bandeira, sendo esta levantada simultanea-

<sup>11</sup> *Morras* era uma expressão usada no sentido de morte. No caso, morte à Alemanha.

mente. Ao terminar o Hino foi a Bandeira saudada por diversos alunos, conforme a ordem do programa já publicado [...]”<sup>12</sup>

Para ANDERSON (1989), a nação é uma comunidade imaginada, identificada com um território ou Estado. No Brasil, a homogeneidade havia de ser construída. Assim,

o Estado passa a agir para juntar estas pessoas em um povo que se sente unificado por origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum. [...] A língua nacional escrita e uma língua falada, compreensível para a massa, passam a ser a fronteira natural da nação. A bandeira e o hino nacional, os feriados nacionais são parte deste processo de construção de uma memória nacional capaz de organizar e de disciplinar os indivíduos.<sup>13</sup>

Em 09 de janeiro de 1917, o Governo aprovou o Código do Ensino, através do Decreto n°. 17.<sup>14</sup> No Art. 4º estabelecia a competência do poder público em inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino; difundir-lo e despertar o povo para a importância da educação das crianças, através de conferências educativas e festas cívicas. Previa também o registro dos métodos de ensino e de toda a organização das escolas (públicas e particulares), a distribuição dos alunos pelas classes, os métodos pedagógicos, as matérias lecionadas e os livros adotados - tudo deveria ser comunicado às autoridades.

A vivência escolar deveria ser complementada com aulas de Moral e Civismo e os livros didáticos tinham um papel fundamental neste processo:

[...] Outros livros são ainda necessários para completar a leitura. *Outros finalmente, formam o civismo: o amor da Pátria e das instituições; o respeito às leis e 'a ordem; o cumprimento do dever acima de todos os interesses pessoais; o culto pelo passado.* Cada um deles deve cingir-se a um só programa: ou se destinam a formar corações, ou tem por fim abrir os olhos à inteligência, ou então, cuidam da nacionalidade e da Pátria.<sup>15</sup>

As escolas eram estimuladas a desenvolver manifestações cívicas. No Relatório de Governo de 1921, há referências sobre as festividades realizadas pelo transcurso do Dia da Bandeira, do Descobrimento, da

<sup>12</sup> Publicado na Gazeta do Povo. Ecos do dia da Independência. A festa no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias. Curitiba, 09-09-1920.p. 01.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, L.P. Questão nacional na Primeira República. In *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

<sup>14</sup> Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de 10-01-1917.

<sup>15</sup> Relatório do Inspector Geral do Ensino. Curitiba, 1921. DEAP.

Inconfidência e outras. O Pavilhão Nacional era hasteado nos edifícios públicos e os alunos cantavam o Hino da Bandeira. Afirmava o Inspetor de Ensino: “A Educação Física, considerada como base da educação moral e intelectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmônica e progressivamente a robustez do corpo, de acordo com as condições anatômicas e fisiológicas do educando.”<sup>16</sup>

Para formar o cidadão brasileiro, os programas escolares deveriam priorizar o ensino das disciplinas de: História, Geografia, Moral e Cívica, Estudos de Canto, Música, Declamação, Ginástica e Esportes.

### **Das campanhas pelo uso da língua nacional até a política de nacionalização: um período de atritos**

A escola também seria uma fonte de irradiação do progresso e desenvolvimento. Para Oliveira, era preciso inventar a autenticidade e buscar as raízes nacionais em um passado histórico. A saúde e a educação eram de receita para os males da nação. Preconizavam que a educação e o serviço militar obrigatório fariam frente ao perigo interno e externo.

Em 09 de abril de 1920, o Governador Caetano Munhoz da Rocha ampliou a política de nacionalização, através da Lei n.º 2.005:

Art. 1.º - As escolas particulares estrangeiras que funcionam no Estado, são obrigadas a ensinar em língua vernácula, História do Brasil, Corografia do Brasil e a Língua Portuguesa, de acordo com o programa do ensino oficial.

Art. 3.º - Quando a escola estrangeira solicitar, o Governo poderá nomear professor normalista para reger a cadeira e lecionar essas matérias, sem ônus para o estabelecimento, sendo o professor considerado em função pública.<sup>17</sup>

Mesmo com a campanha de nacionalização, segundo Wachowicz, em algumas comunidades os pais ainda preferiam mandar os filhos para as escolas estrangeiras. Observe relato a seguir:

Na colônia Afonso Pena, conseguimos demover os colonos de mandarem seus filhos ao colégio polaco. A nossa escola, situada em frente ao edifício mandado construir pelos colonos, apesar de funcionar em prédio magnífico e ter a sua frente professora competente e dedicada, permanecia com os bancos vazios, enquanto a outra mal podia conter dezenas de crianças. Desanimados com esse estado de coisas, mandamos fechar a escola polaca.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> MARTINEZ, C.P. *Relatório de Governo, 1920 e 1921*. Curitiba: DEAP, p. 58.

<sup>17</sup> MARTINS, W. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955. p. 386.

<sup>18</sup> PARANÁ, *Relatório do Inspetor Geral do Ensino*, Cesar P. Martínez, em 1921, p. 69-70. DEAP.

Assim, na década de 20, o Relatório do Inspetor de Ensino, César Prieto Martinez,<sup>19</sup> informava ao governo sobre o perigo da infância desnacionalização que estava ocorrendo nas escolas estrangeiras. Relatava, também, a existência de inúmeras escolas que não ensinavam a língua portuguesa. Em 1921, ele havia ordenado o fechamento das escolas que não ensinavam a língua portuguesa, sugerindo uma campanha contra as escolas estrangeiras e solicitava o fornecimento de livros didáticos de Língua Nacional, História e Geografia.

Dando continuidade a esse processo de nacionalização do ensino, no Paraná, em 1922, o Governador Munhoz da Rocha assinou o Decreto Lei n.º. 2.157, de 08 de abril, onde enunciava:

Art. 1º - É livre aos particulares o exercício do magistério no Estado, observadas as condições da presente lei.

§1º - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá funcionar sem prévio registro gratuito na Inspetoria Geral do Ensino.

§ 2º - A admissão do registro, ao professor ou diretor do estabelecimento incumbe:

[...] f) idoneidade moral dos professores.

-Assumir o compromisso escrito de:

a) respeitar os feriados nacionais;

b) *ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernáculo*, salvo o das línguas estrangeiras;

d) incluir no programa o ensino de Geografia, Corografia do Brasil por professores de reconhecida competência.[...]<sup>20</sup>

Essa lei exigia, também, um modelo de Termo de Compromisso dos professores, comprometendo-se a respeitar a lei acima descrita e observar o seguinte: feriados nacionais, ter ao menos quatro aulas semanais de ensino da Língua Portuguesa, ensinar Geografia e História do Brasil, adotar os programas oficiais de ensino, fornecer às autoridades os dados estatísticos, informar qualquer mudança de professor, de horários e de programa de ensino da escola.

### A política de nacionalização do ensino e o recrudescimento das tensões étnicas

O nacionalismo do Estado Novo (1937/1945), que centralizava a política administrativa do país, buscava construir uma “identidade nacional tomando diferentes modelos culturais regionais, fazendo-os

<sup>19</sup> PARANÁ. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Professor César P. Martinez em 1920.

<sup>20</sup> Idem nota 17.

conviver em um novo projeto ufanista de Brasil.[...] A identidade do Estado Novo aparece definida na pena dos intelectuais a partir de duas características básicas e inseparáveis: o regime é ‘novo’ e é ‘nacional.’<sup>21</sup>

No período de 1930-45, havia uma concepção de segurança nacional, para garantir a segurança contra possíveis ataques de inimigos externos e internos. Segundo Horta, o conceito de segurança nacional era abrangente. Envolvia: “[...] concessões territoriais, mapas imigratórios, aglomerações das correntes imigratórias, adaptação do imigrante adulto, mentalidade do imigrante, aspectos da política de imigração e de colonização, assimilação imigratória, ação educativa das correntes alienígenas nas zonas imigratórias.

Segundo Horta, as instituições escolares contribuiriam na solução das questões relacionadas à segurança nacional, a partir de três grupos de problemas: os da ordem, os de defesa e os da melhoria da eficiência do aparelho das Forças Armadas. A educação escolar deveria difundir a imagem da Pátria, os princípios da preservação da família e inculcar o amor ao trabalho. Neste contexto, a Educação Moral e Cívica teve especial relevância nos currículos escolares, quando em 1931, Vargas, no Manifesto à Nação, relacionou a educação do povo com a glorificação nacional.

Com o golpe de Estado de 1937 houve a instituição do regime de governo autoritário. O programa de ação do governo Vargas tinha como premissa “erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três Estados do Sul e incutir nas populações de origem européia o sentimento de brasilidade” (SEYFERTH, 1982, p. 175). Pretendiam as autoridades a assimilação compulsória, através de uma legislação, que colocou à margem da lei as instituições consideradas estrangeiras, como as escolas, as sociedades assistenciais e a imprensa.

É do texto Constitucional de 1937 a política de nacionalização do ensino, de institucionalização das diretrizes, para abolir as distinções locais, fortificar a autoridade central e fundir numa Nação os Estados e as comunidades urbanas. Após 1937, a política de Vargas tinha como objetivo a criação de uma identidade nacional, que parcialmente tinha a contribuição da população afro-brasileira, principalmente, na música e na dança. Deveria proteger a população da influência dos “não brasileiros”, como os descendentes de japoneses, alemães e judeus.

A Constituição de 1937 estabelecia as competências da União: traçar as diretrizes a que se deve obedecer na formação cívica, moral e intelectual da infância e da juventude, além de promover a sua

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, L.P. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 193.

disciplina moral, visando ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação Assim:

nos termos em que a carta Constitucional define esse conjunto de normas para a educação, a escola integra-se no sentido orgânico e construtivo da coletividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação de novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais . [...] O ensino é um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam.<sup>22</sup>

A educação deveria estar a serviço da nação. Para Vargas,

O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. [...] É necessário formar nestas crianças e adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos [...] A essa necessidade correspondem os artigos da nova Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista.<sup>23</sup>

Esta mesma Constituição trouxe à tona uma política nacionalista, abrangendo a política de nacionalização das escolas étnicas no sul do país, através de um conjunto sistemático de medidas, para adaptar os imigrantes e seus descendentes ao meio nacional.

### A extinção das escolas estrangeiras

A extinção das escolas estrangeiras ocorreu em 1938, através do Decreto Federal n.406, de 04, de maio,<sup>24</sup> conhecido como “Lei da Nacionalização”, que tinha no seu corpo legal a exigência de que

todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> HORTA, J.S.B. O hino, o sermão e a ordem do dia. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. p. 160.

<sup>23</sup> Idem, p. 174.

<sup>24</sup> Principalmente no que se refere aos Art. 85 a 90, que tratam especificamente do uso da língua nacional em livros, jornais e revistas.

<sup>25</sup> KREUTZ, L. O professor paroquial. Porto Alegre: Ed UFRS/UFSC/Educ, 1991. p. 154.

A referida lei proibia a publicação de revistas estrangeiras no meio rural, como uma forma de obrigar os colonos e seus filhos a falar, ler e escrever em português e os livros didáticos deveriam ser escritos na língua nacional. Isto interferiu de forma fatal na organização das escolas alemãs que tinham o material didático e a metodologia de ensino únicos, conforme analisado por Kreutz.

O idioma tem o papel de “unificação nacional”, ora servindo para aglutinar as populações, ora sendo imposto em nome. Nas regiões de colonização alemã, a repressão nesse período foi muito intensa, com prisões e torturas para (supostos ou não) simpatizantes do Nazismo. Em nome da “nacionalização, dezenas de pessoas foram obrigadas a executar trabalhos forçados [...] Efetuaram-se prisões, expulsões, torturas e apreensões a fim de descobrir indícios de vinculação [...] com a Alemanha.” (EIDT, 1998, p. 42).

A vida cotidiana das escolas étnicas foi afetada com a Lei Federal n° 7.614 de 12 de dezembro de 1938 que, no artigo sétimo, estabelecia: “a *instrução primária será ministrada exclusivamente em Português.*” Esta lei complementar reforçava o Decreto Federal n. 406, de 04 de maio de 1938, conhecido como “Lei da Nacionalização” cujos desdobramentos em cada Estado reforçavam a proibição do uso de línguas estrangeiras nas escolas. Desta forma, o ensino da língua materna, que até aquela data não significava um problema, passou a ser uma questão de segurança nacional. O material didático e os livros escolares também foram objeto de censura, com o Decreto Federal n° 1.006, de 10 de dezembro de 1939.

O Decreto 1.545 de 15 de agosto de 1939, foi o mais importante, para o processo de nacionalização do ensino, pois instruiu os Secretários Estaduais de Educação que construíssem escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira. Também determinava que o patriotismo deveria ser estimulado, a fiscalização ao ensino de línguas estrangeiras deveria prosseguir nas atividades cotidianas como também em assembleias e reuniões públicas; reafirmava que os estrangeiros não poderiam ser diretores e, ainda, que a Educação Física fosse colocada sob a direção de um oficial das Forças Armadas. (Principalmente nos Art. 1°, 2°, 3°, 12 e 14).

Dando continuidade às medidas de nacionalização do ensino, em 08 de março de 1940, o Decreto n° 2.072 criava a Juventude Brasileira, para jovens de 11 a 18 anos. Estabelecia que a Educação Física seria a atividade integradora dos jovens com a Pátria em que estavam vivendo. Estimulava o ensino de História e Geografia do Brasil, como uma maneira de formar uma nova geração de jovens, que não se preocupasse em manifestar a sua origem étnica.

A Campanha Nacional de Nacionalização do Ensino radicalizou suas ações com o fechamento das escolas étnicas, principalmente, as alemãs e as japonesas. À medida que as escolas étnicas foram sendo fechadas, aumentou o número de escolas públicas. Assim, no Paraná, foram fechadas 78 particulares (estrangeiras) e abertas 70 escolas públicas. O Governo Federal concedia auxílio especial a esses Estados, para a construção de prédios escolares nas comunidades de imigrantes.<sup>26</sup>

No Estado do Paraná, a política de nacionalização das escolas, que vinha sendo reivindicada desde a década de 20, finalmente se efetivou. Através do Decreto nº 6.149, de 10-01-38, o Interventor Manoel Ribas assegurou o funcionamento dos estabelecimentos particulares de ensino, desde que tivessem o registro na Diretoria geral da Educação e obedecessem às seguintes disposições:

a) Discriminação do local de funcionamento, dos cursos, das disciplinas ofertadas, dos programas, número de alunos e professores (Art. 4º).

b) Provar que os professores de Português, História e Geografia fossem brasileiros natos e diplomados por instituição nacional (Art. 4º).

c) Ministrando o ensino primário em língua nacional, assim como também o jardim de infância (Art. 5º).

d) Fazer escrituração em língua nacional, ensinar e cantar diariamente o Hino Nacional e o Hino da Bandeira.

A política de nacionalização era severa e possibilitava a aplicação de multas aos estabelecimentos que a descumprisse (Art. 10). As multas seriam aplicadas se fossem mantidos os professores estrangeiros; previa a interdição do estabelecimento para quem não ensinasse os hinos acima citados, não tivesse a escrituração em português e não adotasse os programas e livros didáticos oficiais.

Esta lei foi considerada como o *Decreto fulminante* e causou danos na organização das escolas estrangeiras. Alguns professores se aposentaram, outros se naturalizaram e também houve a demissão de professores estrangeiros. No Paraná, com o novo “Decreto Escolar” do Interventor Manoel Ribas, houve a proibição do uso das línguas estrangeiras. Os descendentes dos imigrantes alemães, japoneses e italianos, foram os que mais sofreram com a repressão. As escolas de imigrantes fecharam as portas, algumas se mantiveram, mas, como escolas religiosas, outras definitivamente deixaram de existir.

Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, a situação social em Curitiba ficou muito tensa. A população se reunia

<sup>26</sup> AZEVEDO, F. A cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFJR, 1996. p. 678-9.

em praça pública contra o nazismo e algumas vezes saíam às ruas “invadindo, depredando estabelecimentos comerciais, bancos, indústrias e clubes pertencentes a imigrantes alemães, italianos e japoneses.”<sup>27</sup> Imigrantes alemães, japoneses e italianos, nela residentes, passaram a ser hostilizados. Estes passaram a ter seus estabelecimentos comerciais fiscalizados pelo governo. Só podiam ausentar-se da cidade com salvo conduto. Os automóveis também foram registrados e algumas residências confiscadas, sendo devolvidas após o término da guerra.

Para escapar das acusações de serem nazistas, muitos descendentes de imigrantes faziam declarações nos jornais, reiterando sua condição de cidadãos brasileiros. A Delegacia de Ordem Política e Social trabalhava intensamente na repressão à quinta coluna (simpatizantes da doutrina nazista), fazendo buscas e apreensões. Em decorrência disso, muitas pessoas tiveram a casa invadida pela polícia e outros foram presos.

As intervenções do governo nas escolas, na imprensa e nos clubes significaram a negação de valores culturais trazidos pelos imigrantes desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo em que se proibia o uso das línguas estrangeiras nos espaços públicos, na imprensa e na escola, forçosamente estes imigrantes eram obrigados a se manifestar em língua nacional.

No Relatório do Governo Manoel Ribas (1937-1942), a ênfase ao aumento no número de escolas públicas mereceu destaque.<sup>28</sup> Sobre o ensino primário, o documento enfatiza a política de expansão da rede de ensino no Estado do Paraná, informando que em 1932 havia 1.136 unidades de ensino e que, no ano de 1942, este número era de 1.966. Sobre o número de professores, em 1932 havia 1.816 e em 1942 este número havia aumentado para 3.587. O número de matrículas também aumentou: em 1932 era de 63.895 alunos, e, em 1942, este número era de 123.776 alunos matriculados. Estes dados demonstram a política de expansão da rede de ensino.

Este Decreto citado e a Lei Federal n° 406, de 04 de maio de 1938, foram a pena de morte para as iniciativas diferenciadas de ensino, que se mantinham desde o final do século XIX. Quando a lei estabeleceu que os programas de ensino deveriam ser os mesmos para as escolas públicas e particulares, inibia qualquer iniciativa diferenciada de ensino e não permitia que modelos estrangeiros servissem de base para o ensino nacional.

<sup>27</sup> BOSCHILIA, R. O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. Curitiba, FCC, 1995. p. 6.

<sup>28</sup> Mais dados podem ser encontrados nas realizações do Governo de Manoel Ribas, no período do Estado Novo (1937-1942), no DEAP, Relatório de n. 152.

<sup>29</sup> Idem nota 26.

Nesse momento, já haviam sido fechadas as escolas estrangeiras, fruto da política de nacionalização de Vargas e as datas como o Dia da Independência, da Bandeira, da Raça ou do Soldado. Em outros tempos, “reuniam milhares de pessoas nas grandes praças da cidade, onde autoridades civis e militares faziam discursos inflamados sobre a defesa da Pátria e do civismo e enalteciam o chefe da Nação.”<sup>29</sup> Nesses eventos, a Bandeira Nacional era hasteada com a presença dos escolares e de bandas de música.

Após 1940, a História do Brasil seria estudada como uma disciplina autônoma. O ensino de Geografia deveria ser voltada aos Brasil: seu território e seu povo seriam as bases para a formação da nacionalidade.

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM SANTA CATARINA: tempos de guerra e de controle político-cultural

Neide Almeida Fiori<sup>1</sup>

### Resumo:

Este estudo aborda a questão da escola de nacionalização implantada pelo governo federal nos tempos do Estado Novo, destacando o período da Segunda Guerra Mundial. O espaço geográfico é a região Sul, mas as considerações se aprofundam em relação ao estado de Santa Catarina. Analisa a posição dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, na oportunidade em que deixaram de ser considerados como minorias étnicas, e as primeiras experiências de intervenção do governo federal visando a nacionalização. Enfoca, ainda, o papel da denúncia e da tortura na sociedade em geral e nas escolas em particular e descreve a realidade típica de "fechamento" de escolas pelas autoridades e os encaminhamentos dados ao material escolar e de outra natureza. A metodologia do estudo seguiu os caminhos da análise bibliográfica e documental complementada com entrevistas.

**Palavras-chaves:** nacionalização do ensino - nacionalismo - Segunda Guerra Mundial - intolerância étnica e política.

### Abstract:

*This paper examines the nationalization program implemented in Brazilian schools by the Federal Government during the Estado Novo [New State], focusing on the World War II period. The geographical space investigated is the southern region, but more emphasis is given to the state of Santa Catarina. The study analyzes the situation of foreign immigrants and their descendents at the moment they were no longer considered an ethnical minority, and the first experiences of intervention by the federal government aiming at nationalization. In addition, this paper also investigates the role of denunciation and torture in society in general, especially in schools, and describes the typical reality of schools which were closed down by authorities and what happened to school and other types of materials. The method employed was based on bibliographical and documental analysis complemented by interviews.*

**Keywords:** nationalization of teaching - nationalism - World War II - ethnical and Political intolerance.

### Introdução

A educação dos tempos do Estado Novo apresentava um forte cunho nacionalista e, segundo diversos autores, tinha como objetivo básico a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que,

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentada. Atualmente Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e Pesquisadora Associada do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: <neideafiori@hotmail.com>

com a imigração estrangeira, haviam se constituído no Brasil; a região Sul era o principal foco de atenção.

Esse contexto se acentua nos tempos da Segunda Guerra Mundial, pois muitas vezes a educação, nas ações que partiam de Berlim, era vista como uma das formas de penetração do nazismo na América Latina. Esse não será, todavia, objeto deste estudo. A reflexão se ocupará com a análise de situações de tensão e de confronto entre os “nacionais” (o povo e as autoridades brasileiras) e os “estrangeiros” (os imigrantes e seus descendentes) geradas por desencontros na área cultural, na qual as escolas se situam como um dos interlocutores privilegiados. De um lado, a escola pública e, de outro, a “escola estrangeira” entendida como aquela na qual uma ou mais disciplinas eram ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor fosse de nacionalidade brasileira.<sup>2</sup>

### A questão das minorias

Nas regiões povoadas por imigrantes estrangeiros, desde muito, a questão cultural, em suas relações com a escola, era uma preocupação dos países americanos. Mas não havia ainda uma coesão política entre as nações que permitisse um debate e uma tomada conjunta de posições, apesar de, partindo dos Estados Unidos, terem ocorrido algumas iniciativas nesse sentido.

A questão começa a mudar com a Conferência de Lima, que aconteceu na cidade desse nome, em dezembro de 1938. Finalmente os países conseguem se unir e aprovam proposições que, no fundo, visavam limitar os direitos dos estrangeiros que haviam imigrado para as Américas. Nessa oportunidade, por serem consideradas como as guardiãs do mundo cultural do imigrante, são duramente atingidas (de início, de forma indireta) as escolas “estrangeiras”.

Uma das proposições aprovadas nessa Conferência afirmava que, nas Américas, não havia “condições que permitam a existência de minorias étnicas, lingüísticas ou religiosas” e que, conseqüentemente, “os estrangeiros não podem invocar coletivamente a condição de minoria”.<sup>3</sup> Cai, assim, toda a base de sustentação da escola “estrangeira” considerada como expressão cultural de uma minoria étnica.

<sup>2</sup> Conceito de escola estrangeira conforme a lei n. 1.283, de 15 e setembro de 1919.

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório anual apresentado ao presidente da República (RAPR). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p.186-211. Cf. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p.238.

O Brasil apoiou integralmente as decisões da Conferência de Lima; nem poderia ser diferente. O nosso país se antecipara a essas posições coletivas, muito importantes por articularem o conjunto dos países americanos, e, já em abril de 1938, iniciara a sua política restritiva aos estrangeiros, uma faceta da nacionalização em que ao mesmo tempo se regula a expulsão de estrangeiros do país<sup>4</sup> se veda o exercício de atividades políticas aos estrangeiros.<sup>5</sup> Pouco tempo depois, dessas medidas tomadas no mês de abril, o poder do governo federal, em maio do mesmo ano, intervém no âmbito da educação: nas escolas rurais, todo o ensino devia ser ministrado em idioma português e as escolas só podiam ser regidas por brasileiros natos. Dessa maneira, o governo Vargas começa a implementar seus planos de nacionalização do ensino.

Por sua vez, no estado de Santa Catarina, antes mesmo dessas tomadas de posição de âmbito internacional e nacional, o governo estadual já havia editado, em 31 de março de 1938, um decreto que se ocupou com a nacionalização do ensino. Recebeu o nº 88. Trata-se de um dispositivo rigoroso e detalhado - mais rigoroso e detalhado do que as normas federais que viriam mais tarde. Em função de todas essas determinações, como afirmara o próprio governo do estado de Santa Catarina, “fecharam-se dezenas de escolas particulares”<sup>6</sup> (na verdade foram centenas).

Mas antes deste período, no decorrer da década de 1910, o estado de Santa Catarina já havia exercido liderança, no campo estadual e nacional, no que diz respeito à nacionalização do ensino.

### Primeiros passos da nacionalização

Aos tempos da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil toma uma posição contra a Alemanha, acirrar-se mais ainda o debate nacional sobre as condições culturais dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, localizados no Sul do Brasil, sendo que preocupações especiais eram dirigidas ao grupo étnico alemão, agora um inimigo de guerra. Nesse contexto, o deputado federal Lebon Régis sentiu necessidade de ir à tribuna discorrer sobre a realidade do estado de Santa Catarina, que ele repre-

<sup>4</sup> Decreto lei federal de 27 de abril de 1938. Cf. CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982, p.161.

<sup>5</sup> Decreto lei federal de 18 de abril de 1938. *Ibidem*, p.163.

<sup>6</sup> SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938, p.26.

sentava. Seu discurso, com a denominação **O perigo alemão e o problema do ensino em Santa Catarina**, foi pronunciado em oito de junho de 1917.

No conjunto desses debates, o deputado federal Lebon Régis colocou à consideração do governo federal um projeto despretensoioso, o primeiro projeto de atuação conjunta entre União e estado almejando questões de nacionalização. O governo federal, segundo o acordo proposto, auxiliaria o estado catarinense com uma determinada importância anual destinada à criação de escolas “brasileiras” nos núcleos de população de origem estrangeira. Essa idéia evoluiria no sentido de abranger os três estados do Sul, tornando-se o ponto de partida para o decreto federal nº 13.014, de 04 de maio de 1918, mediante o qual o governo federal possibilitava a abertura de créditos para as despesas de manutenção de escolas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No ano de 1940, o Inep faz o seu conhecido relatório sobre a nacionalização do ensino, e novas medidas passam a ser tomadas pelo governo federal, colocando-se ênfase na questão idiomática de repressão ao uso do idioma étnico e difusão da língua pátria.

## O idioma

Com a nacionalização ficou proibido o uso de idioma estrangeiro em escolas - não somente na implementação das disciplinas, o que se poderia considerar como razoável; mas os alunos passaram a ser intensamente vigiados - mesmo nos momentos de brincadeira infantil pois não se tolerava a mais simples palavra dita em idioma étnico. Pode-se dizer que vigorava uma proposta de “tolerância zero” dirigida a tudo que não tratasse da língua portuguesa.

Nas escolas, organizou-se a associação Liga Pró-Língua Nacional, em caráter obrigatório, o que ajudava os professores nas tarefas de vigilância idiomática. Em nome de uma figura simbólica chamada de “o bom brasileiro” (todos deveriam ser como o “bom brasileiro”), os alunos eram estimulados a corrigirem os erros de pronúncia e de sintaxe de seus coleguinhas de escola e mesmo a denunciar os que, quando distantes da vigilância escolar, falavam em idioma estrangeiro, principalmente em alemão e em italiano.

Mas era difícil, muito difícil controlar a questão idiomática no momento do recreio. A escola, apesar de todo o seu esforço, não conseguia *nacionalizar* as brincadeiras. Lá ressurgia o idioma étnico, na hora do correr, do jogar, das conversas informais, das risadas, de tomar lanche em conjunto (geralmente tirado de uma bolsa de pano, feita em casa

mesmo, onde os alunos portavam o seu material escolar). O que fazer com essas indomáveis crianças de origem estrangeira? A documentação escolar que analisamos sobre o tema coloca claramente a questão.

Esse contexto, preocupante para os dirigentes da educação catarinense, fez surgir uma ação que visava controlar o recreio escolar. Essa prática foi denominada “Socialização do Recreio”, e devia ser implantada obrigatoriamente nas escolas de regiões coloniais. As determinações e orientações sobre como proceder logo chegaram ao conhecimento dos diretores e professores. De agora em diante, durante o recreio, os alunos deveriam deixar “algazarras, correrias e gritos” e serem conduzidos a se deleitar na apreciação de álbuns com imagens dos grandes vultos da pátria; ou ouvir poesias (talvez até cantos) que falassem da grandeza do Brasil. Tudo fiscalizado pelo Inspetor Escolar, sendo que no fim do ano era recomendável que a escola fizesse uma exposição desse importante material escolar, incentivador do nacionalismo.

Em 1942, ano paradigmático em termos das posições brasileiras no conflito europeu, o controle idiomático passa a ser mais rígido. Como se sabe, em 7 de dezembro de 1941 deu-se o ataque japonês à esquadra norte-americana estacionada no Pacífico; o fato leva ao envolvimento dos Estados Unidos no conflito mundial. Como decorrência, logo se organiza a Conferência do Rio de Janeiro, destinada a analisar a situação mundial e a questão da solidariedade entre as Américas. Em harmonia com as posições tomadas nesse evento, o Brasil, em 28 de janeiro de 1942, rompe relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. Um pouco mais tarde, em 31 de agosto desse ano, no que diz respeito à Itália e à Alemanha, a posição brasileira se torna mais rígida e o país declara guerra à Alemanha e à Itália.

A partir de então, os imigrantes alemães, italianos e japoneses, e seus descendentes, passaram a ser analisados sob a perspectiva da segurança nacional. Todos esses, mesmo que de nacionalidade brasileira pelo fato de terem aqui nascido, passaram à posição de “inimigos em potencial”.

Nesse contexto, adotou-se, então, a mais drástica das medidas, quando aplicada a estrangeiros, de nacionalidade ou de origem, tornou-se terminantemente proibido, mesmo no íntimo da vida do lar, o uso de língua estrangeira - o idioma das minorias étnicas. Foi uma fase dolorosa de ser vivida e, até hoje, é difícil obter relatos dos que vivenciaram essas situações.

Nas ações nacionalizadoras levadas a efeito pelo governo brasileiro havia um pressuposto básico: a condição determinante da nacio-

nalidade devia ser a homogeneidade. A partir dessa ótica deriva o entendimento de que as características étnicas dos imigrantes, por divergirem da homogeneidade do país, deviam ser consideradas como “quistos culturais” que precisavam ser diluídos na cultura nacional - a “brasilidade” deveria absorver toda a diversidade cultural.

Considerava-se a escola pública como a grande responsável pela “construção” dessa homogeneidade cultural; e, sob uma perspectiva de processo, pode-se dizer que essa ação nacionalizadora escolar passou inicialmente pela fase policial para depois ingressar na fase pedagógica propriamente dita. Toca-se aí num ponto crucial do processo de nacionalização do ensino, ou seja, a passagem de uma ação nacionalizadora policial para uma efetiva ação pedagógica, tendo como público alvo as diversas versões da “escola estrangeira” - as escolas “alemã”, “italiana” ou “japonesa”. Passagem geralmente tensa, na qual por vezes os detentores do saber pedagógico (diretores de repartições que se ocupavam com a educação pública, inspetores escolares, diretores de estabelecimentos de ensino, professores de escolas públicas), mesmo quando atuavam visando a nacionalização escolar, se confrontavam com o poder militar, geralmente expresso na atuação da Polícia Militar Estadual. O exército costuma ficar mais distante, como o articulador das estratégias; no cotidiano da escola a polícia estava muito mais presente.

Surgem assim relatos que inicialmente até parecem exóticos, que falam muito em denúncias que eram encaminhadas às autoridades brasileiras, que fazem referência a “espiões do prefeito” ou a coisas desse tipo. Mas, apesar dessa impressão primeira, logo se constata que há consistência nesses depoimentos que são originários de diferentes regiões do estado de Santa Catarina. E causa espécie a semelhança geral existente entre os relatos embora originários de diversas regiões do estado; mesmo nos que mais despertam a emoção - os referentes à violência de que foram alvo esses grupos de origem estrangeira.

Pode-se assim melhor entender a existência, alimentada pelas autoridades governamentais e policiais, de uma verdadeira rede de espionagem local destinada a apontar os que, ao falar um idioma estrangeiro ou ler (ou manter) livros nessa língua, rompiam com a lei. À luz dos nossos tempos, os fatos parecem tomar tons de absurdo e nos remetem ao romance 1984, de George Orwell,<sup>7</sup> no qual tudo era espionado pelas “teletelas”. Sem igual desenvolvimento tecnológico, nos primeiros tempos da década de 1940, o instrumento base era a denúncia formalizada diante das autoridades policiais.

---

<sup>7</sup> ORWELL, George. 1984. 16. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

## Ação policial

A partir do momento em que o Brasil tomou posição no conflito da 2ª Guerra Mundial, alteraram-se as formas de exercício do poder policial. As relações da população local com essas autoridades tradicionalmente passavam pela figura do delegado e do sub-delegado. Mas com o advento do conflito criou-se (ou valorizou-se) a função de inspetor ou inspetor de quarteirão como também se dizia.

Nas regiões interioranas, o inspetor foi uma peça fundamental na rede de vigilância que se estabeleceu sobre o cotidiano dos imigrantes estrangeiros, cabendo-lhe observar se as ordens superiores estavam sendo cumpridas. Tratava-se, de fato, uma verdadeira pirâmide de poder em cuja base, em contato direto com os que devia inspecionar, estava o inspetor. Era-lhe atribuída a responsabilidade de vigilância sobre uma área específica - uma comunidade ou uma “linha”;<sup>8</sup> vigilância especial era dirigida às escolas e aos professores.

Eram tempos em que todos tinham medo de denunciadores e havia também o medo de falar e de escrever, o que vai afetar até as relações comerciais (como não havia o domínio do idioma português que permitisse escrever contratos e recibos, os negócios eram feitos apenas verbalmente). Muita atenção se colocava também, por parte dos agentes de nacionalização, ao que o professor escrevia e aos escritos dos alunos, em sala de aula e nos exercícios que os alunos deviam fazer em suas casas.

De tudo que vem sendo dito, revela-se uma vigilância muito estreita sobre as populações interioranas de origem estrangeira. Uma vigilância que não se considerava como responsabilidade apenas da polícia. O exército participava ativamente, até em situações que hoje nos parecem inusitadas.

Como, por exemplo, no caso do tenente coronel Luiz Corrêa Barbosa (integrante do 13º Batalhão de Caçadores) que estava na região de Piraí, município de Joinville. Ao se dirigir para o acampamento militar, andando a cavalo, resolveu visitar uma escola estadual

---

<sup>8</sup> As designações de “linha”, “picada” e “lageado” orientam a formação de unidades comunais e são comuns no Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina; não criaram raízes tão significativas no oeste do Paraná. No ponto central da “linha” ou “picada”, os colonos reservavam, desde o início, uma considerável área de terra destinada à instalação da infra-estrutura comunal considerada necessária, que sempre incluía a escola e a igreja. Por razões estratégicas, aí funcionavam também a casa comercial, a ferraria, a serraria, o moinho, a carpintaria, a sapataria etc. Uma organização desse tipo oferecia uma série de vantagens e foi um fator que contribuiu para que as comunidades teuto-brasileiras conseguissem manter, por tão longo tempo, a sua índole peculiar. na: Cf. RAMBO, Arthur Blásio. O teuto-brasileiro e sua identidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989, p. 07. mimeo. (Primeiro Seminário de Estudos Teuto-brasileiros: a escola “alemã”).

que encontrou nas proximidades. Os resultados de suas observações figuram em correspondência oficial que encaminhou ao interventor federal Nereu Ramos. Informa que, nessa escola estavam matriculados 44 alunos, sendo que 20 crianças não conseguiam falar em português. Então denuncia a situação e pede urgentes providências em nome do bem material e moral da pátria.

O fato ocorreu em 16 de julho de 1942. Nesta data, o Brasil já havia rompido relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha,<sup>9</sup> mas ainda não se dera a “declaração de guerra”, o que ocorreu no final de agosto do mesmo ano. A partir daí, segundo todos os depoimentos, maiores controles e violências cercarão todas as situações relacionadas com os imigrantes estrangeiros, situações políticas e culturais, por vezes envolvendo violência com nítido perfil de tortura.

Como afirma Nelson Werneck Sodré, na obra *História militar do Brasil*,<sup>10</sup> “o Estado Novo criou o hábito de todos se espionarem e se denunciarem”. No âmbito do governo federal havia o chamado “Quadro móvel”, o qual recebia as benesses de verbas secretas e que envolvia todas as classes e categorias sociais. Eram os chamados “invisíveis” que tudo anotavam em repartições, hotéis, cinemas, escolas, hospitais, restaurantes etc; essas informações acabavam em mãos policiais. Nas entrevistas apresentadas, cujos fatos ocorreram entre agricultores, em regiões isoladas e de vida muito simples, criou-se o que talvez se possa chamar de versão local do “Quadro móvel”: uma rede de informações articulada, orientada (e paga) geralmente pelo delegado e/ou pelo prefeito da localidade - lembrar que os prefeitos eram então cargos de nomeação do Poder Executivo. Essa rede de informantes, com extremo cuidado, cercava as escolas e os professores e as denúncias formuladas abriam o caminho para a prisão do docente.

### Poder local

O nacionalismo brasileiro, como é sabido, envolvia fortemente a questão da cultura; assim, as medidas nacionalistas do governo Vargas vão se contrapor ao uso do idioma étnico e à chamada “escola estrangeira”. Em outras palavras, vão ocasionar uma verdadeira reviravolta cultural nas colônias alemãs e italianas e de outras etnias, localizadas no Sul do Brasil.

É preciso ter presente, todavia, que o poder do governo central,

<sup>9</sup> Rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha ocorrido em janeiro de 1942.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.279.

mesmo sendo muito forte, necessita manter uma estreita associação com o poder local que, no caso de Santa Catarina, consistia numa situação de caráter oligárquico e ligada ao poder dos “coronéis”. Alguns autores afirmam claramente que, na campanha nacionalista implantada na parte meridional do país, havia grande “autonomia das autoridades policiais e militares”.<sup>11</sup> Assim, pode-se entender que, nos processos de nacionalização nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tenham ocorrido diferenças tão marcantes.

Ao estudar a nacionalização em Santa Catarina, chama a atenção o fato de, com frequência, os entrevistados terem uma imagem positiva de Getúlio Vargas. O presidente era inocentado de qualquer responsabilidade em relação à situação interna do país. Nesse sentido, cito agora um trecho bem típico de uma entrevista: “Acho mesmo que o Getúlio Vargas nem imaginava o que se passava pelos interiores do Brasil e eu tenho certeza de que ele não autorizou ninguém a perseguir com maus-tratos e humilhações os alemães e italianos. Eu particularmente admirava o Getúlio.”<sup>12</sup>

Desde o seu início, o Estado Novo desenvolve suas atividades em duas direções. De um lado, o modelo político que adotou tem características fascistas, o que lembra a Itália e a Alemanha de então. De outro lado, o governo Vargas adota medidas de caráter político-cultural que irão atingir duramente as colônias alemãs e italianas. Alguns apontam ambigüidade na situação, com o que não concorda Edgard Carone, segundo o qual “a ambigüidade é aparente, porque a ditadura estadonovista é essencialmente nacionalista”.<sup>13</sup>

### Tomando óleo

Na memória dos tempos da Segunda Guerra Mundial expressas em diversas entrevistas, nas regiões de Santa Catarina, está bastante presente uma prática que deixou muitas marcas nas lembranças: obrigar o “suspeito” a, segundo a expressão genérica que se usava, “tomar óleo” (óleo queimado, óleo diesel e, por vezes, óleo de rícino).

Durante um tempo [muitos] foram proibidos de circular em vias públicas e eram destratados, como acontecia com aqueles que não sabiam falar o português, a polícia pegava o cano da espingarda e enfiava na boca da pessoa a força e colocavam óleo cru na outra extremidade do cano.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> SEITENFUS, Op. cit., p.184.

<sup>12</sup> Entrevista realizada no município de Blumenau.

<sup>13</sup> CARONE, 1982, p.160.

Ação uma ação típica de autoridades policiais, que gerava um enorme desconforto ou intoxicação, sem ocasionar a morte. Os fatos atingiam o campo da tortura quando o óleo era ministrado pelo cano de uma arma. Nessas ocasiões, para evitar que os dentes acabassem sendo quebrados, o preso acabava diminuindo as resistências à ingestão do horripilante líquido. Isso acontecia com os pais e familiares de alunos e o fato acabava extravasando para a comunidade escolar, aumentando o medo.

A associação entre “governo” e “tomar óleo” foi tão forte que também ficou gravada na memória social. Após a queda do Estado Novo, em 1945, chegou a redemocratização do país, e, conseqüentemente, foram restabelecidas as eleições estaduais e municipais. Nessas ocasiões, em zonas de imigração estrangeira, nada denegria mais (e prejudicava a votação) do que afirmar, geralmente à boca pequena: “o candidato tal é do partido do óleo”.<sup>15</sup> Por vezes já em tempos democráticos, aos que desejavam louvar Nereu Ramos pelas muitas escolas públicas que o seu governo instalara, muitos colonos responderam: “Abriu escolas, mas nós tomamos óleo”.<sup>16</sup>

No decorrer de entrevistas realizadas com moradores das regiões do oeste de Santa Catarina povoadas por descendentes de alemães e de italianos que tinham vindo do Rio Grande do Sul, ao se perguntar sobre esse tipo de procedimento policial ouviam-se respostas como: “Nunca ouvi dizer que isso tivesse acontecido lá. Mas aqui [em Santa Catarina] todo mundo diz que essas coisas aconteciam.”<sup>17</sup>

### O “bom brasileiro”

Nos tempos da Segunda Guerra Mundial, na realidade brasileira, indicadores apontam que as preocupações com a *nação* e as soluções propostas giravam em torno da unidade idiomática, a ser obtida com a difusão da língua portuguesa. Por sua vez, a concepção de *pátria* também era importante, e muito da tarefa de formar a necessária cultura coletiva pública comum foi atribuída ao sistema público de educação. A partir dessas perspectivas, muitos consideravam legítimas as ações da escola pública de nacionalização, que estaria atendendo o Brasil em suas dimensões de nação e de pátria, capazes de legitimar todas as ações da escola nacionalizadora.

<sup>14</sup> Entrevista realizada no município de Ibirama.

<sup>15</sup> Entrevista realizada no município de Florianópolis.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em Santo Amaro da Imperatriz.

<sup>17</sup> Entrevista realizada no município de Indaial.

Nesses tempos, a expressão “bom brasileiro” também circulava com desenvoltura, fazendo parte da estratégia educativa implantada pelo governo. Referia-se, no sentido de um tipo ideal weberiano, a brasileiros que somente se comunicavam no idioma português e que eram patrióticos em seus sentimentos. O conceito de “bom brasileiro” indicava uma meta, um ponto a ser atingido por todos - falar português e ser patriota. Em relação à população escolar, especialmente de origem estrangeira, no entanto, havia um longo caminho a percorrer para chegar até lá, uma via que passava pela atuação da escola de nacionalização.

Esse tipo de escola deveria difundir o idioma português; e ainda desenvolver em seu alunado um forte sentimento de *pertença* - de pertencimento ao mundo nacional. No que diz respeito à emoção, era fundamental que os alunos se sentissem brasileiros; no campo do domínio lingüístico (abandonando o idioma étnico de origem familiar), deviam se comunicar na língua portuguesa. Essas eram rupturas consideradas como necessárias para que, a partir da criança e com a ajuda da escola, emergisse o aluno “bom brasileiro”, que mais tarde seria o adulto “bom brasileiro”. Esta postura estava inserida na lógica da nacionalização escolar.

A expressão “bom brasileiro” figurava nos discursos de Vargas, passava as várias instâncias do executivo e integrava até o vocabulário policial. Estava presente nos documentos e determinações das autoridades escolares, e até os alunos se referiam à necessidade de serem “bons brasileiros”, isto é, patriotas e se comunicar apenas em idioma português - falar português era louvar a pátria. Ser chamado de “bom brasileiro” constituía-se em um grande elogio, na perspectiva da nacionalização.

O professor da Escola Estadual do Núcleo Rio Branco,<sup>18</sup> na região de Maфра, em 31 de maio de 1942 organizou uma reunião cívica para a inauguração dos retratos de Getúlio Vargas e Nereu Ramos, convidando para o evento o Dr. Silvio Noronha, delegado regional de polícia. Este deixou registrado no livro da escola as suas impressões: sala de aula organizada e livros em ordem; reina a disciplina entre os alunos que revelam estarem possuídos de verdadeiro patriotismo. De tudo e por tudo, o delegado, sob a forma de grande elogio, conclui que se pode considerar o professor da escola como um “bom brasileiro”. Mas havia estabelecimentos escolares que não eram regidos por “bons brasileiros” e as autoridades, segundo os relatos oficiais, se consideravam obrigadas a intervir, mandando desativar a escola.

---

<sup>18</sup> SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Termos de visita de Inspetor Escolar - GE 1942.

## Escolas encerram atividades

O número de escolas fechadas, ao dar-se a nacionalização, foi expressivo. Ocorreu em regiões urbanas, como Florianópolis, onde a Escola Alemã, mantida pela comunidade luterana, foi obrigada a cancelar as suas atividades; mas atingiu principalmente as zonas rurais, e com essas iremos nos ocupar mais.

No decorrer das entrevistas sempre estão muito presentes questões relacionadas com a escola como instituição mas que, como não podia deixar de ser, envolvem também alunos e professores. Como se passavam os fatos relacionados com o fechamento de uma escola? Cada situação tinha a sua especificidade.

Um professor desses tempos falou sobre o fechamento de sua escola. Tivera sua formação em Hamburgo Velho, Rio Grande do Sul, em seminário que preparava docentes para ministrar aulas em zonas coloniais. Como professor, em Santa Catarina, eis o relato feito:

Me lembro muito bem quando um dia eu estava na escola dando aula e chegou uma comissão formada pelo sub-delegado, o sub-prefeito, o escrivão e juiz de paz, apresentando um telegrama vindo das autoridades superiores do estado, dizendo que eles deveriam fechar a escola. Antes eles disseram que deveriam fazer o levantamento das coisas que havia dentro da escola. Aí o escrivão sentou-se na mesa e começaram a fazer o levantamento. Havia material como livros. Eles levaram mapas, fotografias, contaram as carteiras e no fim sobrou o crucifixo. Um disse: “Ainda tem esse crucifixo”; aí o outro respondeu: “não, isso nós podemos deixar aí”. Eles chegaram para falar comigo na hora do recreio das crianças e, quando terminaram as atividades deles, mandaram que eu chamasse as crianças e comunicasse a elas que a escola fecharia. Então, chamei as crianças e disse a elas que as aulas estavam suspensas por que a escola fecharia e que não sabia quando as aulas voltariam. Várias crianças começaram a chorar. Eu falava com elas em português, já que a comissão estava lá, esperando para lacrar a porta da escola. Dado o recado, as crianças foram embora. Aí eles pegaram um cadeado e lacraram a fechadura levando consigo as chaves e dizendo que ninguém poderia mexer aí sem ordens. Assim aconteceu também com todas as escolas da comunidade.<sup>19</sup>

Tratava-se, no relato acima, de uma escola particular, criada e mantida pela comunidade, uma típica “escola alemã”. O governo

<sup>19</sup> Entrevista realizada no município de Itapiranga.

jamais dera auxílio algum; cada família pagava um pouco para manter o ensino que seus filhos recebiam.

### Ouvindo estatísticas

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1941, divulgou muitas informações educacionais (em série histórica) referentes ao ensino primário brasileiro. O fato possibilitou a elaboração de análises que conduziram a algumas constatações que dizem respeito à região Sul, como segue.

Inicialmente, enfocando apenas os dados referentes a dois estados, Paraná e Rio Grande do Sul, constata-se que, entre os anos de 1933 e 1940, o número de escolas primárias (analisados os dados ano a ano) não apresentou nenhuma diminuição expressiva. Pelo contrário, seguindo a rota da série histórica, as escolas primárias paranaenses e gaúchas aumentavam progressivamente em número. Esse perfil de crescimento - lento mas progressivo - não vai se ajustar ao estado de Santa Catarina.

O que se constata de diferente? Os dados referentes ao número de escolas primárias, no estado de Santa Catarina, diminuem, abruptamente, em 1938 - o ano fatídico que marca o início da nacionalização em terras catarinenses e no sul do país. Ocorre então uma diminuição acentuada no número de escolas primárias de Santa Catarina. Ou seja, nesse ano de 1938 as informações oficiais indicam que, comparativamente ao ano anterior, 505 escolas primárias catarinenses deixaram de existir (foram fechadas por ordem do poder nacionalizador).

Esse fato teve conseqüências marcantes. Pode-se afirmar, estudando os dados oficiais de matrícula efetiva, que então 10.200 crianças catarinenses (que já anteriormente matriculadas) ficaram sem possibilidades de retornar à sua escola. Isso significou a desativação de cerca de 10% da rede escolar, que então tinha a responsabilidade de ministrar o ensino primário catarinense.

São dados muito expressivos, especialmente se for levado em conta que, na Região Sul, a terra catarinense era a que apresentava os menores índices populacionais. Tendo como parâmetro dados do ano de 1940, o estado de Santa Catarina tinha então uma população total que não chegava a 1.200.000<sup>20</sup> habitantes: mais modesta do que a população do estado do Paraná (5,0 % menor) e do Rio Grande

---

<sup>20</sup> No ano de 1940, a população de Santa Catarina era de 1.178.340 habitantes; no estado do Rio Grande do Sul havia 3.320.689 habitantes e no Paraná os habitantes eram 1.236.276. Cf.: O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação: elucidário apresentado à Primeira Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941, p.382.

do Sul (65,0% menor). Nesse contexto, as mais de 10.000 crianças em idade escolar que, em Santa Catarina, ficaram sem possibilidades de estudar, torna-se um dado muito expressivo.

Outros documentos harmonizam-se com essas informações oficiais do IBGE. A publicação denominada *Santa Catarina: Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda*, de setembro de 1943, confirma que foram fechadas mais de 500 escolas catarinenses, em nome da nacionalização. O assunto foi até tema de entrevista feita com o Interventor Nereu Ramos, pelo jornal *A Noite* da cidade do Rio de Janeiro, muito louvando-se a ação do governo estadual na área da educação. Escreve a publicação carioca:

No setor da educação, o governo do sr. Nêreu Ramos também se fez assinalar por uma ação constante, firme, admiravelmente orientada apresentado já hoje [no ano de 1943] resultados dos mais notáveis. O Interventor de Santa Catarina teve de enfrentar ali, primeiramente, e o fez com energia, embora sem choques violentos, graves erros que vinham do passado. Deixara-se que nas “colônias” se instalassem escolas particulares, onde somente se ensinava em língua estrangeira, animando-se dessa forma, e lamentavelmente, a desnacionalização continuada e que teria, conforme se esboçou logo depois, conseqüências de grave perigo nacional.<sup>21</sup>

Segundo o artigo do jornal *A Noite*, tudo está muito evidente: a grande questão, segundo o governo, era idiomática. Como nos ensina Pierre Bourdieu em seu livro *O que falar quer dizer*,<sup>22</sup> há no idioma, no modo de falar que se usa, uma força de coerção, de união grupal, que os nacionalismos não desprezam.

Voltando aos dados que antes foram analisados, pode-se perguntar: quais as variáveis contextuais que concorreram para que, no estado de Santa Catarina, tantas escolas tivessem sido fechadas pelo governo, em nome da segurança e do nacionalismo? Sabe-se, por um lado, que a imigração alemã que se dirigiu para o Paraná envolveu um grupo bem aquinhoado em termos de poder aquisitivo e teve um caráter acentuadamente urbano. Por outro lado, entre as regiões de colonização alemã, e mesmo italiana, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, existia uma série de identificações culturais. Por que então, no Rio Grande do Sul - onde também se falava alemão e italiano com muita intensidade - o governo não fechou tantas esco-

<sup>21</sup> SANTA CATARINA: Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Florianópolis: Imprensa Oficial, set. 1943, p.02.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. *O que falar quer dizer: a economia das trocas lingüísticas*. Lisboa: DIFEL, 1998.

las, como nas terras catarinenses? Um caminho explicativo dessa diferença pode ser encontrado nas características do poder local.

O caso gaúcho deve ser considerado como *sui-generis*, pois o Rio Grande do Sul “é o único Estado onde as oposições nunca se enfraquecem e sempre se rearticulam”,<sup>23</sup> numa tradição que vem desde os tempos do Império. O que Edgard Carone quis dizer com essas palavras é que, no Rio Grande do Sul, costuma haver oposições fortes, a partir de diversas facções, o que cria um diferente jogo de forças. Por sua vez, em Santa Catarina a situação era bastante diversa, pois o poder político e econômico centrava-se em dois pólos: os *Ramos*, expressão das raízes luso-brasileiras e ligados às grandes fazendas e a um exercício de tipo coronelístico; e os *Konder*, considerados como manifestação do poder comercial e industrial e um canal político à disposição dos imigrantes estrangeiros. Esse último foco de poder, o relacionado com a imigração, no contexto da nacionalização e da 2ª Guerra Mundial, fica esvaziado e frágil, sem forças para se contrapor às ações governamentais. Com isso, as forças governamentais em Santa Catarina puderam implementar ações de coação cultural e mesmo física, em suas relações com os imigrantes estrangeiros e seus descendentes, especialmente com os homens simples que trabalhavam e viviam em regiões rurais - os colonos. Por esses caminhos compreende-se que o modelo de nacionalização catarinense apresente, no meu entender, diferenças, quando comparado às outras unidades federadas do sul do Brasil. Trata-se de um modelo nacionalizador que se implanta todo poderoso, sem precisar fazer composição de forças ou conviver com oposição.

Um paradigma de nacionalização que, com a força com que é executado e a liberdade de que gozam as forças nacionalizadoras, permite que surjam, no decorrer das entrevistas, as situações mais inusitadas. Um entrevistado, morador de Itapiranga, lembra bem: “Os policiais [e os que trabalhavam para a polícia], durante esse período, costumavam esconder-se debaixo das casas para ver se alguém conversava em alemão [ou italiano]. Quando pegavam alguém, prendiam, e era chamado de 5ª coluna.”<sup>24</sup>

Chamam a atenção os numerosos relatos que, ao falar da ação policial, vão nessa direção: escutar, através das paredes, o que se falava na vida em família (as paredes desprotegidas de simples casas de madeira); vigiar o movimento da casa e os diálogos que ocorriam, escondidos no porão (o assunto lembra as casas italianas, assentadas sobre altos porões). Pode-se dizer que ambas as situações são re-

<sup>23</sup> CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.145.

<sup>24</sup> Entrevista realizada no município de Itapiranga.

correntes, no sentido de terem acontecido nas mais variadas regiões - no sul do estado e no oeste; no vale do Itajaí: em Pomerode, Blumenau e em áreas de povoamento alemão e italiano, como Rodeio, Nova Trento.

Era nesse contexto no qual viviam as crianças (hoje adultas). Uma delas me contou (acreditem, ainda havia perplexidade e mágoa em seu olhar) que, em sua casa, apenas anoitecia os pais tratavam de por a numerosa família, todos crianças ainda, para dormir. Tinha na ocasião uns sete anos de idade e só falava e compreendia o italiano; mas nunca esqueceu as firmes recomendações do pai: “Não falem! Silêncio... Alguém pode estar escutando”.<sup>25</sup>

Outro depoimento trata da violência policial. Agora o entrevistado é um professor de origem que recebeu sua formação docente junto aos padres jesuítas, no Rio Grande do Sul, e que atuou por largos anos em escolas do Estado de Santa Catarina:

Quando a polícia chegava nas casas, geralmente isso acontecia por intermédio de alguém que havia feito a denúncia, que indicava para a polícia que ali ainda havia um alemão, portanto, um perigo. E aí, tudo que eles achavam como livros, dizeres de parede, quadros, correspondências, até os livros religiosos eles apreendiam.<sup>26</sup>

Ouvindo agora outro personagem, um *imigrante* cujos avós nasceram na Alemanha, que relatou suas observações daqueles tempos nas quais novamente aparece a questão idiomática: “Tudo que estava escrito em alemão eles [a polícia] tiraram. Parte disso eles pegaram e queimaram ali na frente de todos e ainda falavam: “não reclama, por que senão vai preso!”<sup>27</sup>

Nessas apreensões e nessas queimas havia muitos livros escolares, material didático e ainda fotos e quadros e todas as realidades simbólicas relacionadas com o mundo comunitário e escolar, passando pela música com as suas partituras ardendo no fogo...

---

<sup>25</sup> Entrevista realizada no município de Florianópolis.

<sup>26</sup> Entrevista realizada no município de Itapiranga.

<sup>27</sup> Entrevista realizada no município de Blumenau.

## A GUERRA E O CLERO: disputas e intrigas durante a Segunda Guerra em Santa Catarina

Marlene de Fáveri<sup>1</sup>

### Resumo:

Durante a Segunda Guerra Mundial, no Estado de Santa Catarina, as tensões entre a nacionalização forçada, e mais ainda com a declaração de guerra ao Eixo, tornaram difíceis as relações entre Igreja e Estado, tanto a católica quanto evangélica, resultando em conflitos de poder entre o clero e a interventoria, perseguições e exílios. Este artigo discute a aliança entre a Igreja Católica e o poder estatal, que não ocorreu com as Igrejas Evangélicas, perseguidas sem trégua. Disputas, xenofobia e delações aparecem na documentação analisada, bem como na memória de pessoas que viveram a época, em narrativas onde se percebem silêncio, medo e ressentimento, indicando a existência de adversidade e conflito para aqueles que insistiam em orar na língua original, ter livros sagrados em alemão ou italiano, seguir seu pastor de origem ou aqueles clérigos que resistiam e mantinham suas funções ignorando as proibições. No emaranhado de sentidos, a diminuição da frequência aos cultos e missas foi sentida tanto pelos fiéis quanto pelo clero.

### Abstract:

*During the Second World War in the state of Santa Catarina, tensions through enforced nationalization, and even more with the declaration of war on the Axis, made relations between the Church and the State difficult, as much for the Catholic Church as for the Evangelical Church, resulting in power conflicts between the cleric and the governmental interventions persecutions and deportations. This article perceives the alliance between the Catholic Church and the state legislative power, which did not occur with the Evangelical Church, which was relentlessly persecuted. Disputes, xenophobia, and denouncements appear in the documentation analyzed, as well as in the memories of people who lived during that era, in whose narratives its possible to sense the silence, fear and resentments, indicating an existence of adversity and conflict for those who insisted in praying in their language of origin, to possess sacred books written in German or Italian, to follow their pastor of origin, or for those clerics who resisted and continued their functions ignoring the prohibitions. In this tangle of senses the reduction in frequency in worship and masses was felt as much by the worshipers as by the clerics.*

**Palavras-chaves:** católicos/evangélicos - Segunda Guerra Mundial - Santa Catarina.

**Keywords:** Catholics/Evangelists; Second World War; Santa Catarina.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a repressão aos estrangeiros e descendentes dos países do Eixo - Itália, Alemanha e

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da UDESC. E-mail: <mfaveri@terra.com.br>

Japão<sup>2</sup> -, sua língua, costumes, contatos com a terra natal foram fortemente proibidos pelas leis e decretos, dentro da ideologia de nacionalizar a qualquer custo. No estado catarinense, estas normatizações foram vivenciadas de forma bastante drástica, dada a sua colonização e o número de estrangeiros que viviam nas colônias e cidades, obviamente com muitos descendentes brasileiros, mas que carregavam o nome, a cor da pele, o sotaque/língua de seus países de origem, notadamente italianos e alemães. Homens e mulheres vivenciaram um cotidiano de tensões e medo, e utilizaram estratégias sutis na tentativa de escapar de sanções, fosse esta a prisão, a demissão, ou o afastamento de casa.

A forte política nacionalista em vigor, principalmente de 1942-1945, considerava estes estrangeiros como ameaça à segurança nacional, recrudescida como o alinhamento do Brasil aos Aliados e contra o Eixo,<sup>3</sup> em janeiro de 1942, e mais ainda com a declaração de guerra, em 22 de agosto. Os ítalos e germânicos passaram a ser identificados, ou com o fascismo ou com o nazismo, chamados de “quinta-coluna” (traidores da pátria), perseguidos na sua origem étnica, reprimidos nas suas manifestações culturais, vivenciaram relações cotidianas de enfrentamentos, resistências, medo, apreensão, e toda sorte de inseguranças. Dentre estas manifestações, estava a prática da religião.

As leis nacionalizadoras e a repressão à língua faziam eco nas cidades e nos rincões do Estado catarinense, e o clero, tanto católico quanto evangélico, defrontava-se com a necessidade de atender as almas agora na língua nacional (português) - como fazê-lo, se na maioria das vezes os fiéis pouco ou nada entendiam dos sermões em português? E, como driblar a repressão? Na cotidianidade, como se davam as relações da Igreja com seus fiéis, e com o Estado?

Um decreto governamental de agosto de 1939 (Decreto n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, artigo 16), dizia que todas as prédicas religiosas deviam ser em língua nacional, sendo que o Exército faria a fiscalização nas zonas de colonização. Desde agosto de 1939, portan-

<sup>2</sup> Nos anos da Segunda Guerra Mundial, alinharam-se em torno do Eixo a Alemanha, a Itália e o Japão, e, em torno dos Aliados, os Estados Unidos, a Inglaterra, sendo que o Brasil, em agosto de 1942, declarou guerra ao Eixo. A “política da boa vizinhança” utilizada pelos Estados Unidos para evitar a aproximação do Brasil com a Alemanha, foi levada ao extremo pelo presidente Getúlio Vargas, fazendo com que a repressão aos imigrantes e descendentes daqueles países fosses vista como “traidores da pátria”.

<sup>3</sup> Com o ataque japonês a Pearl Harbor, base norte-americana, no dia 07 de dezembro de 1941, os Estados Unidos, no dia seguinte, declaram guerra ao Japão, sendo que no dia 11 de dezembro, Alemanha e Itália unem-se ao Japão e entram na guerra contra os Estados Unidos. Getúlio Vargas convoca os membros do Governo e telegrafia a Roosevelt, declarando que o Brasil está solidário com os Estados Unidos; isso deflagra uma verdadeira guerra de nervos entre embaixadores dos países envolvidos. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil alinha-se aos Aliados.

to, os cultos em alemão e italiano estavam proibidos, igrejas foram fechadas e pastores reprimidos por resistirem a esta lei. Em 28 de janeiro de 1942, a Secretaria de Segurança Pública do Estado fez publicar um Edital, onde dizia que os estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão *Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados.*<sup>4</sup> Se em 1939 houve a proibição, ela não era seguida pela maioria do clero, haja vista a repressão até 1942, e, com o Edital, tornava-se legal deter qualquer incauto que cantasse, cumprimentasse, ou falasse nos idiomas apontados. Os padres e pastores que resistiam se viram na contingência de calar nos sermões, ou faze-los em português, o que oportunizou uma onda de denúncias, revanchismos e prisões.

D. Joaquim Mendes de Oliveira, então Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, tivera que responder às denúncias de que padres católicos e pastores “germanizavam” tanto as crianças nas escolas quanto aos fiéis, bem como resolver intrigas entre o próprio clero. Padre Sebastião Atela, em extensa carta<sup>5</sup> ao presidente da república, em novembro de 1942, acusava o clero de Joinville de colaborar com a manutenção da língua e costumes germânicos, dizendo que *tencionam os teutos fundar novas pátrias ou transportar a sua para essas plagas*”, onde o mecanismo da obra de desnacionalização que mais alimentava ou alentava a seiva do vírus sarcomático<sup>6</sup> dos quistos minoritários era de fundo cultural, educativo, mantido pelo clero secular, católico e protestante, e pelos governos da origem deles. Suas denúncias incidiam sobre o clero católico e protestante de Santa Catarina e de Joinville, os quais mantinham educandários *dirigidos por cidadãos sem cores de patriotismo, ou melhor, com tendências duvidosas* onde encontram-se os arianosinhos, e ali transmitem, *como o leite materno, à inocentes brasileiroinhos, filhos de nosso solo pátrio, a mística de seu idioma, o exotismo de suas ideologias.* Dizia que o governo devia tomar fé do assunto, de modo a que os brasileiros *se desvencilharem deste complexo de inferioridade que os teutos traidores criaram*, sem o que a *raça brasileira desaparecerá, porque pobres e desamparados apóiam*

<sup>4</sup> Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942, p. 4. Florianópolis.

<sup>5</sup> Toda a documentação está carimbada com a palavra “Cópia”, ou seja, as correspondências endereçadas à Presidência da República eram dactilografadas, e devolvidos ao Interventor Federal do Estado, do que se depreende que os originais ficavam nos arquivos da presidência. Ofício (cópia) do Padre Sebastião Atela, Joinville, ao Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez. 1943, Palácio do Governo. Apesc.

<sup>6</sup> Sarcoma - tumor maligno (do latim *sarcoma*)

os dados estatísticos da mortalidade contra a natalidade a favor dessas coelheiras dolicocefalas (cabeças grandes).

Nas comparações, Atela utiliza-se de conceitos da xenofobia e eugenia, mote para projetos de nação branca e civilizada, momento em que se afirmavam as possibilidades da raça brasileira de “regenerar-se” através do trabalho e da disciplina. O padre ancorou-se na biologia para enunciar os *Preventivos para os males conhecidos em suas origens e não na sua crosta epidérmica, exigem recursos terapêuticos que o ataquem na causa e não nos efeitos*, a criação de um Clube aos moldes fascistas de idéias cívico-patrióticos e disciplina. Suas denúncias de que o clero alemão do Sul utilizava *instrução alemã, porque os seus alunos todos são descendentes diretos de estrangeiros, com sotaque alemão na pronúncia portuguesa*, somava-se a idéia de que, onde quer que estivesse, alemão seria sempre daquela pátria. *O filho de alemão nascido em Santa Catarina, não pode ser tido como brasileiro, porque se dizem alemães, e o são mesmo pelo caráter e educação, aliás, o Reich considera alemão, ariano os tais uns, embora nascidos em qualquer parte. Não os desejamos os tais de dupla nacionalidade e personalidade*, dizia o padre.

Conforme avalia Helena Bomeny, os alemães formam o grupo que mais despertou a preocupação das autoridades, devido às características de grupo estrangeiro fechado em torno de sua própria cultura, língua e nacionalidade, mantendo as características étnicas e laços com a nação de origem.<sup>7</sup> Mais incisivo, padre Atela tece argumentos que deveriam ser aceito pelo chefe maior da Nação, assim se expressando:

Exmo. Dr. Getulio Vargas, o mal que o Clero Católico faz é tão grande, quanto mais é praticado ostensivamente, sob tutela do conceito e respeito que o brasileiro até o governo faz e presta ao Clero, tido na conta de patriota. Se fosse patriota não ia se submeter ao manejo dos alemães, falando, pregando e confessando em alemão. Ademais usando até os proclamas de casamento em alemão.

Termina sua missiva, convicto de que só a remoção de *todo o clero cúmplice do nefando crime de traição por ter auxiliado a obra desnacionalizadora de S. Catarina*, trocando-o por padres brasilei-

<sup>7</sup> BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 152-153. Aliás, no projeto nacionalizador de Vargas, principalmente com o Estado Novo, tendia para o crescimento das idéias preconceituosas geradas bem antes. Lucia Lippi de Oliveira observa que a trajetória dos intelectuais engajados nos projetos de nação, desde fins do século XIX e início do XX, contribuiu decisivamente para as raízes do pensamento político-cultural do Estado Novo, dentre os quais pode-se citar Alberto Torres e Oliveira Viana, portadores de ideologias inspiradas nas teorias racistas, divulgadas na Europa e acolhidas no Brasil de forma decisiva. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 10 e seguintes.

ros, e colocando-se amigo e correligionário ardoroso. A estas denúncias, em meio a muitas outras, o Arcebispo teve que responder as autoridades civis e militares.

Não estava errado o padre: as práticas efetivamente existiam, como forma de resistência ou mesmo ligações com a Pátria de origem, entretanto, é a denúncia do clero ao próprio clero o que chama a atenção. Queria ele as graças do Presidente? Um cargo nas hostes do poder? Seria talvez um espião, fazendo um jogo sutil? Estaria incomodado com o clero, envolvido em disputas? Não sabemos. E, por que escreveu diretamente ao Presidente da República e não a Nereu Ramos?

Esta carta deve ter provocado desconforto nas bases da Igreja Católica em Santa Catarina, e Pio Freitas, bispo de Joinville, diplomaticamente colocou-se enfático na prontidão em acatar as ordens do governo. Noto que no Estado catarinense, a aliança entre o Interventor Nereu Ramos e o Arcebispo Metropolitano, D. Joaquim Domingues de Oliveira, fortalecia o ideal de brasilidade e de nacionalização, inclusive com a revitalização da imprensa católica, que parte para uma *campanha de higienização e moralização contra o embrião do liberalismo, do comunismo, do nazismo, do protestantismo e do espiritismo*.<sup>8</sup> No Jornal *O Apóstolo*, em 1941, lemos que, durante um ritual de entronização do crucifixo, *entram no salão nobre D. Joaquim D. de Oliveira e o Dr. Nereu Ramos, lado a lado, e, sob aplausos e vivas, A imagem do Redentor... unindo com seus braços abertos o Pavilhão Auri-Verde e o Pavilhão Papal... Por Deus! Pela Pátria!*<sup>9</sup> A cumplicidade entre os poderes era afirmada em circunstâncias como esta; o ritual define quem está qualificado para falar, fixa a eficácia e efeitos das palavras a quem está se dirigindo, coage.

Pode-se perguntar o que fazia essa união tão profícua, haja vista que as ordens religiosas femininas e masculinas eram estrangeiras. Élio Serpa mostra como as elites catarinenses aproximaram-se da igreja quando, logo após a proclamação da república, foi preciso promover novas práticas devocionais para controle e remodelação das condutas e sociabilidades. Para tanto, o clero estrangeiro e congregações religiosas, oriundas principalmente da Alemanha, eram bem-vindos, inclusive como capital simbólico de civilidade/modernidade, estabelecendo alianças, cujo resultado foi a efetiva escolarização (escolas paroquiais e particulares dirigidas por padres católicos e pasto-

<sup>8</sup> Cf. SOUZA, Rogério Luiz de. *A construção de uma nova ordem. Catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 60.

<sup>9</sup> Um *Sublime Ato Cristão e Brasileiro*. Jornal *O Apóstolo*, Florianópolis, 15/06/1941. Este jornal foi fundado por D. Joaquim, em 1929, órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro, e foi propulsor dos princípios cristãos, morais e também patrióticos em todo o Estado de Santa Catarina.

res evangélicos) e cultos religiosos na língua dos países de origem.<sup>10</sup> A igreja era a última parceira com a qual o governo poderia se desentender, argumenta Helena Bomeny, mostrando que sem um pacto entre os dois poderes a nacionalização tenderia ao fracasso e que, até 1940, o governo, devido à forte reação do clero, não tinha conseguido impor a obrigatoriedade das prédicas e dos sermões em língua nacional. Era preciso acordar duas medidas e dois pesos: a negociação foi feita de forma que o projeto nacionalista não ferisse o ideário expansionista da Igreja católica, e ambos se beneficiaram:

- Os interesses recíprocos nesse caso estimularam o controle das paixões mais imediatas. Ambos lucrariam com a prudência e a negociação, sendo que o Estado aprendeu muito rapidamente que se não fosse feita a intervenção com a parceria da Igreja dificilmente se obteria sucesso numa ofensiva direta contra ela.<sup>11</sup>

Assim, as denúncias atingindo o clero tiveram impacto nada confortável nas esferas do poder da igreja, que precisava, além de defender-se, controlar as confusões nas colônias. E não era para menos: conforme os relatórios das Paróquias do ano de 1942, enviados a Arquidiocese Metropolitana de Florianópolis (eram 44 paróquias da região Sul e litoral), contabilizou-se 52 padres com sobrenome alemão (alguns poloneses e ucranianos), 13 com sobrenome italiano e 8 brasileiros.<sup>12</sup> É evidente que problemas ocorriam, e ao clero era imperativo usar cautela nesses assuntos. Muitos exemplos aparecem nos relatórios, como este: padre Januário Testa, nascido em 1908, de origem italiana, relata que na Paróquia de São João Batista, em 1942, mandara levantar um prédio com sala de aula e salão de costura, mas as professoras locais invejosas falaram contra as Irmãs, acusaram o Padre de 5ª colonista e o levaram ao Delegado de Segurança Pública,

<sup>10</sup> Na verdade, os imigrantes encontravam na fé religiosa e na assistência de seus pastores um elo de proximidade e de identificação cultural, que possibilitava ultrapassar o trauma da mudança e da adaptação às novas contingências e estruturas. BALHANA, Altiva Pilatti. Religião e imigração no Brasil meridional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque; CAPELATO, Maria Helena (orgs). Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EdUSP, 1999, p. 464. (América: raízes e trajetórias; v. 9).

<sup>11</sup> BOMENY, H. Op. cit., p. 160 a 162.

<sup>12</sup> Relatórios da Paróquias - Cx. 150 - Relatório das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis - 1942/1943/1944. Apesc. Com a separação da Igreja do Estado, teve início a romanização do catolicismo brasileiro, sendo que, na Primeira República, os padres católicos articularam a imigração de ordens católicas européias que passaram a ocupar funções até então dos padres luso-brasileiros. Esse processo fez com que padres europeus estabelecessem redes de instituições disciplinares, bem como na organização de paróquias nas colônias. Nos anos de 1940, este quadro é perfeitamente compreensível. Sobre este assunto, ver DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura; Udesc, 2001, p. 63 e seguintes.

*mas saiu inocente [...]*.<sup>13</sup> No ano seguinte, o relato aparece mais contundente na narrativa das confusões, envolvendo um inspetor, uma professora “inimiga”, um Vigário caluniado, funcionários públicos envolvidos.<sup>14</sup> Observo nos relatórios enviados que, por mais que a Igreja tivesse poderes, não era fácil resolver situações onde as denúncias de quinta-colunismo apareciam entremeadas a conflitos locais: uma coisa era a Instituição Igreja; outra, o cotidiano dos padres nas relações locais, onde os micropoderes se entranhavam no tecido social.

No Relatório da Paróquia Nosso Senhor do Bom Fim (Braço do Norte), o vigário José Luiz Nebel (Alemanha, 1887), disse que [...] *A 23 de outubro tomou conta da paróquia Pe. João Philippi como encarregado por causa da ausência involuntária do Vigário que ficou 2 meses às ordens da Segurança de Ordem Política e Social e voltou a 23-12. [...]*.<sup>15</sup> Da Paróquia Nossa Senhora da Oração, em Rio Turvo, frei Gregório Dal Monte disse que, *devido ao afastamento dos dois padres, vigário e coadjutor, (havia) a escassez de dados no arquivo paroquial [...]*.<sup>16</sup> João Colodel, historiador de Turvo, escreveu que, *em 1942 o dinâmico Pe. Vigário é expulso do Estado de Santa Catarina pelo Governador, tendo como prazo 48 horas, por falar o dialeto “vêneto”. Chile foi seu país de refúgio*.<sup>17</sup>

Percebe-se uma linguagem de eufemismo utilizada nos relatórios para o “sumiço” de párocos, como *ausência involuntária, afastamento...* e não prisão. Na *Crônica da Residência Franciscana* (Florianópolis), dos anos de 1942 e 1943, percebo nos relatos que o cotidiano desta Instituição tornou-se trágico com as investigações policiais. Em agosto de 1942, o cronista anotou que *Elementos hostis à Igreja Católica incitavam uma campanha atroz contra a mesma, sendo vitimados os PP. (padres) eixistas alemães e italianos*, dizendo nomes, tempo e prisão ou expulsão. Segundo consta deste relatório, o *Pe. Corbimiano Koesler, vigário de Ângelina, (foi) levado preso a esta capital e depois de alguns dias posto em liberdade na condição de abandonar imediatamente o Estado de Santa Catarina, condição esta imposta a todos*

<sup>13</sup> São João Batista era Distrito de Tijucas, com uma população de 3.478 habitantes em 1940. *Censo Demográfico - 1940*. IBGE. p. 163. Relatório da Paróquia de São João Batista, Tijucas, relativo ao ano de 1942. Relatório das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis, em 1943. Apesc.

<sup>14</sup> Relatório da Paróquia de São João Batista, Canelinha, Boa Vista e Major, em 1944, relativo ao ano de 1943. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. Apesc.

<sup>15</sup> Relatórios da Paróquia de Nosso Senhor do Bom Fim, Braço do Norte, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. Apesc.

<sup>16</sup> Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Oração, de Rio Turvo, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1942. Apesc.

<sup>17</sup> COLODEL, João. Turvo: terra e gente. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura; Turvo: P.M.T. 1987, p. 54.

os outros confrades nossos, para serem postos em liberdade.<sup>18</sup> Obviamente, dizia serem todos inocentes, e ainda jubilava-se com casos de esconderijos que tiveram sucesso, táticas que deram certo e livraram padres da prisão.

Em 1943, outros problemas foram anotados, como a necessária substituição de padres então afastados, ou estrangeiros impedidos de viajar por ordens policiais, outros que chegaram com a devida licença da polícia. Houve também o reclame de que o vigário de Rodeio, frei Bruno Linden, vindo apresentar-se no Departamento de Ordem Política e Social, *Gastou cento e poucos cruzeiros pela passagem, o tempo precioso de três dias, e a única coisa que souberam dizer era: 'O Sr. trata de nunca falar italiano e de colaborar com as autoridades'*.<sup>19</sup> Percebo que aos padres católicos era possível o exílio para outros Estados, embora fossem detidos para averiguações e alguns liberados.

Já para o clero evangélico, as possibilidades de negociação eram mínimas: aparecem com o presos políticos no campo de concentração da Trindade,<sup>20</sup> sendo alguns processados pelo Tribunal de Segurança Nacional,<sup>21</sup> sugerindo que havia um tratamento diferenciado para com o clero católico, já que a aliança com este último era efetiva. Num reclame do padre Geraldo Spetmann, Paróquia Nossa Senhora da Piedade (Tubarão), vemos que as tensões locais estavam postas:

[...] De algum tempo para cá certos protestantes tentam por todos os modos e meios entrar no rebanho católico desta paróquia tanto na cidade como em mais três lugares afastados. Infelizmente a situação da grande guerra dificulta a reação franca contra tais intrusos como vimos na manifestação diante da casa protestante em que o Pe. Vigário e o coadjutor às 11 horas da noite foram presos dentro da casa paroquial após manifestação, fato que foi apresentado com uma deprecação quando nada foi depredado.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> I.N.D. - *Crônica a Residência Franciscana em Florianópolis*. Acervo do Colégio Catarinense, Florianópolis, p. 9b.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 12. No jornal *O Estado*, em 9/09/1942, está noticiada a prisão de dois padres alemães - Francisco Demann e Antonio Condlick - em São Bento e Biguaçu, p. 4.

<sup>20</sup> Em Santa Catarina, foram instalados dois campos de concentração para presos políticos durante a guerra: um em Florianópolis, no bairro Trindade, outro em Joinville.

<sup>21</sup> O Tribunal de Segurança Nacional foi instituído, através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, como um Tribunal de exceção (desligado do sistema judiciário regular), como um instrumento de defesa do Estado a pretexto de punir os "rebeldes" da Intentona Comunista (novembro de 1935). Com o golpe do Estado Novo e o decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente e o ministro da Guerra estabeleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras criminais, agora envolvendo presos políticos. Cf. ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. In: *História*, n. 12. São Paulo: Unesp, 1993, p. 253-271.

<sup>22</sup> Relatório da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, Tubarão, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. Apesc.

A disputa pelos fiéis aparece nas franjas do cotidiano, o que deveria acalorar animosidades, confundir vizinhos e provocar desconforto de ambos os lados. O controle das práticas religiosas aparece nos relatórios, como este, de Boiteuxburgo (Tijucas), onde se lê que *quase não há espíritas e pouquíssima propaganda protestante*, sendo que *a nacionalização dos imigrantes não encontra dificuldades maiores [...]*.<sup>23</sup>

Numa carta de “sugestões” ao Interventor Nereu Ramos, enviada pelo Inspetor Fiscal Ary de A. Guimarães, ainda em 1938, denunciou a *intromissão chocante* do pastor protestante nos *assuntos políticos, familiares e escolares* no Estado catarinense, sendo esta a *religião predominante entre os alemães natos e visando exclusivamente os interesses do seu Estado em detrimento de nosso país*, obedecendo ordens de Berlim. Com relação ao clero católico, disse que este era *todo composto de alemães e teutos profundamente germanizados*, empenhados na manutenção da língua [...].<sup>24</sup> Em um censo realizado em Blumenau (1927), metade dos teutos era luterana e suas comunidades estavam ligadas à Igreja Luterana alemã (até a Segunda Guerra, as comunidades luteranas não formavam pastores, os quais vinham da Alemanha).<sup>25</sup>

A proibição da língua estrangeira fez romper com as práticas costumeiras de rezar em público. Em Rio do Teste (Pomerode), os cultos sofreram com a oficialização em português - língua que a população não entendia.<sup>26</sup> Na comunidade de Jarim (Ibirama, próximo de Blumenau), o pastor ficou detido de 1942 a 1945, havendo certa interrupção nas atividades religiosas, período em que foi substituído por outros pastores, de modo irregular. *O culto, sempre realizado inteiramente em alemão teve que ser adaptado para o português língua que a maioria não conhecia, o que criou sérias dificuldades interrompendo quase a vida religiosa da Comunidade, assim como suas atividades sociais.*<sup>27</sup> Em Indaial, a proibição do idioma alemão criou dificuldades para os moradores, *constituídos por famílias alemãs que não haviam aprendido o nosso idioma, e, os pastores eram*

<sup>23</sup> Relatório da Paróquia de Boiteuxburgo, Tijucas, ano de 1943. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. Apesc.

<sup>24</sup> Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Inspetor Fiscal, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 26 de fevereiro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos - 1938. Palácio do Governo. Apesc.

<sup>25</sup> GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 73.

<sup>26</sup> ZIMMER., Roseli. “Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil”. As manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, p. 40.

<sup>27</sup> ALBERSHEIM, Úrsula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro: Inep, 1962. p. 133 e 134.

*alemães e nada sabiam de português, pois os cultos eram efetuados em língua alemã.*<sup>28</sup>

É possível afirmar que o processo de nacionalização foi tenso nas relações do clero, e mais contundente no cotidiano da igreja evangélica. Havia, sim, resistências, como aparecem nas denúncias: a 10 de abril de 1942, o Arcebispo de Florianópolis, D. Joaquim, recebeu de Nereu Ramos um ofício dizendo que o vigário de Rio Fortuna, Antonio Wollmeiner, *vem dificultando persistentemente a obra de nacionalização naquele distrito; que por mais de uma vez advertido pelas autoridades de Tubarão, não tem mudado de orientação, pelo que, antes de agir mais energicamente contra aquele sacerdote, solicitando providências exigindo para que o padre não mais contrarie as leis do Brasil e as determinações das autoridades do Estado.*<sup>29</sup>

Alcir Lenharo mostra como o corpo da nação é sacralizado neste momento; misturam-se os dois poderes numa catarse de pedagogia do corpo e da alma.<sup>30</sup> A Igreja tem o poder de arrebatrar as almas, mas o Estado pode deter o corpo, aprisionar, exilar, educar para o sentido da obediência. O Estado é agora o inquisidor e, se até então o padre e o delegado já “disputavam” o poder local, agora o delegado tem o aval do Interventor para reprimir. Ou, a lei acima do clero.

A prática da igreja - dos padres - de visitar as famílias e adentrar-se nas casas em diferentes ocasiões era comum até então (e ainda perdura), ficando próximos do cotidiano das pessoas, tidos e respeitados como autoridades, investindo de forma direta na vida das pessoas. Em 1939, por exemplo, um inspetor escolar escreveu no relatório que *Ninguém melhor do que os padres e pastores podem exercer uma propaganda anti-nacionalizadora, visto que, como cura das almas vão, de casa em casa, levar o conforto espiritual [...]*.<sup>31</sup> Percebe-se que é um inspetor escolar alertando para o poder do clero de interferir de forma direta no cotidiano dos fiéis, fato que motivou denúncias e problemas para a igreja, tanto católica quanto evangélica. O Estado passou a agir com mais rigor nos procedimentos e decisões clericais, inclusive intervindo nos casos de transferências internas de padres e freiras nos hospitais, escolas, internatos. Em julho de 1942, Irmã Carola, Assistente Provincial das Irmãs, escreveu longa

<sup>28</sup> FONSECA, Edltraud Zimmermann. *Indaial. cidade das plantas e das flores* (sua história, sua gente, seus costumes). Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1992. p. 140.

<sup>29</sup> Ofício do Arcebispo de Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 10 de abril de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos - 1941. Palácio do Governo. Apesc.

<sup>30</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Unicamp/Papirus, 1986.

<sup>31</sup> *Relatório Apresentado ao Ministério da Educação e Saúde* - 4º trimestre de 1938, Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas, Estado de Santa Catarina, em 10 de janeiro de 1938, p. 8. Apesc.

carta ao Interventor respondendo (o que evidencia pedido de explicação) que a transferência da Irmã Bonifácia para a Capital se dava por conta das necessidades da Congregação, e não por imposição de um médico, o Dr. Gottsmann (médico este ligado ao Partido Nazista).<sup>32</sup>

Por outro lado, o Estado solicitava transferências do clero conforme convinha para o bom andamento do projeto nacionalizador. Padre Agenor Marques recordou de sua “convocação” para conter os avanços anti-nacionalizadores: *Fui para Itajaí por causa da guerra, lá estavam prendendo padres e os únicos padres brasileiros, éramos eu e o padre Wilson Schmidt, e onde faltavam padres brasileiros éramos convocados.*<sup>33</sup> Itajaí é cidade portuária, porta de entrada de imigrantes, rumo ao Vale do Itajaí, e propícia à entrada destas ideologias, de espíões. Nas memórias, padre Agenor recupera: *Então fui tocado para Itajaí, para amansar o caldeirão da guerra, era Porto, né. Como eu era um padre falador, bonitinho, jovem, crespo, então era fácil os que eram contra os alemães respeitarem um padre brasileiro; por isso que me mandaram prá lá. Não foi por outra coisa. Crespo? Seria uma alusão aos cabelos cacheados diferenciando dos cabelos claros e lisos??? Era esta uma tática da Igreja, conivente com o Estado: deslocar padres brasileiros confiáveis para “amansar o caldeirão da guerra”, substituindo os detidos ou expulsos (o que também ocorreu com professores).*

Em outubro de 1942, durante uma Missa Campal (pelo restabelecimento do Presidente Vargas),<sup>34</sup> em Hamônia, o padre Aldolino Guesser pronunciou enfático discurso para uma platéia emudecida, que nada ou pouco entendia da língua portuguesa, provocando, por certo, sentidos e silêncios. Pode-se inferir que pairou medo e silêncio entre as pessoas. No jornal *O Apóstolo*, aparecem avisos reproduzidos do *Diário Oficial* conclamando aos brasileiros o comedimento nas palavras - como seriam apropriadas tais notícias? Por certo produzia sentidos diferenciados. Eni Orlandi entende como uma *política do silêncio*, um *silêncio que pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).*<sup>35</sup> Silenciar era imperativo aos alemães e descendentes, naquele momento; ao clero, obedecer às ordens governamentais; aos fiéis, obedecer ao Estado e ao clero.

<sup>32</sup> Ofício de Irmã Carola, Assistente Provincial das Irmãs da Divina Providência, ao Interventor em Exercício, Altamiro Guimarães, em 28 de julho de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. Apesc.

<sup>33</sup> MARQUES, Padre Agenor. Criciúma., 28/04/2001. Concedida a Emerson César de Campos.

<sup>34</sup> “Missa Campal pelo Presidente Vargas”. *Jornal O Apóstolo*, 01/10/1942, p. 3.

<sup>35</sup> ORLANDI Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.31.



## ENTRE O CULTURAL E O ECONÔMICO: o segundo governo Vargas

Rogério Luiz de Souza<sup>1</sup>

### Resumo:

O artigo, situado no quadro histórico do segundo governo Vargas, pretende, dentro de uma redefinição teórico-metodológica, conjugar à história econômica revista pelo professor Pedro Fonseca a análise da estrutura sócio-cultural, a fim de contemplar os sujeitos históricos e os seus critérios valorativos subjacentes. Entende-se que estes sujeitos, a partir de seu mundo comportamental, reinterpretem os significados dos projetos político-econômicos e os redimensionam em seu próprio benefício. O que cabe dizer que estes agentes são possuidores também de uma mentalidade econômica capaz de filtrar políticas públicas e modelos econômicos predeterminados. Assim, as relações de produção não podem ser vistas como apenas um fenômeno da história político-econômica, mas também da história cultural. O dado sócio-cultural também resiste à implantação de uma determinada estrutura econômica e interfere na sua resultante final, criando peculiaridades que se processam diferentemente no tempo e no espaço.

**Palavras-chaves:** governo Vargas - história econômica - história cultural.

### Abstract:

*The article, that refers to the historical period of the Vargas's second administration, intends to integrate the analysis of the socio-cultural structure with the economic history, that was reviewed by professor Pedro Fonseca, in order to observe the historical subjects and their subjacent values criteria. Some facts show that these subjects, from their own behaviour, reinterpret the meanings of the political and economic projects and they seek the benefits that these projects could bring to them. It leads us to say that these agents have an economic mentality that enables them to absorb public policies and predetermined economic models. Thus, the production relations can not be analyzed as only a phenomenon of the political and economic history, but as a phenomenon of the cultural history as well. The social cultural aspect also resists to the implantation of an specific economic structure and it interferes with this structure final result, creating peculiarities that differently develop themselves in time an space.*

**Keywords:** Getúlio Vargas' administration - economic history - cultural history.

Ao analisar o segundo governo Vargas, o professor Pedro Fonseca<sup>2</sup> nos coloca diante de um quadro histórico que, medidas as proporções das análises econômicas, sugere uma redefinição teórico-metodológica no olhar investigativo do historiador da economia.

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <klaus@cfh.ufsc.br>

<sup>2</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: O Segundo Governo Vargas. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 17 a 29, ano 1997/1.

Os estudos econômicos que compuseram a interpretação deste período, segundo o autor, tentaram estabelecer dentro de seus próprios critérios e enfoques teóricos a linha definidora da política varguista. Desta maneira, estas análises tenderam compreender a realidade brasileira ou a partir do alinhamento a uma postura ortodoxa ou a partir de uma postura heterodoxa da economia. Assim, a ortodoxia, pensada fora da realidade histórica, seria a aceitação inflexível dos atributos normatizadores de um determinado modelo econômico, apegando-se à idéia de conservadorismo e postulando uma linha de execução sem possibilidade de qualquer abertura ou concessão. Por outro lado, a heterodoxia apareceria como uma alternativa capaz de “romper com as visões já elaboradas” (FONSECA, p. 19) e propor um novo modelo econômico e, por conseguinte, uma nova prática política. Portanto, a percepção do que era entendido por ortodoxia ou por heterodoxia nos meandros paradigmáticos do pensamento econômico delimitaria o critério explicativo da realidade político-econômica do segundo governo Vargas. Conseqüentemente, no que se refere a existência ou não de um projeto nacional-desenvolvimentista, os discursos e as práticas do Governo seriam analisados a partir da aproximação ou afastamento dos conceitos definidos pelos modelos econômicos. Daí as visões inconciliáveis entre os intelectuais ligados à CEPAL e as várias correntes que criticavam os equívocos do enfoque nacional-desenvolvimentista.

Para Pedro Fonseca, todavia, entender deste modo a realidade seria algo falacioso e reducionista. Não são as conseqüências econômicas de fato implementadas (política cambial, política de “curto prazo”, combate à inflação e aos déficits orçamentários) efeitos necessários e inerentes de uma política econômica projetada em cima de intenções ou não ortodoxas e de uma composição política supra-social. Como o próprio autor em análise salienta, esta posição causa-efeito, restrita aos atributos definidos por um modelo econômico, não leva em consideração um contexto histórico determinado, onde o próprio conceito de ortodoxia relativiza-se diante das peculiaridades espaço-temporais. A concreção histórica tiraria o peso da determinação conceitual, uma vez que o contexto e a circunstância criam variações e especificidades historicamente determinadas. Assim, como afirma o autor, “dentro desta concepção, o ortodoxo e o heterodoxo não são definidos por atributos prévios, e exige-se concreção histórica: o que era heterodoxo num momento pode deixar de sê-lo em outro contexto, ou mesmo vir a ser absorvido pela ortodoxia” (FONSECA, p. 19).

Deste modo, o critério básico da linha de desenvolvimento do Brasil no segundo governo Vargas não se processa dentro de um modelo teórico coerente e fixo. Tanto rompe com a teoria clássica do equilíbrio econômico geral, em que o desenvolvimento econômico estaria sujeito à imutabilidade das preferências dos consumidores e das técnicas, o que acabaria provocando, todavia, um estado estacionário neste desenvolvimento; quanto rompe com a explicação de um processo de desenvolvimento no âmbito da produção capaz de modificar os velhos sistemas produtivos, introduzindo um novo método de produção, como propõe os cepalinos que recorrem à linha teórica de inovação keynesiana.<sup>3</sup> Para o articulista estes modelos econômicos não esgotam a problemática do desenvolvimento varguista. O Estado criava uma prosperidade na medida em que atenuava as flutuações econômicas, condicionada à peculiaridade do contexto histórico em que se via envolvido o próprio sistema capitalista, com suas condições e contradições sociais. De igual maneira, o grau de desenvolvimento não pode ser caracterizado somente por índices quantitativos de produção, como se a dominação do capital pudesse engendrar um conjunto de medidas alheias a uma formação social dada.

É a partir desta visão que se deve compreender o período varguista. A oscilação entre o que poderia ser uma postura ortodoxa ou heterodoxa nas propostas governamentais se demonstra nas circunstâncias históricas. Mesmo assim, para Fonseca é fato incontestado que o governo Vargas convergiu preferencialmente para uma heterodoxia, salientada num projeto nacional-desenvolvimentista e enraizada historicamente, cujas propostas de modelo econômico se assemelharam a da Comissão Econômica para América Latina.<sup>4</sup>

Assim, a coerência, em matéria de paradigma econômico, só é possível na história e, portanto, mediada por acontecimentos, idéias

<sup>3</sup> Conforme MANTEGA, Guido. *Marxismo na Economia Brasileira*. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 147 a 165, ano 1997/1, o posicionamento da CEPAL representou o entrecruzamento das idéias keynesianas e marxistas, diferenciando-se da ortodoxia liberal. Portanto, baseada num arcabouço neoclássico, optou pelo modelo de Substituição de Importações, onde o acúmulo de capital, para propiciar a industrialização, dar-se-ia através de critérios como produto-capital, poupança, eficiência do capital, consumo, emprego e intervenção estatal para orientação e estímulo às iniciativas privadas. Ver também GALBRAITH, John Kenneth. *O Sol Keynesiano a Pino*. In: *O Pensamento Econômico em Perspectiva*. São Paulo: Pioneira/USP, 1989, pp. 227 a 239; SINGER, Paul. *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987; e OHLWEILER, Otto Alcides. *O Capitalismo Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

<sup>4</sup> Para a CEPAL e, particularmente, Celso Furtado o subdesenvolvimento econômico latino-americano seria mais uma das etapas do processo de desenvolvimento a ser superada através de políticas internas que fizessem frente ao atraso econômico e que criassem condições estruturais capazes de dinamizar os esforços de sua burguesia nacional (o *arranco* ou *take-off*). Cf. FRANCO, Hilário e CHACON, Paulo Pan. *As economias dirigidas do Pós-Guerra*. In: *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1978, pp. 358 a 385.

e fatos expressamente contextualizados. O estudo do economista político Sérgio Silva é um bom exemplo das imbricações das condições sócio-históricas na formação da indústria brasileira. Ao tratar do desenvolvimento industrial, adverte para as circunstâncias e condições sociais brasileiras que precederam e criaram uma nova relação de produção.

A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado, que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.<sup>5</sup>

Portanto, a trajetória varguista deve ser entendida dentro dos conflitos e práticas políticas concretas estruturantes das relações econômicas. Nesta perspectiva, o desenvolvimento decorrente e desejado neste momento se baseou exatamente nisso, num desejo discursivo e numa prática articulada, que representaria por isso mesmo uma dubiedade, sintoma próprio de uma política econômica que buscava se sedimentar e encontrar respaldo nas posições díspares dos diversos grupos e instituições sociais. Por esta razão, as medidas tidas por ortodoxas (políticas de “curto prazo”) foram resultado de uma estratégia que, paradoxalmente, revelaram uma postura heterodoxa, haja vista o pretexto manifesto do governo de “sanear para depois crescer.” Esta mesma heterodoxia, situada historicamente, mostrou a singularidade da política econômica brasileira em face às interpretações extemporâneas daquelas correntes presas a uma linearidade político-econômica e aos conceitos doutrinários do tipo ideal.

Se nem sempre houve coerência, deve-se procurar as causas disso, e não entender a não-linearidade da política econômica como desvio de um tipo ideal. (FONSECA, p. 20)

Como o próprio autor nos aponta, a criação de inúmeros órgãos (CDI e CACEX), os discursos e as ações do governo Vargas revelaram com seus traços particulares este empreendimento nacional-desenvolvimentista a longo e curto prazo, criando fórmulas alternativas de viabilização do projeto e opondo-se frontalmente aos modelos econômicos descontextualizados. Além do que, em

---

<sup>5</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 12.

termos de crescimento do produto real neste período (1951 a 1954), a preocupação com o projeto desenvolvimentista mostrou um aumento significativo dos diversos setores produtivos, especificamente, do setor industrial.

Os apelos nacionalistas do governo também se situaram no mesmo quadro histórico. “Nem a tese do ‘alinhamento automático’ nem a do ‘entreguismo’ parecem resistir uma análise histórica mais cuidadosa” (FONSECA, p. 25)

A tese do modelo de capitalismo dependente, do qual o Brasil faria parte, configurar-se-ia, dentro da crítica de Florestan Fernandes,<sup>6</sup> como constitutiva de uma economia mundial em que se exigia mais espaço de penetração nas economias nacionais, mas que, por outro lado, afastando-se desta concepção abstrata do domínio do capital mundial, esta mesma dependência relativiza-se quando se percebe a postura de empreendedores nacionais visando a permanência de seu capitalismo bucaneiro<sup>7</sup> e da própria política varguista em aproximar a burguesia nacional ao proletariado, baseando-se numa política de substituição de importações e de desestímulo às exportações.<sup>8</sup> Mesmo assim, esta autonomia estaria associada também a uma estrutura complexa das relações internacionais. Deste modo, não é tão simples assim a transposição teórica da dominação imperialista dos países centrais sobre os periféricos para o contexto histórico.

O nacionalismo não expressava uma repulsa ao capital estrangeiro, mas emergia como resposta aos projetos nem sempre coincidentes do Brasil e dos Estados Unidos. (FONSECA, p. 27)

Destarte, este período de apelos nacionalistas explicita-se por uma fase de transição, em que se buscava definir politicamente a linha de operacionalização econômica. Todavia, esta transição não segue um desenvolvimento linear, uma vez que é o resultado de um conjunto de contradições. O fato de criticar a ausência do capital estrangeiro ao mesmo tempo que discursivamente se tende para uma

<sup>6</sup> FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>7</sup> O conceito de *capitalismo bucaneiro* é uma tentativa incipiente do Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin (UNESP) de “articular o estudo da formação econômica brasileira com seu substrato cultural, enfatizando sua especificidade”, como por exemplo a questão da ausência de uma ética capitalista entre nós nos moldes do capitalismo europeu e norte-americano. Conforme Comunicação em Mesa Redonda *Balcão de Negócios: A Operação Financeira da Independência*, apresentada no XIX Congresso Nacional de História da ANPUH em Belo Horizonte, 25 de julho de 1997. Publicação do resumo no caderno do evento, p. 66.

<sup>8</sup> PALÁEZ, C. e SUZIGAN, W. *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

base política nacionalista, é um dos sintomas desta contradição. A isso se deve somar também a noção de resistência de visão política, econômica e, porque não dizer, ideológica,<sup>9</sup> enquanto resultado do conjunto das relações que constituem a estrutura social. Ou seja, o peso histórico está sendo reivindicado pelo analista para demonstrar a carência objetiva dos modelos econômicos. Dentro do contexto histórico, há que se relativizar certas explicações lineares e buscar, em contra partida, imprimir um referencial de plausibilidade ou, usando uma terminologia do próprio Fonseca quando se refere ao nacionalismo varguista, de possibilidade, haja vista as resistências e as relações de subordinação-dominação em que a própria nação se encontrava no seio da economia mundial. Este referencial de plausibilidade, portanto, nos chama atenção para as contradições inerentes às estruturas econômicas que, neste caso, se viam sujeitas a constantes mudanças de estratégias e de redefinição política. Por outro lado, é preciso entender que estas contradições econômicas se visualizam, num primeiro momento, não nos seus planos e projetos, mas na sua execução ou ação social. Será na sociedade que se evidenciará, à nível de cada grupo social, as contradições resultantes da estrutura econômica. Por esta razão, torna-se imprescindível ao historiador da economia contextualizar sua investigação.

A este respeito Fernando Henrique Cardoso,<sup>10</sup> ao sugerir que a análise cepalina recobriu-se de um certo economicismo, ressalta a necessidade de se integrar à análise econômica os aspectos sociais e políticos das determinações internas, colocando num plano secundário as determinações externas. Em outras palavras, não é somente pela oportunidade da flutuação internacional da produção-capital que se processa o acúmulo industrial, mas no jogo de interdependências políticas nacionais e internacionais.

## Uma Nova Perspectiva

Fonseca propõe, como já dissemos, uma possível ruptura, em termos teórico-metodológicos, com o procedimento investigativo da história econômica; não mais atrelada a análises de questões restritivas às políticas econômicas de fundo casuístico ou de tipo ideal, mas dentro de um universo histórico abrangente que pressupõe a leitura do contexto

<sup>9</sup> A noção de ideologia está associada à visão de WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, onde diferentes grupos sócio-culturais dispõem de diferentes estratégias para fazer valer suas idéias e interesses, portanto, reformuladas ao longo de um processo histórico de disputas.

<sup>10</sup> CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

histórico, capaz de determinar ou direcionar o jogo político e econômico. O que aliás, nos faz perspectivar e antever a possibilidade de conjugar à história econômica a análise da estrutura sócio-cultural a partir dos critérios valorativos e comportamentais de uma determinada sociedade.

Neste sentido, Fonseca ao exigir uma concreção histórica para definição da realidade econômica faz mediante a crítica dos modelos econômicos predeterminados ou definidos por atributos prévios que não levam em consideração o contexto histórico formador das políticas e dos discursos. Esta posição, todavia, não chega a contemplar os critérios sócio-culturais subjacentes a este contexto e, portanto, delimitadores também desta concreção histórica e econômica. A sua tese vincula-se a uma postura epistemológica capaz, no seu entender, de reconstruir a história econômica partindo da análise do institucional ou, em outras palavras, da relevância dos fatos políticos sobre os interesses meramente econômicos, portanto, percebendo o institucional apenas “em interação com as exigências de caráter econômico e vinculando a condições circundadas pelas próprias forças políticas que o sustentaram ou a ele se opuseram.”<sup>11</sup> Conseqüentemente, não percebe a rarefação deste próprio institucional, relacionado às forças políticas e econômicas, exatamente porque não considera a resistência dos agentes históricos em seu espaço particular de valores.

Inversamente, opondo-se ou complementando Fonseca, entende-se que a estrutura de poder dissemina-se por toda a sociedade e convoca a todos a se tornarem promotores da realidade social, política e econômica. Não há uma centralidade de poder (o institucional), mas um jogo de forças que se estabelece nas múltiplas esferas da sociedade, engendrando práticas relacionais.<sup>12</sup> Os sujeitos, diferentemente do que compreende Fonseca, não ocupam o mesmo lugar no processo de produção. Eles se alteram e se constroem nas diversas relações, buscando alternativas para defenderem sua tradição. Os sujeitos, a partir de seu mundo valorativo, reinterpretam os significados das normas institucionais e os redimensionam em seu próprio benefício. Neste sentido, estes agentes são possuidores também de uma mentalidade econômica capaz de filtrar políticas públicas e modelos econômicos predeterminados.

Portanto, a esfera econômica, política, cultural e social se mostram envolvidas numa circulação de interesses e de conflitos grupais e individuais, que, mantendo uma certa relatividade, se abrem para uma interdependência cambiada pela capacidade de realização des-

<sup>11</sup> FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 32.

<sup>12</sup> Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

tes grupos e pelas circunstâncias e crenças sociais capazes, neste sentido, de determinar as ações econômicas e legitimar o poder político. O segundo governo Vargas, por exemplo, com sua política nacional-desenvolvimentista tentou viabilizar uma proposta que, ao mesmo tempo, acabou também assegurando algumas das reivindicações das massas populares.<sup>13</sup> Por outro lado, lançar um projeto político-econômico requer também a aceitação ou não daqueles que sofrerão diretamente a ação. Esta aceitação dar-se-á na fabricação de uma necessidade compulsória, aliada à veiculação de idéias e valores compatíveis aos valores e crenças daqueles a serem atingidos, caso contrário, poder-se-á instalar a insatisfação e a oposição, principalmente num período entendido como democrático.

O fator econômico, portanto, sugere uma comunicabilidade capaz de dialogar e negociar com a demanda social e os valores culturais estruturantes do indivíduo e da sociedade. Neste ponto específico, a própria doutrina marxista, ao pressupor que as relações produtivas de trabalho criaram e determinaram a mentalidade sócio-cultural, relativiza-se, uma vez que, na esteira dos estudos de Thompson,<sup>14</sup> o dado sócio-cultural também resiste à implantação de uma determinada estrutura econômica e interfere na sua resultante final, criando peculiaridades que se processam diferentemente no tempo e no espaço. As relações de produção não podem ser vistas como apenas um fenômeno da história político-econômica, mas também da história cultural. A visão dialética que se deve ter entre economia e valores culturais rompe com uma abordagem meramente institucional e sistêmica. As percepções de mundo dos diferentes agentes sociais em seus diferentes espaços de atuação delimitam as ações econômicas e sócio-políticas. Neste universo multifacetado, todos se vêem interligados e atuantes, mobilizando, a partir de um processo de barganha, suas forças estratégicas a fim de fazer valer suas representações e seus códigos sociais.

Neste sentido, a assimilação das teses cepalinas pelos industriais dos anos cinqüenta revelou-se criteriosa e adaptada a interesses particulares e concretos de classe.<sup>15</sup>

Não obstante, conjugada a esta mesma interpretação, sobre a

<sup>13</sup> O Populismo apresentou uma nova forma de organização política que incorporou ao jogo institucional as massas populares. Ver IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>14</sup> Ver THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; DESAN, Suzane. *Massas, Comunidade e Ritual* na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In.: HUNT, Lynn *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

<sup>15</sup> COLISTETE, Renato Perim. *A Força das Idéias: A CEPAL e o Industrialismo no Brasil no início dos anos 50*. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 121 a 145, ano 1997/1.

qual prevalece o jogo de interesses e a relação de força entre os grupos sociais, a política agrária, por exemplo, no segundo período varguista tendeu a um efeito modernizante da agricultura e a formação de uma “classe média rural”, onde o campesinato meridional deveria enquadrar-se ao modelo modernizador e consolidar o fortalecimento da produção alimentar.<sup>16</sup> Apesar de se perceber um apogeu econômico e social daquela região neste período, o modelo de modernização agrícola, que em termos de ideal técnico-econômico levaria à utilização adequada da terra e a uma produção de estimativa superior àquela que ocorreu, encontrou barreiras burocráticas e resistências dos próprios agricultores. A partir de seus valores, suas crenças e suas técnicas tradicionais de plantio estes agricultores determinaram um processo e um ritmo de produção peculiar. O que demonstra a força da estrutura cultural sobre a fórmula político-econômica proposta e que, por isso mesmo, levaria Celso Furtado a concluir que a permanência do atraso da agricultura brasileira atravancava o desenvolvimento dos setores modernos.<sup>17</sup>

A título de exemplificação é esclarecedor o artigo do jornal catarinense “O Apóstolo”.

[...] Será o sacerdote o elemento indicado para ESTIMULAR a produção agrícola e mais influente para por os agricultores em contato com os técnicos, dando-lhes o apoio e assim o prestígio, porque o colono tem alergia por tudo que o leva fora de sua marcha rotineira, nem dá apreço aos engenheiros agrônomos que lhe vem ao encontro, muitas vezes desconhecendo que o rudimentarismo agrícola tem também alguns valores, aprendidos no decorrer das gerações.<sup>18</sup>

Portanto, necessário se fez estabelecer novos critérios político-econômicos que fossem capazes de entrar na figuração de mundo daqueles sujeitos históricos e criar, através de uma via alternativa, um diálogo que levasse em consideração os anseios, os valores e os parâmetros culturais daquele grupo produtivo, chegando ao ponto de reavaliar os setores burocráticos (inoperantes), mudar posturas políticas e indicar instituições que se colocassem mais próximas àquela

<sup>16</sup> Cf. SANTOS, José Vicente T. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. *História e Perspectivas*. nº 10, jan/jun 1993, pp. 45 a 57.

<sup>17</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. Para uma crítica a este posicionamento ver OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, Estudos CEBRAP, nº 02, 1971. O homem do campo garante o desenvolvimento, servindo de mão-de-obra superexplorada.

<sup>18</sup> O Clero Catarinense na Batalha da Produção. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de janeiro de 1954, nº 564, p. 03.

realidade e que, por isso mesmo, se vissem legitimadas. Para usar um exemplo desta estratégia reelaborada pelo governo central poderíamos tomar a carta do Ministro da Agricultura Dr. João Cléofas ao Arcebispo Metropolitano de Florianópolis D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Exmo. Reverendíssimo.

Ao tomar conhecimento da feliz iniciativa de V. Excelência Reverendíssima, promovendo a colaboração do clero catarinense aos trabalhos de incremento da produção agrícola nacional, apresso-me a levar-lhe minhas mais vivas congratulações, bem assim meus mais sinceros agradecimentos por essa obra de tanta expressão.

[...] Compreendendo a nobreza dessa missão, que garante a prosperidade nacional em bases sólidas, traz agora o clero catarinense mais outra maneira de contribuir para o bem estar das populações brasileiras.

[...] Rogo a V. Exc. Rev. minhas mais respeitosas congratulações por esse movimento que iniciou junto ao clero catarinense, certo de que o exemplo servirá para que, nos demais Estados da Federação, igual iniciativa se faça sentir.<sup>19</sup>

Em última análise, o artigo de Pedro Fonseca ao sugerir a contextualização da realidade econômica suscitou um novo olhar sobre a história econômica brasileira. Existem condições próprias formadoras de forças conflitivas que tentam se ajustar a uma medida que seja capaz o bastante de buscar uma interação social e fomentar um equilíbrio móvel de tensões, onde os grupos de divergência tendem a um entrelaçamento a partir de regras de convivialidade. Neste sentido, a ambigüidade torna-se o fenômeno evidente desta relação de interdependência, ora buscando aproximar-se, ora buscando afastar-se, sem contudo romper com os laços sócio-culturais que sustentam esta relação. Portanto, é seguro afirmar que o contexto histórico varguista buscava uma base de sustentação nos mais diversos espaços da hierarquia social, com suas crenças e valores, numa tentativa de encontrar o denominador comum dos interesses econômicos. Daí a posição discursiva de Vargas que buscava transitar entre uma nacionalização e uma internacionalização da economia, num jogo capaz de lhe assegurar o acesso às mais diversas esferas sociais, mas que, concomitantemente, explicitava a taxa de poder destas esferas, o que vai além do conceito de *nacionalismo possível* compreendido pelo autor. As suas razões encontradas se dão ainda, preferencial-

<sup>19</sup> Carta do Ministro da Agricultura Dr. João Cléofas a D. Joaquim D. de Oliveira pela iniciativa de fomentar a agricultura no Estado. O Apóstolo. Florianópolis, 01 de abril de 1954, nº 568, p. 03.

mente, em um nível macroestrutural das relações entre o governo brasileiro e norte-americano e quando muito entre o governo e as principais forças de oposição (UDN e burguesia compradora). A sua tentativa de analisar historicamente o contexto nacional-desenvolvimentista no segundo governo Vargas não chega ultrapassar os limites ideológicos da macroestrutura, ou seja, não realça os interesses sócio-culturais internos que norteiam a própria produção discursiva e a ação político-econômica do governo. Há que se considerar também, que no contexto microestrutural se constituem sujeitos e se criam oposições multifacetárias, fora do jogo exclusivamente institucional. Em outras palavras, se o institucional não está sujeito simplesmente a um modelo econômico, como quer Fonseca, também é verdade que os agentes sociais não estão sujeitos ao institucional. Além disso, tomar esta ou aquela postura num período de tendência democrática exigia efetivamente um posicionamento abalizado naquilo que referendava os valores sociais e os interesses dos diversos grupos sociais. Portanto, esta postura deveria estabelecer, a partir de uma prática articulada entre os diversos meios estruturais da sociedade, uma figuração de mundo que fosse aceitável e real para todos.

Assim, a partir destes critérios, o comportamento econômico não se subordinaria simplesmente a um conjunto de teorias abrangentes e leis universais. Este comportamento se veria transformado e radicado também na textura cultural daquelas relações sociais formadoras de um contexto histórico-econômico peculiar. Neste sentido, o projeto nacional-desenvolvimentista se definiria conforme a aceitação ou a resistência dos envolvidos.

Enfim, o interesse deste trabalho, além de mostrar a partir de Fonseca as implicações entre o modelo econômico e o contexto histórico, constitui-se como proposta teórico-metodológica para enriquecer o retrato econômico de um determinado momento através das imbricações sócio-culturais, mostrando com isso a possibilidade de se ampliar o horizonte de novas pesquisas. Portanto, não se quis desvirtuar o objeto de investigação da história econômica, mas, pelo contrário, lhe atribuir um contexto histórico coerente, capaz de lhe emprestar os fatores subjacentes e fundamentais de sua própria estruturação político-econômica.



## Resenhas

**BROWN, Dan.** *O código Da Vinci. 7. ed.* Lisboa: Bertrand Editora, 2004, 536p.

**O código da conspiração: lemas e dilemas do *Código Da Vinci***

*José Eduardo Franco<sup>1</sup>*

É espantoso. Já há muito tempo que não assistíamos a uma leitura massiva de um mesmo livro. Na praia, nos transportes públicos, nas filas de espera das Finanças e dos hospitais, nas salas de espera dos consultórios médicos, nas escadarias das escolas e das universidades, debaixo de um chaparro alentejano, nos aviões, nas escadarias das portas das Igrejas, nos cafés, na espera dos cinemas, enfim, nas bibliotecas, por todo o lado temos visto gente acesa de curiosidade e atenção a ler e a meditar *O Código Da Vinci*. Como estímulo para a recuperação dos índices de leitura é, neste particular aspecto, uma visão animadora.

Ninguém pode, de facto, negar virtualidades a este romance sofisticado (e bem vertido em Língua Portuguesa) no que concerne à sua técnica de criar e manter o suspense até às suas derradeiras páginas: capítulos curtos, escrita ligeira quase jornalística, entremeação de diálogos e lições breves de história e de cultura, de referências paremiológicas, de descrições telegráficas, referência a aspectos misteriosos de figuras históricas rele-

vantes (Leonardo Da Vinci, Newton, Vítor Hugo...), capacidade de conjugação de diferentes espaços e tempos de acção pelo recurso a analepses e a prolepses, introdução constante de informações e novidades estimulantes no decorrer do enredo, adiando sucessivamente os desenlaces das diferentes arquitecturas dramáticas para capítulos posteriores. Por seu lado, propõe toda uma parafernália de interpretações e pretensas revelações contra a ortodoxia das interpretações tradicionais de factos, acontecimentos, textos, obras de arte, símbolos da história da humanidade. Apesar de o romance comportar as características de um policial, acaba por captar o interesse de públicos variados, dando a sensação de oferecer uma cartilha de conhecimentos gerais sobre diversos assuntos que afinal já ouvimos falar no decurso da nossa aprendizagem, mas que recordamos nesta proposta caleidoscópica de totalidade relacional. O autor consegue, assim, apesar das várias imprecisões, dar a sensação de apresentar não só uma intriga aliciante, mas também muita cultura à mistura. No entanto, a falta de homogeneidade do rigor (induzindo o leitor em erros grosseiros ao mesmo tempo que recebe informações fidedignas), acaba por prestar um mau serviço aos menos avisados e a suscitar ora uma adesão incondicional à sua perspectiva de análise dos símbolos e dos factos, ora uma oposição frontal contra aquilo que alguns consideram uma arma de guerra contra determinadas instituições assim desacreditadas ao serem postos em causa os seus fundamentos mais sagrados.

Os ingredientes que fizeram este primeiro grande *best-seller* do século XXI, afinal, continuam a ser basicamente os mesmos que seduziram

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 13, pp. 145-150. (nov. 2005)

grandes massas de leitores nos três séculos anteriores.

A teoria da conspiração aplicada ao romance continua a fascinar e a prender milhões de leitores em todo o mundo. O seu segredo é o de sempre: simplificar para explicar realidades e andamentos complexos da história humana. E reduzir a sua compreensão total à ditadura de um ou dois princípios explicativos iludindo a complexidade dos problemas em análise.<sup>2</sup>

Com efeito, os ingredientes deste romance, muito vendido e lido em todo o mundo por largos milhões de curiosos, não diferem muito dos “thrillers” antijesuíticos<sup>3</sup> ou anti-semitas editados até à exaustão desde o século XVIII, para não recuar mais no tempo<sup>4</sup>. Mudaram apenas alguns nomes de protagonistas da conspiração. Em vez dos Jesuítas ou dos Judeus ardendo de desejo de dominação universal, aparece agora a *Opus Dei* na sua dimensão dita oculta rivalizando com outras associações secretas (*maxime* o Priorado de Sião) no encaço da conquista do segredo do poder mundial. É a velha receita da explicação dos acontecimentos sociais pela acção determinante dos chamados grupos eversivos, nas palavras de Umberto Eco<sup>5</sup>. Acresce a este tema forte da conspiração outro tema central e transversal a todo o romance: a explicação com pretensão doutrinária da assunção do universo masculino e das suas categorias na história ocidental em detrimento da subjugação do universo feminino.

E depois o autor mistura, bem ao gosto pós-moderno e *new-ageiano*, temas explosivos, procurando relações forçadas de causa-efeito entre si: a identidade e a questão do celibato de Jesus; o papel de Maria Madalena na vida de Cristo e a sua dita ostracização na tradição católica; a afirmação da

verdade dos Evangelhos Apócrifos e Gnósticos; os Manuscritos de Qumran e os Manuscritos Coptas de Nag Hammadi e a denúncia da alegada distorção da verdade sobre Jesus na composição dos Evangelhos sinópticos canonicamente aprovados; os Templários e a demanda do Graal; a Constantinização da Igreja e a secundarização do papel da Mulher no Cristianismo; a libertação da mulher; a valorização da sexualidade humana; o papel castrador da Inquisição; a hermenêutica simbologista de obras de arte famosas; ilações esotéricas de símbolos religiosos; profecias astrológicas; associações e rituais secretos; e enfim, a apresentação da Igreja Católica como a má da fita da história dos últimos dois mil anos em luta esmagadora contra os objectivos ditos nobres de outras instituições que teriam vegetado na penumbra dos tempos.

Esta, a Igreja através do seu Vaticano clericalista, teria sido a única responsável pela afirmação dos valores masculinos em detrimento da herança cultural feminina, sagrada e profana, oprimida na sociedade ocidental, e até mundial (e, como se dá a entender, até nas outras Religiões do Livro), desde a constantinização do cristianismo. A simplificação é gritante, como se pode depreender desta passagem que vale a pena citar longamente marcada pela ambiguidade e pela redução explicativa de problemáticas, de tempos e de andamentos históricos:

“O Priorado acredita que Constantino e os seus sucessores masculinos conseguiram converter o mundo do paganismo matriarcal ao cristianismo patriarcal montando uma campanha de propaganda que demonizou o sagrado feminino, obliterando para sempre a deusa da nova religião.

(...)

Ninguém pode negar o bem enorme que a Igreja moderna fazia no conturbado mundo actual, e, no entanto, essa mesma Igreja tinha uma história de falsidade e violência. A brutal cruzada para «reeducar» as religiões pagãs e os cultos femininos prolongar-se por três séculos, com o recurso a métodos tão inspirados como horripídeos. (...) Durante trezentos anos de caça às bruxas, a Igreja queimara na fogueira uns estarrecedores cinco milhões de mulheres.

A propaganda e a orgia de sangue tinham resultado.

O mundo actual era uma prova viva disso mesmo.

As mulheres, outrora celebradas como a metade essencial da iluminação espiritual, tinham sido banidas dos templos de todo o mundo. Não havia mulheres que fossem rabis ortodoxos, nem padres católicos, nem clérigos islâmicos.”<sup>6</sup>

Apesar de esta obra se apresentar, na sua abertura, como um romance, logo como uma história fictícia, não deixa de manifestar claramente a pretensão, no desenrolar do enredo, de oferecer lições objectivas de história de arte, de história religiosa, de simbologia, etc. Um dos protagonistas que intervém como o sábio deste drama é um especialista em simbologia de Harvard, Robert Langdon. Este, a pretexto da resolução de diferentes enigmas, profere lições de hermenêutica de símbolos religiosos e esotéricos da História das Religiões e de História de Arte. Mas aquilo que cria ilusão de verdade ou de mentira total é que o professor americano e o narrador misturam dados rigorosos com dados imprecisos e falsos, já para não falar de diversas apreciações forçadas sem

sustentabilidade científica que colocam o acento tónico num dos lados da realidade.

O autor deste romance pretende, como tema de fundo, denunciar os séculos de detracção do ciclo das divindades femininas e do seu culto, fazendo-o coincidir simplifadamente com a assunção da Igreja Católica constantinizada e romanizada no século IV, viragem que teria sido consagrada oficialmente no Concílio de Niceia celebrado no ano 325.

A Igreja Católica e o seu clero misógino são vistos como a única causa da deriva masculizante da sociedade ocidental e até mundial. Aqui, o princípio explicativo da causalidade única e demoníaca é actualizado de forma primária e simplista. Apresenta-se uma verdade fracturada com pretensão de verdade total, desirmanada da complexidade da história humana. Descura-se a complexidade dos contextos, dos factores e fenómenos paralelos que a história comparada das religiões permite conhecer, da transformação das mentalidades e das vagas de fundo no quadro da longa duração... Ainda por cima contando com um suposto especialista nestes domínios como sábio-protagonista ao longo de todo o romance...

Dan Brown, com esta obra, parece militar (tema que é transversal a toda a obra) em prole da reabilitação do feminino na cultura, nas mentalidades e na religião indo assim ao encontro dos actuais movimentos mundiais que lutam por esta justa obra da maior justiça. Mas não consegue fazê-lo sem eleger um *bode expiatório* para projectar todos os males (ainda que parecer fazer uma aparente inflexão correctiva no desfecho), percorrendo assim o caminho mais fácil, mas menos honesto, para lutar por uma causa que em si é muito nobre.

Embora de forma dúctil, o autor elege a Igreja Católica e a sua prelatura pessoal chamada *Opus Dei* como as faces da conspiração mais misógina (que no fim parece ser desculpada pelo facto de ter sido maculada de ingenuidade na sua ambição), colocando na boca dos seus personagens mais críticos, com destaque para o extravagante inglês Teabing, as ideias feitas, os velhos clichés das lendas negras que rodeiam estas instituições. Entre outras imprecisões terminológicas e conceituais patentes na obra, importa notar, neste quadro conspirativo, a atribuição do estatuto monástico aos membros da *Opus Dei*, que não é de facto uma ordem religiosa no sentido clássico e, por isso, os seus membros não são monges; como é duvidosa a insistência anacrónica na utilização de cilícios, disciplinas e formas de mortificação masoquistas como imagem de marca terrível desta obra da Igreja Católica.<sup>7</sup>

Por seu lado, a questão da libertação do universo feminino liga-se com as preocupações tornadas militâncias do movimento da *New Age*. Assim sendo, esta história acaba por desaguar numa espécie de anúncio profético da nova era aquariana da humanidade que estará a chegar, em que se verificará a assunção dos valores femininos e a libertação icónica da “ostracizada”, isto é, de Maria Madalena e do seu culto no quadro da cultura cristã: “Como murmúrios de espíritos na escuridão, vozes esquecidas ecoaram. A demanda do Santo Graal é literalmente uma demanda para ajoelhar diante dos ossos de Maria Madalena. Uma jornada para rezar aos pés da ostracizada. Avassalado por uma súbita reverência, Langdon caiu de joelhos. Pareceu-lhe, por um instante, ouvir uma voz de mulher... a sabedoria das idades... murmurar-lhe das profundezas da terra.”<sup>8</sup>

Aliás, como profetizou não há muitos anos uma escritora célebre da nossa praça, Natália Correia, no seu “Espírito Santo feminino” e na “Idade feminina do Espírito Santo.”<sup>9</sup>

Além do recurso operativo ao mito da conspiração, ao mito binomial da mulher anjo *versus* mulher demónio domesticada pela Igreja, este romance recupera e faz eco de um mito menos badalado e conhecido, o mito das origens sacrais das nacionalidades, neste caso da nacionalidade francesa. No fundo, o autor, talvez sem ter consciência disso, faz eco de uma polémica cultural e política dos alvares da modernidade. No desaguar da Idade Média para o período do Renascimento e do Humanismo e com a afirmação dos Estados Modernos, assistiu-se na Europa à afirmação de uma espécie de “mercado das nacionalidades.”<sup>10</sup> Então, os historiadores nacionais ao serviços dos seus reinos procuraram retrotrair as origens das monarquias a tempos quase imemoriais e assentar as raízes das diferentes dinastias em figuras sagradas de modo a prestigiar e dar legitimidade superlativa aos reinos e às casas reais. Portugal, por exemplo, em disputa com a Espanha quis remontar a sua origem ao patriarca bíblico Tubal e aos tempo pós-diluvianos pela pena de Fernando Oliveira e dos historiógafos de Alcobça, entre outros.<sup>11</sup>

Assim também, como o romance de Dan Brown faz eco, a França não fugia à regra e procurou dignificar as suas origens dinásticas no quadro deste mercado de disputa das superioridades nacionais, fazendo remontar os seus primórdios míticos ora ao tempo dos romanos, ora aos tempos bíblicos. A dinastia merovingia destacada por este romance é colocada a reivindicar as suas raízes nada menos do que no sangue

real de Jesus Cristo fundido com o de Maria Madalena, que por sua vez radiaria no tronco real de Jessé do povo eleito de Israel. É o mito das origens sacrais das monarquias explorado na sua máxima possibilidade simbólica.

De facto, com este romance ganha-se alguma cultura geral, recheada de muita informação disseminada, mas deve ser assimilada criticamente em virtude dos seus diferentes níveis de rigor. É uma obra que contribui para despertar o interesse pela História da Arte e as suas conexões com a simbólica das religiões. Portanto, com este romance ganha-se no reavivar da memória para certos aspectos da herança cultural humana, mas perde-se em complexidade, em profundidade e em seriedade no tratamento de questões complexas. Estas, assim simplificadas, misturadas e baralhadas, disseminam muita confusão e pouco esclarecimento. Por seu lado, com este livro ganhou a indústria livreira que, à semelhança do que já tinha acontecido com o romance *O Nome da Rosa* de Umberto Eco nos anos 80 do século passado (mas este muito mais profundo, mais culto e mais complexo), vendeu o romance aos milhões e com ele uma série de livros-satélite que propõem explicações, decifrações, confirmações ou refutações, numa constelação nunca vista. Por fim, ganhou o turismo da arte francesa e britânica. Paris, Londres, Escócia passaram a receber novas avalanches de crédulos e curiosos à procura dos roteiros sinalizados pelo *Código Da Vinci*, renovando-se massivamente uma espécie de nova demanda de um Graal nunca encontrado, como acabou por ser o *bluf* deste romance, que no seu suspirado desfecho deixou afinal tudo na mesma.

Em suma, *O Código* acaba, assim, por ser uma desilusão para os lei-

tores suspensos durante cinco centenas de páginas à procura de uma prometida revelação fantástica que não acontece. Ficamos, na realidade, com os mitos de sempre ainda mais mitificados: o Graal ainda por encontrar, a origem sagrada de uma realeza preterida, a mulher e os seus valores à espera de plenificação e os projectos de dominação universal falhados.

<sup>1</sup> Professor da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Sobre este assunto ver a obra clássica de León POLIAKOV, *La causalité diabolique. Essai sur l'origine des persécutions*, s. l., 1980; e Karl POPPER, *La Société ouverte et ses ennemis*, Tomo II, Paris, 1979.

<sup>3</sup> Cf. José Eduardo FRANCO, *Le Mythe Jésusite au Portugal (XVIe-XXe siècles)*, Thèse de doctorat - EHESS, Paris, 2004.

<sup>4</sup> Podemos recordar aqui alguns editados em Portugal: *Histoire du roi Nicolas I, roi du Paraguay et empereur des Mamelucs*, A SAINT PAUL, 1756; Eugène Sue, *O Judeu errante*, Lisboa, 1845-1846; A. de OLIVEIRA PIRES, *Os Jesuítas. Romance histórico do século XVIII*, 2. ed., Lisboa, 1873; A. Francisco BARATA, *Os jesuítas na Corte. Romance histórico*, 1877; A. LOPES BARBAS, *Os crimes de sacristia*, Lisboa, 1910; Luís d'ANDRADE, *Caricaturas em prosa*, 1876; Renato FRANCO, *Os santos missionários*, 1901; GUEDES QUINHONES, *O excomungado*; Idem, *A excomunhão*; BULHÃO PATO, *Lazaro consul*, 2ª ed., Lisboa, 1889; Alfredo HOGAN, *Marco Túlio ou o agente dos Jesuítas*, 1568-1600, Romance histórico publicado por L.C. da CUNHA, Lisboa, 1853; ABBADE, *O Jesuíta*, Trad. Francisco Luiz Coutinho de Miranda, Lisboa, 1865; GUÉRINET, *Paulo ou os perigos d'um caracter fraco: romance religioso e moral*, Lisboa, 1866; *Amores de Jesuíta*. Romance histórico, Trad. de Oscar Ney, Lisboa, 1901; Max NORDAU, *A mentira religiosa*, Trad. Affonso Gayo, Lisboa, 1902; Edouard ESTAUNÉE, *O vinco jesuítico*, Versão de A. de Seabra, Lisboa, 1904; Vicente BLASCO IBÁÑEZ, *Jesuítas*, Lisboa, 1909 (essa obra conheceu várias edições em Portugal); Melchior INCHOFER, *Monarquia jesuítica*, Trad. de Augusto de Castro, Lisboa, s.d.; Edite O'GORMAN, *O convento desmascarado. Escândalos da vida conventual*, Trad. Roberto Hawkey, Lisboa, s.d.

<sup>5</sup> Cf. ECO, Umberto. *Six promenades dans les*

*bois du romain et d'ailleurs*. Paris, 1994, p. 146 e seguintes; e ver GIRARD, René. *Le Bouc émissaire*, Paris, 1982; BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris, 1999; Idem, *Le Mythe de la Démocratie*. Paris, 2001.

<sup>6</sup> BROWN, Dan. *O código Da Vinci*. Trad. de Mário Dias Correia. 7. ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2004, p. 154-155.

<sup>7</sup> Sobre os dados pouco rigorosos dessa obra ver ETCEGOIN, Marie-France. Os segredos do código. In: *Visão*, 23 set. 2004, p. 147-152.

<sup>8</sup> BROWN, D. Op. cit., p. 536.

<sup>9</sup> Cf. MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo. *A influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa: da rainha Santa Isabel a Natália Correia*. Com edição dos manuscritos de Natália Correia sobre a utopia feminina do Espírito Santo, Lisboa: Roma Editora, 2004. No prelo.

<sup>10</sup> Cf. BRUHNS, Hinnerk & BURGUÈRE, André (orgs.). *Historiographies et représentations nationales en Europe*: (Table Ronde Internationale, 19 de Junho de 2000). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales - Textos Policopiados, 2000.

<sup>11</sup> Cf. FRANCO, José Eduardo. *O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey/Roma Editora, 2000, passim.

**CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.**

**O abolicionismo do barnabé  
Machado de Assis**

Sérgio Luiz Ferreira<sup>1</sup>

Joaquim Maria Machado de Assis é considerado o maior escritor brasileiro e quicá da língua portuguesa. Sidney Chalhoub nesta obra retrata um lado pouco explorado de Machado de Assis, a sua atividade profissional. A maioria dos autores que se dedicaram ao estudo de Machado de Assis preocuparam-se apenas com o Machado escritor.

Sidney Chalhoub neste livro ocupa mais de metade das últimas páginas para a contextualização histórica da atuação profissional, e porque não dizer, da militância abolicionista empreendida pelo funcionário da segunda seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura. É bem verdade que até a sua militância é machadiana. Afinal, Machado não seria um abolicionista como os outros, de discursos inflamados em jantares beneficentes ou de fazer panfletagem pelas ruas. A militância de Machado se dá nos seus pareceres sobre a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871 (depois conhecida como Lei do Ventre Livre). Sempre que a seção que ele chefiava era interpelada sobre a aplicação da lei, o parecer era a favor dos escravos. Aqui reside a originalidade de Chalhoub. Enquanto os outros estudiosos tentaram redescobrir a contundência política e social das observações de Machado e a notável atualidade de suas obras, Chalhoub vai além e esquadrinha toda a atuação do funcionário público da segunda seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura.

Sidney Chalhoub aponta a visão acidamente crítica do autor sobre o processo de modernização capitalista do Brasil na passagem do Império para a República. A abordagem histórica das obras de Machado expõe os bastidores e meandros da pesquisa para composição das obras. Machado lia muitas obras dos modismos europeus da época (Positivismo, Spencerianismo e Darwinismo Social). Seus livros denunciam um certo darwinismo social que atuava como

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 13, pp. 150-153. (nov. 2005)

estratégia conservadora de desenvolvimento do país no século XIX.

A obra tem duas partes, embora assim não seja apresentada. Os capítulos 1, 2 e 3 formam um conjunto que parece inspirado no estilo das obras de Faoro,<sup>2</sup> Gledson<sup>3</sup> e Roberto Schwarz.<sup>4</sup> A segunda parte, a mais original é composta pelo capítulo 4, o mais extenso. As duas partes podem ser lidas separadamente, sem prejuízo do duplo olhar de Sidney Chalhoub (o de historiador e o de analista literário). Elas poderiam compor dois livros distintos ou, no mínimo, que o capítulo 4 estivesse no início do livro, já que é ele que faz a contextualização histórica das obras de Machado. As duas partes poderiam se chamar: Machado de Assis: barnabé (ou funcionário público), composto pelo capítulo 4 e Machado de Assis: escritor, composto pelos outros três capítulos. Estou pensando em enviar esta sugestão para o Chalhoub, quem sabe numa próxima edição a obra não fique mais didática. De qualquer forma, a organização que ele deu não causa prejuízo à leitura nem à compreensão da obra.

Os capítulos 1, 2 e 3 analisam a literatura de Machado sob os auspícios da história, colocando uma lupa sobre a ideologia senhorial e estabelecendo a relação entre fato e ficção. Dessa forma, o autor suplanta a idéia de que a literatura é apenas fonte porque fornece subsídios para uma compreensão mais explícita da história social. À primeira vista, pode-se enxergar tal proposta metodológica como se fosse uma simplificação no modo de encarar o texto literário, que, necessariamente, não é prova histórica e muito menos representação mimética da realidade. Faoro já alertou em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*: a obra de arte mais do que fonte do estudo histórico

é testemunha de autenticidade dos valores que presidem o tempo.<sup>5</sup>

O historiador apresenta um texto de enorme teor de crítica social e tenta demonstrar a forma como Machado percebeu a história do Brasil no século XIX, principalmente na revelação de determinados mecanismos de poder. Percebe-se a evidente preocupação de Chalhoub em reconhecer o texto literário como mecanismo de interpretação histórica possível e como lugar de confronto. É sempre bom lembrar que Chalhoub é seguidor de E. P. Thompson e como tal, está sempre procurando as resistências, os confrontos entre as “classes sociais”.

Ao longo do livro, Chalhoub se apropria, em vários momentos, do estilo do escritor, principalmente no uso das digressões e do sarcasmo. Isto, ao meu ver, deixa a obra de Chalhoub muito atraente. Ele consegue, a exemplo de Faoro, confundir o leitor a ponto de parecer que suas palavras saem da pena de Machado.

O capítulo quatro é uma espécie de redenção da figura de Machado de Assis. Muitos autores, ao longo do século XX, acusaram o autor de *Helena* de ser um mulato que se pretendia branco. De modo geral esses autores, quase todos de inclinações marxistas, ansiavam por um Machado que combatesse a escravidão através de sua pena. Como se debruçaram apenas sobre o Machado escritor, de fato, não encontraram esta ação nos seus escritos. O trabalho de Chalhoub representa a “redenção” de Machado, no sentido de desvendar a outra pena de Machado, a pena pública que ele utilizava na segunda seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura. Foi através desta pena que Machado atuou como abolicionista, ou pelo menos

como devotado defensor da liberdade dos escravos no sentido da defesa da correta aplicação da lei que contrariava os interesses dos senhores.

Se por um lado Machado se redime com esta obra, José de Alencar é denunciado pelos seus discursos na Câmara do Deputados. Chalhoub recolheu vários discursos em que o autor de *Senhora*, em sua atuação como deputado pela província do Ceará, brada contra a idéia de abolição, que segundo ele, representaria a ruína da economia brasileira. O deputado era intransigente na defesa da escravidão no Brasil. Quem sabe, por ser José de Alencar branco, esta sua faceta nunca tenha incomodado aqueles mesmos intelectuais que exigiam mais ação de Machado.

Chalhoub chama atenção para o fato de que a lei de 1871 exigia a matrícula de todos os escravos do Brasil no prazo de um ano. Aqueles que não fossem matriculados seriam considerados livres. O que vimos foi uma sucessão de tentativas por parte dos senhores de não darem essa liberdade. Como sabemos, na luta entre o costão e o mar quem leva a pior sempre é o marisco. O mais espantoso é que se havia tantos escravos ainda em 1871 é porque eram, em sua maioria, frutos de contrabando, já que o tráfico estava proibido desde 1850 e a taxa de natalidade entre os escravos era baixíssima. A lei de 1850 declarava que os africanos que entrassem no país a partir desta data seriam considerados livres. Isto me faz lembrar aquela medida provisória que o presidente Lula publicou em 2003 para a comercialização da soja transgênica. Ora, se havia semente de soja transgênica no Brasil era fruto de contrabando, mesmo assim sua comercialização foi autorizada. Portanto, no século XXI, como no século XIX, no Brasil há lei que pega e lei que não pega.

Como já disse alguém, no Brasil todos são iguais perante a lei, só que alguns são mais iguais do que outros.

<sup>1</sup> Doutorando em História (PGHST-UFSC).

E-mail: <sluizf@tutopia.com.br>

<sup>2</sup> FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1988.

<sup>3</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<sup>4</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988. SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

<sup>5</sup> FAORO, R. Op. cit. p. 482-3.

HUNT, Lynn. (org.) *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade (1500-1800)*. São Paulo: Hedra, 1999. 370p.

A emergência da pornografia na Europa Moderna

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz<sup>1</sup>

Os estados modernos passaram a criminalizar e dar forma pública, visibilidade, a uma variedade de atos e informações classificadas como obscenas desde a Renascença até o final do século XX. Dessa forma, a caracterização da sodomia, do controle de natalidade, dos escritos pornográficos, das relações ditas “bestiais” e de outras atividades sexuais passaram para a ordem política e social como formas de corrupção moral ou ética. Seguindo os padrões de servidão, policiamento e punição, é possível interpretar a formação da ordem moral, a constituição de conceitos como normalidade e desvio, as transformações dos modelos de

comportamento sexual, bem como a transformação de desejos sexuais e usos da sexualidade. A pornografia, dessa forma, entrou no rol das formas literárias que percorreu toda a formação dos estados modernos europeus.

O fenômeno pornográfico não possui uma definição única que atravessa os tempos; tem uma historicidade. O livro organizado por Lynn Hunt trabalha com a grande diversidade representativa e com as fronteiras constantemente variáveis desse discurso, articulado com os mais diversos propósitos e oriundo de posições muito diferentes. Dessa forma, esse livro não busca a origem mas discute justamente as várias formas de apropriação do tema que passou a ser alvo de atenção no período moderno. Neste sentido pode-se considerar a pornografia como um gênero literário que representa uma intensa fonte de pesquisa sobre comportamentos, políticas e idéias. O exame da pornografia, nesse sentido, nos leva a explorar a formação de estados modernos e suas ordens políticas, o desenvolvimento de novas idéias sobre gênero e classe, a emergência de novos conceitos sobre os indivíduos e sobre suas identidades ou ainda novas formas da cultura de crítica social e de consumo. A pornografia moderna e contemporânea, esta última entendida com o sentido de mero prazer sexual e excitação, servem à história também para reconstruir as tramas que aproximam o cultural e o político e, por conta disso, merecem atenção especial.

Lynn Hunt é a organizadora deste livro. Historiadora especializada na Revolução Francesa e em Teoria da História, publicou anteriormente o livro

História Cultural onde, da mesma forma, reuniu uma série de autores que discutiram as novas abordagens metodológicas e teóricas trazidas pela História Cultural. Atualmente leciona na Universidade de Stanford e se dedica aos estudos sobre a virada cultural.

Neste livro Hunt reúne 10 artigos que discutem a mesma temática mas com abordagens diferenciadas: a emergência da pornografia no mundo moderno europeu, especificamente na Itália Renascentista, na França, na Inglaterra e na Holanda. Os trabalhos são parte do Seminário “A invenção da pornografia” promovido por *The School of Arts and Sciences* e por *Annenberg Fund* do Departamento de História da Universidade da Pensilvânia, em outubro de 1991, escritos em sua maioria por historiadores.

Hunt assina a introdução intitulada *Obscenidade e as Origens da Modernidade 1500-1800*. Neste artigo introdutório é possível perceber a influência dos escritos de Foucault, principalmente os que versam sobre a sexualidade, não somente no investimento sobre o tema, como também na forma como a autora enxerga a pornografia: dentro das práticas discursivas e das relações de poder<sup>2</sup>: “a pornografia não foi espontânea, foi definida num longo processo de conflitos entre escritores, pintores e gravadores, por um lado, e espões, policiais, padres e funcionários públicos, por outro”. Pensar o controle fora do âmbito da decência - a pornografia foi controlada em nome da religião ou da política. A idéia de controle baseado na decência é posterior.

Aborda dessa forma as principais características deste gênero literário específico e suas interlocuções. De acordo com a autora não podemos deixar de pensar na importância da cultu-

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 13, pp. 153-158. (nov. 2005)

ra impressa que foi sendo elaborada, e, dessa forma, na possibilidade de divulgação de um saber que a princípio estava destinado a determinadas camadas sociais mais abastadas. E não somente a impressão, mas também a utilização de imagens utilizadas em conjunto com os textos considerados pornográficos. Hunt aponta a emergência da pornografia em correspondência ao estilo literário do romance que irá ter grande relevância no século XVIII como gênero literário. A narrativa prevalecerá sobre a descrição, mesmo nas obras pornográficas. Outra característica que a autora levanta é a relação entre pornografia e crítica política, este tipo de associação foi observado em diversos países, embora elaborado de maneiras diferentes e apropriado também de forma específica.

O livro é dividido em três partes. A primeira dá conta do *Sentido Político e Cultural mais Antigo*; nessa parte, três capítulos discutem a relação entre a emergência da pornografia e seu sentido político. Em *Humanismo, Política e Pornografia no Renascimento Italiano*, Paula Findlen, historiadora da Universidade da Califórnia, mostra a relação entre o humanismo (e seu retorno aos clássicos) e sua influência mesmo que indireta na constituição do gênero pornográfico, tendo como principal expoente, a produção literária de Aretino. Já em *A Politização da Pornografia: L'École de filles*, a professora de francês da Universidade da Pensilvânia Joan DeJean, questiona as escolhas dos historiadores da literatura em procurar uma origem ou ainda uma obra fundante sobre a pornografia francesa no século XVII. Além disso, mostra de que maneira este gênero foi sendo constituído como um gênero acima de tudo francês. No capítulo *Às vezes, um*

*Cetro É apenas um Cetro: Pornografia e Política na Restauração Inglesa*, a historiadora Rachel Weil, mostra que no caso inglês o gênero pornográfico tinha características ambíguas e nem sempre visíveis. Sob a forma de poemas os textos pornográficos, segundo a autora, colocavam a posição do rei restaurado Carlos II sob ares de ironia e zombaria. Em várias passagens é reforçada a preferência do rei pelos excessos sexuais em detrimento do reino.

A segunda parte intitulada *A Qualidade Filosófica e Formal* mostra a relação da pornografia com a produção filosófica, principalmente, em meio à Revolução Científica do século XVII. No quarto capítulo - *O Mundo Materialista da Pornografia*, a historiadora Margaret C. Jacob estabelece uma relação entre o materialismo filosófico e a pornografia. De acordo com a autora o paradigma da ciência moderna que estabelece a visão mecânica como o ponto conceitual da Revolução Científica pautou a formação de um conhecimento que se pensava capaz de atomizar (e mecanizar) a natureza física. Tal conhecimento criou, dessa forma, um novo discurso materialista e pornográfico: "*O romance pornográfico, [...] tornou-se o novo meio para divulgar corpos sexuais erotizados, descritos em formas narrativas e discursivas. Os romances ofereciam ao leitor um espaço íntimo, ocupado apenas por corpos em movimento.*"<sup>3</sup> Nessa perspectiva a autora lembra que a pornografia não foi a causa destes discursos, mas que a ciência produziu as metáforas necessárias para o seu estabelecimento. Nos capítulos trabalhados podemos inferir que a produção pornográfica está ligada a uma divulgação e circulação do material impresso, assim como da circulação falsificada

- manuscrita, rabiscada subterrânea. Tal circulação pressupõe, de certa forma, na constituição de um público ampliado e uma diversificada vida social nas grandes cidades da Europa, numerosas, populosas e ricas. Uma alta circulação comercial que possibilitará o consumo de tais livros. Já no quinto capítulo assinado pela professora de francês na Universidade da Pensilvânia Lucienne Frappier-Mazur, *Verdade e Palavra Obscena na Pornografia Francesa do Século XVIII* estuda a noção do obsceno na literatura francesa e de que maneira este conceito foi mudando. A autora busca a inter-relação entre a palavra obscena e o efeito pornográfico, investigando a linguagem da transgressão social em um *status* de fetiche (a linguagem obscena cria o fetichismo de certos vocábulos relacionados ao sexo) - o que resulta em uma pornografia imaginária. A autora atenta para o uso de narradoras, e não narradores, dado o potencial subversivo e filosófico da narrativa feminina.

Na terceira e última parte do livro *As Perspectivas do Século XVIII* encontramos quatro capítulos que se remetem especificamente à pornografia escrita e divulgada no século XVIII. Dessa forma, o capítulo assinado pela historiadora Kathryn Norberg, traz a figura emblemática da prostituta tão presente no gênero literário pornográfico. Em *A Prostituta Libertina: Prostituição na Pornografia Francesa de Margot a Juliette*, podemos observar de que forma a prostituição foi sendo elaborada dentro da pornografia literária francesa. A autora diferencia a prostituta libertina (independente, não nega o prazer, não se torna vítima de sua condição) da cortesã virtuosa (vítima desafortunada, vinda de uma classe popular, doente física e/ou espiritualmente,

maltratada). A idéia da cortesã pode ser relacionada com a idéia rosseaniana de inocência inerente de todas as mulheres:<sup>4</sup> “*as mulheres são naturalmente recatadas, pueris e assexuadas, e até mesmo uma prostituta (ou melhor, uma mulher forçada à prostituição, já que nenhuma delas escolheria esse tipo de vida) preserva sua virtude*”.<sup>5</sup> Já a prostituta libertina se encontra no oposto desta representação: não tem vergonha ou culpa e está à vontade com o prazer sexual. De qualquer forma, a autora lembra que estes livros são narrativas da fantasia masculina sobre o mundo da prostituta e além disso, não expressa sua subjetividade feminina, pois “*a prostituta libertina é um reflexo da sexualidade masculina e um espelho da luxúria do homem*”.<sup>6</sup> Com a revolução a posição da prostituta libertina foi abalada; torna-se pública no sentido democrático, acessível para o todos os cidadãos comuns, já não mais vivendo sob a “proteção” ou predileção de seus principais clientes: a aristocracia e o clero.

Já *Fantasia Erótica e Libertinagem Masculina no Iluminismo Inglês* o historiador Randolph Trumbach mostra de que maneira a fantasia erótica masculina foi sendo produzida durante o século XVIII na Inglaterra anterior a Era Vitoriana. O autor se utiliza de poemas obscenos, tratados médicos e relatórios judiciais. O artigo versa sobre o novo padrão destinado aos homens, que assim como as mulheres são alvos de discursos negativos a antigas práticas. De acordo com Trumbach, antes do século XVIII, na Europa, era comum o homem adulto ter relações sexuais com mulheres e com adolescentes do sexo masculino.<sup>7</sup> Depois de 1700 este comportamento foi substituído por um novo padrão de relações: “*a maioria dos homens passou a admitir apenas o desejo*

sexual por mulheres, e era esse desejo que determinava a condição masculina”<sup>8</sup>. Dessa forma, a sodomia foi estigmatizada como comportamento específico de uma minoria efeminada (indivíduos que andavam, falavam e se vestiam como mulheres, além de exercerem ocupações femininas). Passa posteriormente a analisar a pornografia que foi sendo elaborada apontando o desaparecimento do conteúdo humorístico de uma seriedade narrativa “que pretende apresentar o corpo e o ato sexual com dignidade própria”<sup>9</sup>. No capítulo *Política e Pornografia na República Holandesa dos Séculos XVII e XVIII*, o historiador Wijnand W. Mijnhardt aponta a divulgação e circulação da produção pornográfica em um país de puritanos e protestantes burgueses. O interesse pela pornografia teve vida curta na Holanda principalmente a partir de meados do século XVIII, dessa forma a tradição pornográfica iniciada no século XVII malogrou. Em comparação com outros estados europeus a Holanda não possuía nem cortes, nem reis, nobreza privilegiada, nem Igreja investida de poderes especiais sobre dogmas e moralidade,<sup>10</sup> onde “os cidadãos holandeses conseguiram impor seus próprios valores burgueses em toda a sociedade”.<sup>11</sup> Nesse sentido a sexualidade foi transferida da esfera pública para a privada. A historiadora Lynn Hunt retorna no capítulo intitulado *A Pornografia e a Revolução Francesa*. Neste artigo Hunt mostra os usos da pornografia como atuante na Revolução ajudando a abalar a legitimidade do Antigo Regime. Para a autora depois do período do terror, a pornografia chegou ao seu ápice em estilo e ideologia principalmente através das obras de Sade publicadas em 1790. Depois deste período a pornografia perde sua característica de crítica

política e passa a ser o fim em si mesma, ou seja, da busca da excitação sexual. De maneira paradoxal, “logo que a pornografia política se democratizou, deixou de ser política”.<sup>12</sup> Levando dessa forma, a uma regulamentação legal e a constituição de uma categoria distinta de literatura. Para Lynn Hunt nossas preocupações atuais são resultado destas crenças que emergiram na pós-revolução francesa “quando novos padrões biológicos e morais de diferença sexual se desenvolveram, a pornografia parece ter-se tornado até mesmo mais exótica e perigosa, e precisou se erradicada”.<sup>13</sup> A Revolução expôs o perigo, não só das massas, mas da ampla circulação de material impresso. No século XIX os reformadores morais pareciam estar determinados em separar, rotular, apreender e manter as leituras “perigosas” fora do alcance de mulheres e crianças.

Na disputa discursiva e imagética a pornografia foi alvo e mecanismo de debates políticos, apreendida e lida como subversiva, ampliou e constituiu o imaginário das práticas sexuais modernas: das posições sexuais de Aretino, dos diálogos e das narrativas, das prostitutas libertinas, das narradoras confessando suas peripécias, as orgias, as sodomias. Acima de tudo um maremoto discursivo baseado mais na potencialidade das experiências sensoriais e textuais do que em experiências baseadas na “realidade”. A pornografia moderna foi marcada pela justaposição de imagens de corpos extravagantes, divididas em partes corporais não isentas de sentidos e sensações; baseada na crença científica de corpos (sempre) em movimento que por vezes recuam e em outras extrapolam interdições na ruptura da transgressão.

O livro organizado por Hunt não nos dá a sensação de esgotamento do tema. Mas completude não me parecer sido o objetivo inicial do projeto. Ao ler o livro é possível perceber de que muito há o que se pesquisar e analisar ainda sobre a pornografia, seja por meio de novas perspectivas como novos objetos. Podemos citar por exemplo um estudo sobre os papéis e as relações de gênero na literatura pornográfica, ou ainda, um estudo apenas sobre a iconografia identificada como pornográfica, são propostas para futuros trabalhos os quais são possíveis de vislumbrar. Hunt não procura ser a detentora de verdade sobre a pornografia, mas pelo contrário, aponta para o fato de percebê-la inserida em uma disputa editorial, política e cultural não isenta de recuos e aproximações com seus leitores. Tensões, fluidas e imprecisas levadas embaixo do braço no livro encadernado lido em gabinetes fechados mas que caminharam nas mãos dos leitores que circularam pela Europa Moderna; como que uma obra ocultada pelo o limite tênue (e emergente) da execução e do deleite.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Orientadora: Profa. Dra. Joana Maria Pedro. E-mail: <lumerosar@yahoo.com>

<sup>2</sup> A pornografia deve ser considerada produto das novas formas de regulamentação e dos novos desejos de saber. p. 11.

<sup>3</sup> HUNT, L. p. 170.

<sup>4</sup> Idem, p. 244.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

<sup>6</sup> Idem, p. 247.

<sup>7</sup> Idem, p. 275.

<sup>8</sup> Idem, p. 276.

<sup>9</sup> Idem, p.281.

<sup>10</sup> Idem, p. 322.

<sup>11</sup> Idem, p. 323.

<sup>12</sup> Idem, p.334.

<sup>13</sup> Idem, p. 46.